

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

“O papel da guerra na construção dos Estados modernos: o caso da Etiópia”

Luíza Galiazzi Schneider

Porto Alegre, março de 2010.

LUÍZA GALIAZZI SCHNEIDER

“O papel da guerra na construção dos Estados modernos: o caso da Etiópia”

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, sob orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik.

Porto Alegre, março de 2010.



Programa de Pós Graduação em
Ciência Política



ATA 04/2011

Aos vinte e dois dias do mês de março de 2011, às 9 horas e 30 minutos, na sala do pesquisador do ILEA, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora constituída pelos Professores Paulo Fagundes Visentini, Luis Gustavo Melo Grohmann e Otávio Soares Dulci, para, sob a presidência do Orientador - Prof. Marco Aurélio Chaves Cepik - examinar a defesa da Dissertação de Mestrado da aluna Luíza Galiazzi Schneider, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobre o tema intitulado "**O Papel da Guerra na Construção dos Estados Modernos: o Caso da Etiópia**". A candidata realizou uma exposição oral de trinta minutos e, após, foi argüida pelos professores da banca. Concluída a argüição, os membros da Banca Examinadora atribuíram as seguintes avaliações ao candidato: Prof. Luis Gustavo Mello Grohmann, APROVADA; Prof. Otávio Soares Dulci, APROVADO e Prof. Paulo Fagundes Visentini Aprovada, obtendo a avaliação final APROVADA, tendo obtido o título de Mestre em Ciência Política.

Porto Alegre, 22 de março de 2011.

Prof. Paulo Fagundes Visentini
PPGCP/UFRGS

Prof. Luis Gustavo Mello Grohmann
PPGCP/UFRGS

Prof. Marco Aurélio Chaves Cepik
Orientador/UFRGS

Prof. Otávio Soares Dulci
PPGCP/PUC-MG

Agradecimentos

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo ensino público, gratuito e de qualidade dos quais desfrutei, tanto na graduação quanto no mestrado.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e ao curso de Graduação em Relações Internacionais, pela formação consistente que me forneceram.

Ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), pela estrutura disponibilizada para pesquisa e pela oportunidade de trabalhar ali durante minha vinculação à UFRGS.

Em especial, agradeço a meu orientador, prof. Dr. Marco Cepik, não apenas pela brilhante orientação, mas também pelos desafios colocados nestes anos de trabalho conjunto. Agradeço pela amizade e compreensão sempre alentadoras e pela oportunidade de conviver não apenas com um pesquisador brilhante, mas também com uma pessoa cuja bondade é sincera e a solidariedade, intrínseca.

Agradeço especialmente ao professor Dr. Paulo Visentini, por trazer às salas de aula da UFRGS o estudo do continente africano e, especificamente, por sugerir o caso etíope para esta dissertação. Pesquisadores como o prof. Visentini são um exemplo a ser seguido e sou muito honrada por ter tido a oportunidade de conviver com ele em sala de aula e também no NERINT.

Aos professores Luís Dario Ribeiro Teixeira, José Miguel Martins, Gustavo Grohmann, Maria Izabel Noll e Carlos Arturi que forneceram oportunidades enriquecedoras de aquisição de conhecimento.

Aos amigos, que tornaram o caminho até aqui menos difícil e tortuoso. Nomear apenas alguns seria injusto, aqueles a quem me refiro sabem que estão aqui.

À minha família, pelo esteio tão necessário e sempre presente. Agradeço por vocês existirem na minha vida.

Ao Gustavo, pelo amor e pelo otimismo constante; leveza que torna a vida muito melhor.

Resumo

Esta dissertação teve como objetivo analisar o processo de construção do Estado na Etiópia, a partir do modelo desenvolvido por Charles Tilly (1996). Assim, o foco do trabalho foi o estudo da correlação causal entre a existência do fenômeno da guerra interestatal (atípica na África) e o desenvolvimento político, econômico e social. Para isso, foi feito ensaio teórico acerca do Estado e apresentação do modelo de Tilly, além de refinamento metodológico desse modelo através da noção de capacidade estatal. A perspectiva de Samuel Huntington (1975) a respeito do descolamento entre as instituições políticas e as sociedades em modernização também foi abordada, principalmente na compreensão da Revolução Etíope de 1974. O trabalho conclui que a guerra foi fundamental para a construção do Estado na Etiópia, mas que ela não é condição suficiente para a construção de Estados desenvolvidos e capazes na totalidade destas acepções.

Palavras-chave: Etiópia, construção do Estado, guerra, capacidade estatal.

Abstract

This dissertation analyzes the process of state-formation in Ethiopia, from Charles Tilly's (1996) war-centered perspective. Hence, it is focused on the causal correlation between inter-state war (uncommon in African history, but largely present in Ethiopia) and political, social and economic underdevelopment (present in Africa and Ethiopia). In order to achieve this goal, some brief theoretical issues on the state are presented, followed by Tilly's account on state-formation in Europe. Moreover, Samuel Huntington's (1975) perspective has been also incorporated in the analysis, so as to improve our theoretical tools regarding the 1974 Revolution. The dissertation concludes that war has been fundamental for state-formation in Ethiopia, but that it is not a sufficient condition to the formation of developed and capable states, contradicting Tilly's model partially.

Keywords: Ethiopia, state-formation, war.

Lista de abreviaturas e siglas

AAPO – Organização do Povo Amhara / All Amhara People’s Organization
AEUP – Partido da União de Toda a Etiópia / All Ethiopia Unity Party
AFDB – Banco Africano de Desenvolvimento / African Development Bank
ANDM – Movimento Democrático Nacional Amhara / Amhara National Democratic Movement
CAFDPE – Conselho das Forças Alternativas para a Paz e a Democracia na Etiópia / Council of Alternatives Forces for Peace and Democracy in Ethiopia
CELU – Confederação das Centrais Sindicais Etíopes / Confederation of Ethiopian Labor Unions
CIA – Agência Central de Inteligência / Central Intelligence Agency
COPWE – Comissão para Organização do Partido dos Trabalhadores da Etiópia / Commission to Organize the Party of the Workers of Ethiopia
CUD – Coalizão pela União e pela Democracia / Coalition for Unity and Democracy
DERG – Comitê Coordenador das Forças Armadas (em amárico).
EDL – Liga Democrática da Etiópia / Ethiopian Democratic League
EDU – União Democrática Etíope / Ethiopian Democratic Union
EDUP – Partido da União Democrática Etíope / Ethiopian Democratic Union Party
EEBC – Comissão Fronteiriça Etiópia-Eritreia / Ethiopia-Eritrea Boundary Commission
ELF – Frente de Libertação da Eritreia / Eritrean Liberation Front
EPLA – Exército Popular de Libertação Eritrina / Eritrean People’s Liberation Army
EPLF – Frente Popular de Libertação da Eritreia / Eritrean People’s Liberation Front
EPRDF – Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope / Ethiopian People’s Revolutionary Democratic Front
EPRP – Partido Revolucionário do Povo Etíope / Ethiopian People’s Revolutionary Party
ESDFP – Partido Federal da Social-democracia Etíope / Ethiopian Social Democratic Federal Party
ESUE – União dos Estudantes Etíopes da Europa / Ethiopian Student Union in Europe
ESUNA – União dos Estudantes Etíopes da América do Norte / Ethiopian Student Union in North America
FMI – Fundo Monetário Internacional / International Monetary Fund
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICJ – Corte Internacional de Justiça / International Court of Justice
IGAD – Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento / Intergovernmental Authority for Development
ISEN – Instituto para o Estudo das Nacionalidades / Institute for the Study of Nationalities
Me’ison – Movimento Socialista de Todos Etíopes / All-Ethiopia Socialist Movement
NDR – Programa Nacional da Revolução Democrática / National Democratic Revolution

NEP – Nova Política Econômica / New Economic Policy
ODI – Instituto do Desenvolvimento Além-mar / Overseas Development Institute
OLF – Frente de Libertação Oromo / Oromo Liberation Front
ONC – Congresso Nacional Oromo / Oromo National Congress
ONLF – Frente de Libertação Nacional do Ogaden / Ogaden National Liberation Front
OPDO – Organização Democrática do Povo Oromo / Oromo People’s Democratic Organization
OUA – Organização da Unidade Africana / Organization of African Unity
PDRE – República Popular Democrática da Etiópia / Popular Democratic Republic of Ethiopia
PIB – Produto Interno Bruto
PMAC – Conselho Administrativo Militar Provisório / Provisional Military Advisory Council
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POMOA – Escritório Político para a Organização das Massas / Political Office for the Organization of Mass Affairs
SAP – Programa de Ajuste Estrutural / Structural Adjustment Program
SEPDC – Coalizão Democrática dos Povos do Sul da Etiópia / Southern Ethiopian People’s Democratic Coalition
SEPDM – Movimento Democrático dos Povos do Sul da Etiópia / Southern Ethiopian People’s Democratic Movement
SRA – Segundo Exército Revolucionário / Second Revolutionary Army
SRC – Conselho Revolucionário Supremo / Supreme Revolutionary Council
TFG – Governo Federal Transitório / Transitional Federal Government
TFP – Parlamento Federal Transitório / Transitional Federal Parliament
TGE – Governo Transitório da Etiópia / Transitional Government of Ethiopia
TPLF – Frente de Libertação dos Povos Tigrinos / Tigrayan People’s Liberation Front
UA – União Africana / African Union
UE – União Europeia / European Union
UEDG – União das Forças Democráticas da Etiópia / Union of the Ethiopian Democratic Forces
UEDP-Medhin – Partido Medhin da Etiópia Unida e Democrática
UIC – União das Cortes Islâmicas / Islamic Courts Union
UN – Nações Unidas / United Nations
UNECA – Comissão Econômica da ONU para a África / United Nations Economic Commission for Africa
UNMEE – Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia / United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional / United States Agency for International Development
WB – Banco Mundial / World Bank
WPE – Partidos dos Trabalhadores da Etiópia / Worker’s Party of Ethiopia

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – ESTADO MODERNO, GUERRA E MODERNIZAÇÃO	21
I – UMA DEFINIÇÃO DE ESTADO MODERNO: MARX OU WEBER?	21
II – AS ORIGENS DO ESTADO MODERNO NA EUROPA	32
III – HUNTINGTON, MODERNIZAÇÃO E REVOLUÇÃO	37
IV – CAPACIDADE ESTATAL E <i>CAPABILITIES</i>	43
CAPÍTULO 2 – GUERRA E COERÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO MODERNO NA ETIÓPIA (1855-1974)	47
I – UMA TRAJETÓRIA COERCITIVA	53
II – VENTOS DA MUDANÇA	73
CAPÍTULO 3 – REVOLUÇÃO E GUERRA NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO MODERNO NA ETIÓPIA (1974-1991)	84
I – PRIMEIRA FASE: ASCENSÃO, CONSOLIDAÇÃO DO PODER E SUCESSO (1973-1983)	86
II – SEGUNDA FASE: GUERRA, DESGASTE E FIM DO REGIME SOCIALISTA NA ETIÓPIA	105
CAPÍTULO 4 – A ETIÓPIA PÓS-1991	113
I – NOVAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	115
<i>I.a. Uma nova Etiópia: bases do federalismo étnico</i>	115
<i>I.b. Uma nova Etiópia? Democracia e autoritarismo</i>	123
II – REEDITANDO UMA ANTIGA RELAÇÃO: ETIÓPIA, ERITRÉIA E SOMÁLIA	130
<i>II.a. A guerra entre Etiópia e Eritrécia (1998-2000)</i>	130
<i>II.b. A invasão da Somália (2007-2008)</i>	137
III – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INDICADORES SOCIAIS: ENTRE MELHORIAS SUBSTANTIVAS E GARGALOS ESTRUTURAIS	141
CONCLUSÃO	150
REFERÊNCIAS	163
ANEXOS	175
ANEXO I – MAPA ATUAL DA ETIÓPIA	175
ANEXO II – MAPA DAS DIVISÕES ÉTNICAS	176
ANEXO III – MAPA DA ETIÓPIA EM 1889, ANO DA MORTE DE YOHANNES IV	176
ANEXO IV – MAPA DA ETIÓPIA FEDERAL	177
ANEXO V – ASSENTOS POR REGIÃO E POR PARTIDO NAS ELEIÇÕES DE 2005	178

Introdução

Na segunda metade da década de 1990, a África foi palco de diversos conflitos civis.¹ Além disso, os países africanos registravam altíssimos índices de pobreza, níveis endêmicos de violência, e crescentes incidências de HIV, secas e fome. Muitas das explicações encontradas para esse fenômeno de ordem continental, tanto na mídia como em estudos acadêmicos, basearam-se em premissas “primordialistas”, ou também em afirmações tautológicas.² Isto é, a África seria um lugar marcado pela selvageria intrínseca, causa primordial da situação em que se encontrava. O senso comum absorveu estas idéias de uma África presa na armadilha criada por suas próprias deficiências.

Essa é a saída mais fácil e mais digerível para uma opinião pública que desconhece o continente de onde veio a maior parte do povo brasileiro. Afirmar que a África é permeada pela selvageria, pela irracionalidade e por uma cultura avessa ao desenvolvimento político e econômico apenas torna um fenômeno altamente complexo em algo que se explica sozinho e que, dessa forma, reedita as teses de superioridade racial do século XIX.

¹ Durante a década de 1990, foram mais de vinte de conflitos, dos quais podemos destacar: Angola (1992-2002), Costa do Marfim (desde 1999), Etiópia-Eritreia (1998-2000) Libéria (1989-1997/1998-2003), Ruanda (1994), Sudão (1983-2005/2002-presente) e Uganda (desde 1980). (Ciment, 2006).

² Na mídia, este argumento é recorrentemente encontrado, como podemos exemplificar através das notícias “Darfur é retrato da velha África”, do Estado de São Paulo de 18/12/2007 (<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,darfur-e-retrato-da-velha-africa,97897,0.htm>), “A tragédia de um continente”, da Revista Veja de 06/02/2002 (http://veja.abril.com.br/060202/p_054.html), “How Darfur Became a Killing Field”, da Revista Newsweek de 27/04/2009, entre outros. No caso de artigos acadêmicos, podemos apontar dois trabalhos que vão na mesma direção: Easterly & Levine (1997) e Taylor & Botea (2009).

Essa interpretação é fruto da incompreensão dos processos históricos que levaram à África até a situação atual e redundou em visões preconceituosas, simplistas e pessimistas, nas quais a violência endêmica no continente africano seria facilmente explicável por diferenças étnicas/tribais.³ De certa forma, isso também foi um reflexo da redução da importância da África para as grandes potências que ocorreu a partir do fim da Guerra Fria (Visentini, Ribeiro e Pereira, 2007).

Nesse sentido, explicar por que a África apresenta esse padrão de desenvolvimento político não é irrelevante; pelo contrário, ganha força e se torna imprescindível. Salta aos olhos a necessidade de nos perguntarmos “por que a África apresenta esse padrão de desenvolvimento?”, isto é, quais são as razões que explicam os fenômenos que lá ocorrem – que, por certo, não são ligados à “natureza do africano”.

Contudo, não há consenso entre a literatura especializada sobre os motivos que conduziram os Estados africanos até este ponto. De um lado, explicações estruturalistas apontam a posição no sistema econômico internacional como a variável independente mais forte nesta relação causal. (Davidson, 1992; Young, 1994; Boahen, 1987). Há quem defenda também que se formaram na África uma elite e uma lógica política específicas, neopatrimonialistas, que corroem e minam o desenvolvimento do continente. (Bayart, 2009; Bayart et alli, 1999; Chabal & Daloz, 1999; Mbeki, 2009; Van de Valle, 2001). Outros destacam a ausência de guerras como o fator mais preponderante na falência dos sistemas políticos. (Herbst, 2000).

³ Para mais sobre o fenômeno do “afro-pessimismo”, ver: Jules-Rosette (2002), Hyden (1996) e Gordon & Wolpe (1998).

Todas as perspectivas apresentam argumentos importantes na análise do Estado africano. Sem sombra de dúvida, a posição no sistema econômico internacional é fundamental para a compreensão de certos mecanismos causais no mundo em desenvolvimento. A lógica patrimonialista também pode ser averiguada na maioria dos países africanos e tem impacto no desenvolvimento, embora seja tanto causa como consequência. Por razões de tempo e espaço, escolhemos a terceira – a correlação entre o fenômeno da guerra e a construção dos Estados – para testar neste trabalho.

Autores como Charles Tilly (1975, 1996, 2003, 2007), Hendrik Spruyt (1994, 2002) e outros desenvolveram a hipótese de que o engajamento em guerras foi a principal causa para o surgimento dos aparatos estatais na forma em que os conhecemos hoje.⁴ Tal literatura é amplamente baseada no caso europeu. Young argumenta (1994:16, tradução nossa):

O domínio que o modelo europeu tem sobre as imagens intelectuais do Estado é proveniente da sua imposição forçada ou imitação defensiva através da globalização do imperialismo, de sua posição estratégica no centro do atual sistema de Estados, e de seu lugar virtual exclusivo no campo de visão de filósofos e teóricos contemporâneos.

A escolha do caso europeu apresenta vantagens e desvantagens. Há óbvias desvantagens em deixar outras experiências de lado. Em primeiro lugar, ao deixar de analisar outras experiências bem-sucedidas, como a China, por exemplo, fica a impressão de que apenas os europeus conseguiram construir Estados modernos – um claro sinal de eurocentrismo.

⁴ A guerra não é a única variável independente a ser apontada como responsável pelo surgimento dos modernos Estados europeus. Outras correntes advogam como principal causa deste fenômeno o desenvolvimento do capitalismo e do comércio, ou também, o sucesso da solução estatal para o problema de legitimação e da ideologia. Para uma visão geral da área de estudos sobre formação do Estado, ver Spruyt (2007).

Além disso, pode-se incorrer no erro de acreditar que a solução europeia é a única possível. Como afirma Hui (2005:9, tradução nossa), citando Bin Wong, *“quando tomamos a experiência europeia como o modelo e as experiências não-ocidentais como anormais, somos levados a ‘procurar o que deu errado em outras partes do mundo’.”*

Contudo, tendo em mente esses perigos, o caso europeu pode ser válido. A vasta produção na área permite ao analista utilizar o caso europeu *“como um molde útil para gerar hipóteses causais (...)”* (Spruyt (2007:213, tradução nossa). O nível de consolidação do conhecimento do caso europeu o torna um ponto de referência. Spruyt (2007:213, tradução nossa) defende esta preponderância do caso europeu: *“É aquela particular conceitualização da autoridade que conseguiu substituir formas rivais de organização política na Europa e que depois foi transplantada globalmente.”* Hui (2005:9, tradução nossa) também a defende: *“Não acho que teorias eurocêntricas são necessariamente inaplicáveis a contextos não-europeus.”*

Além disso, há outro motivo pelo qual a utilização do caso europeu não apenas é válida, mas necessária. Como será visto ao longo do estudo do caso da Etiópia, o Estado moderno europeu se espalhou pelo mundo, não somente através da dominação imperialista iniciada no século XIX, mas também pela adesão voluntária àquele modelo. Enquanto símbolo da “modernidade”, o Estado moderno europeu se tornou um objetivo a ser seguido e um modelo a ser adotado. Não apenas através da seleção do mais

forte e da imposição através do imperialismo, mas também por meio do mecanismo evolucionista da imitação, o modelo europeu se espalhou.⁵

Sendo assim, ciente dos perigos em utilizar o caso europeu, mas constrangida por questões de tempo e espaço, esta dissertação analisará o caso etíope à luz dos acontecimentos que ocorreram na Europa – apontando as diferenças sem considerá-las anomalias sempre que possível.

Um dos modelos mais consolidados a respeito da construção dos Estados na Europa é o de Charles Tilly (1996).⁶ Para ele, a exposição ao fenômeno da guerra foi a variável essencial na formação dos Estados europeus modernos, como veremos no Capítulo I. Para a África, a utilização do modelo precisa de adaptações, pois, como afirma Herbst (2000:112, tradução nossa):

Os países africanos tiveram a sorte de escapar da história brutal de guerra contínua que tanto marcou a experiência européia no século XX. Contudo, o problema da construção do Estado em tempos de paz e, em particular, o de estender autoridade, tem consequências e, dado o domínio da experiência beligerante européia, é largamente inexplorado.

Nesse sentido, a Etiópia se destaca como importante estudo de caso. Isso porque ela se afasta do padrão africano, pelo acontecimento de diversas guerras no Chifre da África. Lá, foram documentadas guerras interestatais não apenas anteriormente à chegada dos europeus na África, como também

⁵ As mudanças implementadas por Hailé Selassié I, analisadas no Capítulo II desta dissertação, são um exemplo claro do fenômeno da imitação.

⁶ A força explicativa desse modelo o levou para além da experiência européia. De seu problema de pesquisa, derivou-se a seguinte indagação: a existência da guerra em outras regiões também construiu/construirá Estados à semelhança dos europeus? Assim, Centeno (2002) e López-Alves (2000) analisaram a experiência sul-americana, apontando para fatores como a limitação das guerras neste continente e a presença de financiadores externos aos conflitos. Herbst (2000), ao tratar da África, também deixa implícito que a não-reprodução das guerras permanentes da Europa no continente africano alterou os cálculos de custo-benefício dos governantes, o que culminou em Estados fracos e incapazes.

posteriormente – uma exceção entre os países africanos.⁷ A Etiópia é, portanto, um caso importante por conseguirmos manter a variável independente do modelo de Tilly constante neste contexto, permitindo-nos uma análise interessante da variável dependente – a construção do Estado e/ou de suas capacidades na África.

Se, por um lado, a Etiópia é um caso relevante pela presença de guerras em sua história, por outro lado ela também se destaca por compartilhar a variável dependente com o restante da África. Segundo o IBGE (2010), na Etiópia, apenas 11% da população tinha acesso à rede sanitária em 2006; o PIB per capita era de \$201 dólares em 2007, e a população urbana era de apenas 17% do total em 2009. Ou seja, houve guerras, mas a variável dependente do modelo de Tilly não se verifica *a priori*. Sarbo (2009:157, tradução nossa) atesta, por exemplo: “*apesar de sua longa história (...), a Etiópia não foi capaz de consolidar um Estado viável.*”

Clapham (2001a:6, tradução nossa) também argumenta neste sentido:

A questão central para a relação entre a guerra e a formação do Estado etíope era se este Estado, ao menos parcialmente transformado, seria consolidado ou fragmentado pelos tipos de conflito que ele tinha de confrontar. Poderia este Estado, ‘utilizar’ a guerra para construir o Estado e a nação, de acordo com o modelo europeu? Ainda que a resposta eventualmente tenha sido negativa, isso não era óbvio.

No entanto, cabe a ressalva de que, ao questionarmos se a Etiópia construiu (ou não) um Estado capaz, parte-se do pressuposto que este

⁷ Sobre a incidência de guerras inter-estatais na África pré-colonial, a literatura aponta alguns fatores que não apenas prejudicam o próprio registro histórico destas guerras, como também causam a baixa incidência daquelas. Assim, a tradição oral da história africana, se hoje reconhecida como válida, não deixa de ser um obstáculo à pesquisa de quais guerras aconteceram antes da chegada dos europeus. (Ki-Zerbo, 1981). Além disso, a lógica política pré-colonial foi muito influenciada pela geografia africana; a vastidão territorial diminuiu o contato entre os Estados pré-coloniais, os quais, por sua vez, focavam-se primordialmente na conquista de pessoas, não de territórios. Daí decorre a fluidez das fronteiras pré-coloniais africanas, também bastante estudada. (Hyden, 2006; Dopcke, 1999; Herbst, 2000).

processo já terminou. Como observamos a história a partir do presente, fica a impressão de que chegamos ao fim e que, dessa forma, os Estados africanos não conseguiram criar Estados – ponto final. A análise ganha um ar fatalista, uma vez que a própria pergunta induz a uma resposta dicotômica, de tipo sim ou não. Fica evidente, todavia, que este processo está em andamento.

O modelo de Tilly induz a esse tipo de conclusão, por apresentar um panorama muito geral: “construção de Estados”. O conceito é amplo demais e dificulta uma análise comparativa, como veremos no Capítulo I. Dessa forma, parece mais adequado perguntarmos: como e até que ponto se deu o processo de construção do Estado até aqui na Etiópia? Conseqüentemente, que capacidades do Estado a África já desenvolveu e quais ainda faltam? Ao desdobrar a “construção do Estado” em “construção de capacidades”, esperamos atingir maior abrangência e refinamento no modelo do autor supracitado. Trataremos destas “capacidades” no primeiro capítulo desta dissertação.

Assim, em um primeiro momento, a trajetória etíope será analisada à luz do modelo de Tilly (1996). Em um segundo momento, contudo, a realidade etíope parece emular os pressupostos de Samuel Huntington (1975) a respeito dos dilemas enfrentados por sociedades tradicionais quando confrontadas com o processo de modernização. O desenvolvimento econômico, ao solapar a estabilidade da tradicional *polity* etíope, gerou as condições necessárias para a eclosão da Revolução de 1974.⁸ Veremos que este movimento não significou apenas um golpe de Estado, mas sim uma

⁸ Isso não quer dizer que estejamos de acordo com o argumento estrutural de Skocpol a respeito das revoluções. O fato de a modernização ter criado condições para a revolução não significa que os atores responsáveis pela revolução não são necessários, pelo contrário. A este respeito, ver Cepik (1995).

transformando profunda da estrutura social do país. No entanto, enfrentou problemas graves ao tentar institucionalizar uma nova ordem política. A partir da análise da trajetória da Etiópia, pretende-se analisar as relações causais entre a guerra e a construção do Estado, assim como avaliar os resultados dessa correlação.

O **problema de pesquisa** desta dissertação é, portanto: 1) Como (e até que ponto) se deu o processo de construção do Estado na Etiópia? 2) Qual o papel da guerra na construção do Estado na Etiópia? 3) A Etiópia é uma exceção no contexto africano?

A **hipótese** deste trabalho é de que a Etiópia conseguiu desenvolver um Estado relativamente capaz em termos administrativos e forte na coerção, devido, em grande parte, à sua exposição constante ao fenômeno da guerra. Com uma geografia tão desfavorável e descontínua, a guerra foi um dos motores da construção de uma Etiópia unida. Não fossem as guerras contra os egípcios, sudaneses e italianos no século XIX, e contra os italianos, somalis e eritreus no século XX, muito provavelmente o Estado etíope não teria se constituído enquanto tal. Entretanto, quando confrontados com o fenômeno da modernização, os governantes etíopes não conseguiram criar instituições políticas que absorvessem os novos grupos que ingressavam na política.

Assim, a Revolução de 1974, apesar de transformar profundamente a estrutura social do país, não conseguiu criar uma base de legitimidade nova após o fim do regime imperial de Hailé Selassié, o que levou o país a anos de conflito e violência. Este processo custoso de institucionalização política, além disso, minou a capacidade do Estado de direcionar suas energias para

o desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, o que se construiu na Etiópia até este ponto foi um Estado relativamente capaz militar e administrativamente, mas que possui indicadores sociais e econômicos muito preocupantes. Retomando o modelo de Tilly, a guerra foi fundamental para a Etiópia, mas não pode ser apontada como condição suficiente para a construção de Estados desenvolvidos em termos políticos, econômicos e sociais.

O argumento de Hyden (2006:46, tradução nossa) para o restante da África se aplica à Etiópia, portanto:

o processo de autonomia institucional não avançou o suficiente para criar regras efetivas para a ação política. (...) As relações entre Estado e sociedade permanecem confusas porque a política ainda é locacional, isto é, ditada por uma variedade de interpretações da realidade específicas do local que ocupa cada indivíduo, que não foram padronizadas nem cooptadas por instituições independentes destas perspectivas.⁹

Para a consecução deste estudo, no primeiro capítulo desta dissertação, será feito um breve estudo teórico sobre o Estado, suas origens e evolução – de forma a permitir a análise do Estado etíope. Por razões de tempo, espaço e também da quantidade de trabalhos sobre o assunto, o capítulo não tem a pretensão de ser exaustivo nem mesmo de cobrir todas as perspectivas relevantes. É uma pincelada teórica sobre os aspectos respeito do Estado que interessam a este trabalho, pela qual assumo a responsabilidade da omissão de importantes reflexões.

Nos três capítulos subseqüentes, será analisada a trajetória etíope à luz dos aspectos teóricos apresentados no primeiro capítulo, para nas

⁹ N.T. Nesta passagem, o autor menciona também que “Nor has trust replaced confidence as the principal factor determining behavior.” Como em português ambas as palavras são traduzidas como *confiança*, se retirou esta parte para evitar confusões, mas em inglês a distinção permanece.

considerações finais atingirmos o objetivo de obter um balanço analítico crível sobre o processo de construção do Estado na Etiópia.¹⁰

Este trabalho justifica-se por duas razões. A primeira delas é, como já afirmado anteriormente, a persistência de explicações simplistas e preconceituosas a respeito dos acontecimentos na África em geral. Este trabalho, portanto, justifica-se por defender o seguinte ponto: há uma relação causal que explica a conjuntura atual africana. O processo de crise estrutural que se iniciou na década de 1970 e cujo ápice foi a década de 1990 precisa ser explicado historicamente e analiticamente, melhorando nosso conhecimento sobre a África e impedindo, como dito antes, a reedição de teses de superioridade racial.

A segunda razão está mais diretamente ligada ao caso etíope e ao aparente paradoxo entre a presença de guerras na história da Etiópia e o baixo desenvolvimento econômico. O teste do modelo de Tilly (1996) neste caso parece ser profícuo. Além disso, explicar a ausência de bem-estar para oitenta milhões de pessoas é relevante por si só, pela quantidade de seres humanos presos em um ciclo de pobreza e violência endêmica.

Os objetivos desta dissertação, desta forma, são:

- Investigar a correlação causal entre o fenômeno da guerra e a construção do Estado, averiguando quais capacidades do Estado se desenvolveram na Etiópia, e as razões disso;

¹⁰ A explicação para a delimitação cronológica do trabalho, a partir de 1855, reside no fato de acreditarmos que, a partir da chegada de Tewodros II ao posto de imperador, teve início a construção do Estado moderno na Etiópia.

- Aprofundar o conhecimento brasileiro sobre as trajetórias da Etiópia e da África em geral, na tentativa de refutar teses simplistas e preconceituosas;
- Identificar as variáveis relevantes do processo de construção do Estado na Etiópia, para em futuras pesquisas comparar com outros países do continente e com outros continentes, como a América do Sul.

A metodologia empregada neste trabalho, ou o desenho de pesquisa, segue a linha das pesquisas qualitativas em geral e, em específico, o método de estudo de caso. Dessa forma, esperamos atingir o máximo de profundidade no conhecimento do caso, de modo a conseguirmos identificar com precisão as variáveis operantes. Como defendem George & Bennett (2004:21, tradução nossa):

Dentro de um caso único, podemos observar um grande número de variáveis intervenientes, além analisar de forma indutiva aspectos inesperados da operação de mecanismos causais particulares ou identificar contradições presentes em um caso que ativam um mecanismo causal.

Capítulo 1 – Estado Moderno, Guerra e Modernização

I – Uma definição de Estado moderno: Marx ou Weber?

Em meados do século XX, as instituições políticas e o Estado, em particular, deixaram de ser o foco principal da ciência política e das ciências sociais. De objetos independentes, passaram a ser considerados, por diversas correntes, meros epifenômenos, não-distinguíveis da sociedade e da estrutura de classes. March & Olsen (1989) relembram de que forma correntes como o contextualismo, o marxismo, o behaviorismo e o funcionalismo, cada qual com suas especificidades teórico-metodológicas, relegaram as instituições políticas a um segundo plano. Os analistas a elas vinculados respondiam com razão à necessidade de melhorar o conhecimento que se tinha sobre os fenômenos políticos, uma vez que o chamado “velho institucionalismo”, confinado à análise das formas constitucionais, já não conseguia refletir a complexidade da realidade empírica. Como afirma Young (1994:23, tradução nossa), para o caso do funcionalismo em específico, mas transmitindo o espírito da época:

Certamente um correto reconhecimento da fragmentação e da complexidade institucional do Estado cumpriu seu papel no declínio do conceito; ‘sistema político’ como idéia central estava mais apto à observância de componentes estruturais, com a autonomia e diferenciação subsistema sendo aspectos da modernidade nas mãos dos analistas estrutural-funcionalistas.

Em meados da década de 1980, contudo, esta tendência começou a ser revista, no movimento que ficou conhecido como neo-institucionalismo.

Assim, as instituições políticas foram convidadas a voltar ao papel principal da ciência política, por meio de clássicos como o livro organizado por Theda Skocpol, Peter Evans e Dietrich Rueschemeyer, “Bringing the State Back In”, em 1985, e o livro de March & Olsen (1989), “Rediscovering Institutions”, afirmando uma tendência que já se encontrava em Huntington (1975), por exemplo.¹¹ Assim, segundo March & Olsen (1989:6, tradução nossa),

nossos esforços vão na direção de uma preocupação mais geral com a interpretação das instituições políticas como componentes fundamentais da política e com a compreensão dos modos pelos quais elas contribuem para estabilidade e mudança na vida política.

Nesse sentido, conforme constata Jessop (2006:125, tradução nossa), *“apesar de declínio no interesse em formas mais abstratas e esotéricas de teorizar o Estado, a pesquisa substantiva sobre Estados e poder estatal explodiu desde 1990.”*¹²

Dada a complexidade do Estado moderno, e também à profusão de estudos referida acima, a variedade de definições acerca do objeto é imensa. Devido a constrangimentos de tempo e espaço, nesta dissertação, o debate será restrito ao embate entre duas importantes correntes de pensamento da sociologia política, encabeçadas por dois autores fundamentais: Karl Marx e

¹¹ Sobre o neo-institucionalismo, ver Immergut (1998) e Hall & Taylor (2003).

¹² Estas transformações também atingiram a produção acadêmica no Brasil. Isso fica claro através de uma pesquisa na base de dados Scielo do termo “estado”. Foram aproximadamente 12.300 respostas para a primeira busca (aplicando o filtro “Brasil”) e 1.600 para o campo das Ciências Humanas. Destes 1.600, aproximadamente 700 tinham relação com o campo da ciência política. O tema de maior destaque são as políticas públicas, que contabilizam quase a metade do universo analisado (aproximadamente 320). Em segundo lugar, aparecem artigos relacionados com a sociologia política, entendida aqui em um sentido bastante amplo (aproximadamente 230). Destes 230, cabe destacar que apenas 12 tinham como tema a construção do Estado e/ou da nação. Temas como a reforma do Estado, presente em aproximadamente 70 artigos, democracia (42), relações internacionais (25) e federalismo (10) também recebem destaque.

o marxismo, de um lado, e Max Weber e a 'sociologia' de outro. Os termos gerais desse debate são apresentados por Turner (1999:3, tradução nossa):

De acordo com a visão 'oficial' do Marxismo e da sociologia, toda a orientação do Marxismo tem sido na direção de uma comprometida crítica do capitalismo como um sistema injusto de exploração, uma vez que a sociologia weberiana, com sua abordagem metodológica individualista e com sua separação de fatos e valores, tem sido ou abertamente neutra em termos políticos ou secretamente um aspecto da filosofia social liberal.

No nosso caso, contudo, a questão que mais interessa é a divergência entre as correntes a respeito do Estado. A idéia de Estado em Marx, *grosso modo*, evoluiu de acordo com sua trajetória intelectual. O autor partiu de uma definição hegeliana para aos poucos formular sua própria concepção. Deixando de lado o idealismo característico de Hegel, ele passou a construir paulatinamente a idéia da diferenciação entre a emancipação política [representada pelo Estado moderno] e a emancipação humana [que se daria através da igualdade não-abstrata, substantiva]. Marx percebeu que a igualdade constitucional é abstrata e, ainda que importante, não representa a igualdade substantiva entre os indivíduos. Pouco a pouco, foram surgindo em sua análise os constrangimentos materiais da estrutura de classes, que tornam o Estado o “*comité organizador dos assuntos da classe burguesa.*” (Marx, 1973:35 apud Castillo, 2007:49). Nesse sentido, ele argumenta que os problemas não se resolvem no Estado, pois as contradições lá se mantêm.¹³

A visão marxista é, portanto, pessimista a respeito do Estado, o qual, ao representar a manifestação das diferenças materiais existentes na sociedade, se torna o problema. Como para os marxistas a distinção entre as

¹³ O marxismo está correto em apontar a complexidade do Estado enquanto instituição, bem como a maneira pela qual a estrutura de classes da sociedade o influencia diretamente. Não é frutífero científica e analiticamente ignorar que a defesa da propriedade privada é, em última instância, a defesa daqueles que têm contra os que não têm.

esferas econômica e política é relativizada, a autonomia do Estado e a busca pelo interesse público por parte dele são comprometidas. A solução, portanto, está em uma sociedade sem Estado.

Conforme Castillo (2007:33, tradução nossa): *“O que defende Marx é que há “democracia” quando não há diferença entre a sociedade política e a sociedade civil. (...) O termo democracia está pensado para o futuro, em um sentido de igualdade substantiva.”* Isto é, grosso modo, para os marxistas, a estrutura de classes gerada pelo capitalismo corrompeu a comunidade política e, através do Estado, manteve as contradições e injustiças do sistema. A harmonia societária só poderia ser restaurada através da extinção do Estado.

De certa forma, os marxistas vão ecoar até hoje a definição de Marx. Para Gramsci, por exemplo, *“O Estado sempre foi o protagonista da história, porque em seus organismos se concentra o poder da classe proprietária.”* (Rey, 2007b:133, tradução nossa). A partir da década de 1960, as correntes marxistas passaram a travar um debate entre instrumentalistas e estruturalistas, como argumenta Jessop (2006:116, tradução nossa),

Abordagens epifenomenalistas interpretaram as formas do Estado e suas funções principalmente como reflexos diretos das estruturas e interesses econômicos. (...) Abordagens instrumentalistas trataram o Estado como um simples veículo do controle da elite política, movendo-se de acordo com aqueles que estavam no comando.

A concepção instrumentalista, de certa forma, permitiu o florescimento dentro do marxismo de correntes reformistas como a social-democracia, por exemplo, ao passo que os estruturalistas permaneceram avessos à idéia de reforma. Gramsci (apud Rey, 2007b:133, tradução nossa) é um dos expoentes dessa última corrente: *“As instituições capitalistas do Estado estão*

organizadas para os fins da livre concorrência: não basta mudar as pessoas para orientar em outro sentido sua atividade.” A revolução e a instituição da sociedade comunista é, para estes autores, a única solução. Os instrumentalistas, por outro lado, percebem a autonomia do Estado como variável importante na análise do comportamento estatal, o que remete à possibilidade do Estado agir em prol dos mais necessitados.¹⁴

Por outro lado, se a definição weberiana pode ser criticada por se alinhar a uma perspectiva liberal, por outro lado ela atende ao requisito de considerar o Estado com ente autônomo perante a sociedade – importante constatação para a Ciência Política. Esta autonomia é peça-chave na atuação do Estado como regulador das vontades individuais e defensor perante outros Estados – mas não é facilmente adquirida, nem mesmo absoluta. A ação estatal se constitui na zona cinzenta entre a influência exercida pela sociedade, de um lado, e a autonomia do ente político enquanto tal. Para parte dos marxistas essa autonomia não existe, pois os interesses de classe determinam a ação do Estado finalmente. Para os weberianos, a ação do Estado tem momentos de autonomia importantes, que permitem ao analista identificar resultados diferentes daqueles emulados pelos interesses de classe.

Para além das diferenças acerca da autonomia do Estado perante a sociedade, outro ponto de desacordo fundamental entre as duas escolas remete às razões pelas quais os Estados existem, de um lado, e aos pressupostos a respeito da convivência social, de outro. Nesse sentido,

¹⁴ Jessop (2006:117, tradução nossa) afirma: “*não há certeza de que resultados políticos irão servir as necessidades do capital – mesmo que (e, aliás, precisamente porque) o Estado é operacionalmente autônomo e sujeito a constrangimentos e pressões politicamente mediadas.*”

importa dizer que o Estado pode até se tornar em dado momento o comitê da burguesia, mas esse não é o seu propósito principal. O propósito principal de um Estado é mediar o conflito político que surge da convivência e da co-habitação de um mesmo território por um grande número de indivíduos. Isso porque, o pressuposto marxista (assim como o liberal) de que podemos viver em harmonia sem o Estado, é idealista. ¹⁵ Como afirmou Hobbes (1983:142):

Pois, se fosse lícito supor uma grande multidão capaz de consentir na observância da justiça e das outras leis da natureza, sem um poder comum que mantivesse a todos em respeito, igualmente o seria supor a humanidade inteira capaz do mesmo. Nesse caso não haveria, nem seria necessário, qualquer governo civil, ou qualquer Estado, pois haveria paz sem sujeição.

Huntington (1975:23) argumenta: *“Historicamente, as instituições políticas surgiram da interação e do desacordo entre as forças sociais e do desenvolvimento gradativo de procedimentos e dispositivos organizacionais para resolver esses desacordos.”* ¹⁶ Giambiagi & Além (2008:9) exemplificam a necessidade de governo de maneira clara e didática:

(...) seria possível não ter governo? Um exercício interessante é imaginar o que aconteceria, se, por exemplo, um transatlântico com 2.000 passageiros naufragasse e todas as pessoas conseguissem se salvar, sem que o resto do mundo saiba seu destino, indo parar em uma ilha deserta. O pequeno anarquista que vive dentro de cada um, no início, provavelmente levaria cada pessoa a tentar sobreviver de forma independente dos outros. Com o passar do tempo,

¹⁵ Para uma discussão teórica profunda, ver Reis (1997:53-60), na qual o autor afirma: *“Postular a superação do estado de escassez a um ponto tal que (nas palavras do próprio Marx) ‘seja possível a satisfação normal de todos os desejos, isto é, uma satisfação limitada apenas pelos próprios desejos’, de maneira a poder dispensar qualquer normatização externa da conduta humana (e, assim, dispensar o estado ao dispensar a coerção) significa postular uma situação em que seja impossível a existência de desejos humanos mutuamente excludentes – o que é claramente implausível e, se concebível, provavelmente indesejável.”*

¹⁶ Outra resposta à questão da necessidade do Estado é dada por Hobsbawm (2000:88): *“A dificuldade real é como esta riqueza pode ser distribuída pelo Estado e pelas autoridades públicas. Esta é a razão pela qual penso que o Estado-nação é indispensável.”*

porém, algumas perguntas começariam a surgir – tais como: Como fará a comunidade para se proteger da ação dos animais selvagens? Se houver um litígio entre duas pessoas, quem arbitrará para decidir quem está com a razão? Quem tomará conta dos eventuais infratores que, por exemplo, forem pegos roubando o sustento dos outros? Quem tomará conta dos doentes? – e tantas outras que poderão surgir. (...) O governo surge então como um fato natural da evolução das sociedades humanas, como forma de organizar e disciplinar melhor as relações entre as pessoas.

Para se tornar o árbitro político e regulador da convivência entre os indivíduos da sociedade, o recurso à violência é essencial. Reis (1997:59) conclui:

Constatada a necessidade do recurso ao poder – não apenas para evitar a guerra generalizada tal como no argumento de Hobbes, mas também como condição necessária “de qualquer esforço de coordenação das ações ou de organizações que vise à realização de fins coletivos” – impõe-se à reflexão sobre a política não apenas os esforços de conter o exercício deste poder de maneira a impedir a sujeição arbitrária de certos homens a outros (“conter ou distribuir o poder”), mas também assegurar que ele seja capaz de agir com eficácia, seja na garantia da paz coletiva, seja na promoção dos fins de qualquer natureza que a coletividade venha a perseguir (produzir ou incrementar [...] o poder”).

Chegamos a um dos componentes essenciais da definição weberiana, o uso da força. Nela, “*o Estado é aquela ‘organização política compulsória’ que controla um território no qual ‘a burocracia com sucesso tem o monopólio legítimo do uso da força física para assegurar sua ordem.’*” (Weber, 1978, i.54 apud Spruyt (2007:211), tradução nossa). Negando a premissa de que os homens são autogovernáveis, o uso da força é indispensável na construção de um Estado.

Contudo, a própria definição weberiana já indica que há outro elemento importante na definição de um Estado moderno, a legitimidade. O processo de racionalização das burocracias estatais, concomitantemente com o desenvolvimento do capitalismo centrado nas cidades da Europa,

minou as bases de legitimidade daqueles Estados, nos quais os indivíduos passaram a questionar o absolutismo enquanto solução institucional. Tanto Maquiavel como Hobbes se debruçaram em suas obras a este respeito, preocupados com as mudanças que o Renascimento e o individualismo proveniente do capitalismo trariam para as formas absolutistas, como argumenta Reis (1997:61):

Tanto Maquiavel quanto Hobbes, ao tomarem o estado como fruto do artifício humano, e portanto, subordinarem sua existência e justificação à conveniência dos seres humanos sobre os quais exerce seu poder, respondem a problemas advindos do surgimento de uma forma complexa de sociedade, cujos membros se tornam crescentemente “anônimos” uns em relação aos outros, reduzindo drasticamente a eficácia de sanções morais contra comportamentos desviantes e multiplicando as oportunidades oferecidas aos indivíduos de se comportarem como “caronas” à Olson.

Assim, a equalização dos indivíduos enquanto tais trouxe outro desafio, que dificultou ainda mais a coordenação da convivência coletiva: o da legitimidade e dos custos envolvidos na tarefa da repressão. Esta é uma seara por demais extensa – embora interessante – e dessa forma, sua análise não será muito aprofundada. Cabe dizer, contudo, que os Estados absolutistas e depois, modernos, tiveram de criar uma base ideológica que lhes permitisse governar, após a substituição do direito divino como forma de legitimação. Isto é, tiveram de transformar os Estados em Estados legítimos.

Como afirma Hardin (2007:236), entretanto, o conceito de legitimidade apresenta problemas no corpo da literatura de ciência política, por seu amplo uso e difícil definição positiva. O autor comenta a árdua tarefa de definir legitimidade sem fazer uso de pressupostos normativos, e, nesse sentido, atesta sua complicada aplicabilidade. Ele chega à conclusão de que tratar legitimidade enquanto função do poder é a solução mais adequada.

No entanto, embora de acordo com os problemas de envolver concepções normativas na definição, nos parece inevitável algum tipo de consideração subjetiva. Nesse sentido, a definição de Weber parece adequada – ainda que não totalmente operacionalizável: *“na definição de Weber do conceito de legitimidade, para alguém afirmar que um regime é legítimo, deve ser capaz de dizer que uma grande fração da população acredita que é legítimo.”* (Hardin, 2007:248, tradução nossa). Conforme o próprio Weber (1968:903, tradução nossa): *“A situação moderna das associações políticas baseia-se no prestígio dado a elas pela crença de seus membros, em uma específica consagração: a ‘legitimidade’ daquela ação social que é ordenada.”* Bobbio et al (1998:675) convergem com esta definição e deixam claro como não apenas o consentimento é necessário, mas também a *crença* (ou seja, um valor subjetivo):

podemos definir Legitimidade como sendo um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por esta razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão. A crença na Legitimidade é, pois, o elemento integrador na relação de poder que se verifica no âmbito do Estado.

A legitimidade de um regime, por sua vez, diminui consideravelmente a necessidade do emprego indiscriminado da coerção, pois implica a maior ocorrência de consentimento por parte dos cidadãos. Assim, os Estados – quando puderam – optaram por soluções menos custosas que a recorrência à coerção indiscriminada.¹⁷ Dessa forma, foram criadas instituições políticas,

¹⁷ Maquiavel (1982:54) alertava para os benefícios de uma ordem legítima frente aos custos da repressão: *“Aquele que for elevado ao poder supremo de uma república que considere os elogios com*

leis, nacionalidade, símbolos – todos na tentativa de diminuir a necessidade de recorrer à violência, tornando o ato de governar menos custoso. Conforme Young (1994:24, tradução nossa), *“No exercício do governo, a aplicação constante de coerção diminui seu valor; o Estado procura maneiras de dominação que se baseiem mais na autoridade do que na força, que preservem e confirmem sua legitimidade.”* Ele continua (1994:37, tradução nossa):

A hegemonia se torna crível pela visível possessão de força superior. Contudo, a coerção pode ser concebida metaforicamente como uma reserva de ouro que sustenta a moeda do poder. Se constantemente usada, as reservas são esvaziadas velozmente, e a rápida desvalorização do poder logo acontece. Através do investimento em instituições com autoridade legítima, o Estado procura aquiescência habitual e consentimento ao seu poder.

Por meio desses conceitos, podemos concluir que foram sendo criados entes diferentes daqueles Estados absolutistas do século XVI ou mesmo de períodos anteriores.¹⁸ Características como a impessoalidade e a legitimidade deram forma a um novo tipo institucional: o Estado moderno. Conforme Bobbio et al (1998:425-431, grifos nossos), a respeito da diferenciação entre o Estado antigo e o Estado moderno:

que Roma, transformada em império, cumulou os imperadores que seguiram as leis, de preferência aos que se conduziram de modo contrário. Verá então que Tito, Nerva, Adriano, Antonino e Marco Aurélio não tinham necessidade, para a sua defesa, de soldados pretorianos ou de grande número de legiões, porque a maneira como viviam, a afeição do povo e o amor do Senado constituíam sua melhor proteção.”

¹⁸ Como bem lembra Tilly (1996:46), os Estados sempre existiram, enquanto domínio de um território e de uma população por parte de um monarca, governante ou de uma elite. Ele fornece o exemplo de Hamurábi (1996:45): *“Apoiado num chamamento divino, Hamurábi podia presunçosamente chamar de “maus” e “iníquos” aqueles que se opunham a seu domínio. Vilipendiando as vítimas, aniquilando os aliados e arrasando as cidades inimigas, ele afirmava que tinha a ampará-lo a justiça divina. Hamurábi estava construindo o poder de sua cidade e fundando um estado; seus deuses e a visão particular de justiça dessas divindades iriam prevalecer.”*

o elemento central de tal diferenciação consiste, sem dúvida, na **progressiva centralização do poder** segundo uma instância sempre mais ampla, que termina por compreender o âmbito completo das relações políticas. Deste processo, fundado por sua vez sobre a concomitante afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política e sobre a progressiva **aquisição da impessoalidade do comando político**, através da evolução do conceito de officium, nascem os traços essenciais de uma nova forma de organização política: precisamente o Estado moderno. (...) Max Weber definiu o caráter da centralização — válido, sobretudo, ao nível histórico-institucional — em algo marcadamente politológico, como "monopólio da força legítima". A observação permite compreender melhor o significado histórico da centralização, colocando à luz, para além do aspecto funcional e organizativo, **a evidência tipicamente política da tendência à superação do policentrismo do poder**, em favor de uma concentração do mesmo, numa instância tendencialmente unitária e exclusiva. A história do surgimento do Estado moderno é a história desta tensão: do sistema policêntrico e complexo dos senhorios de origem feudal se chega ao Estado territorial concentrado e unitário através da chamada racionalização da gestão do poder e da própria organização política imposta pela evolução das condições históricas materiais.

Jessop (2006:115, tradução nossa) converge com esta definição de Estado moderno ao relacionar suas características definidoras: “[a] *separação formal das outras esferas da sociedade, seu modus operandi, sua racionalidade política própria e sua legitimação constitucional distintiva, baseados na adesão aos seus procedimentos políticos e não a valores como direito divino ou lei natural.*”

Tilly (1996:46-47) também faz esta distinção – para ele entre “Estado” e “Estado Nacional”. Estados, para o autor, são “*aquelas organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios.*” Estados nacionais, por outro lado, são “*aqueles que governam múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estruturas centralizadas, diferenciadas e autônomas (...).*”

Por sua vez, o processo de formação do Estado, ou seja, de sua transformação em Estado moderno através da busca do monopólio de uso da força, da legitimação deste uso e também da aquisição de impessoalidade e autonomia, foi fruto da exposição do Estado ao fenômeno da guerra, conforme Charles Tilly (1996).

II – As origens do Estado moderno na Europa

O argumento de Charles Tilly (1975, 1996, 2003, 2007) é um dos que mais se destaca na defesa da alta correlação causal entre a guerra e o Estado moderno. Ele defende, em síntese, o seguinte: a sede por território e poder levou os governantes e soberanos europeus a entrar em conflito.¹⁹ Estas guerras demandaram recursos, que foram acumulados através da extração das populações subordinadas. A partir desta realidade, foi necessária a unificação territorial, a melhoria da capacidade extrativa, a criação de burocracias. Os esforços de guerra criaram uma estrutura centralizada e diferenciada, que, pela via da revolução ou da reforma, se impessoalizou perante os cidadãos.

Contudo, alerta Tilly (1996), o processo de formação do Estado moderno na Europa não obedeceu a apenas uma trajetória. As diferentes distribuições de riqueza e, conseqüentemente, as diferentes classes sociais encontradas em cada um dos países fizeram com que o caminho em direção

¹⁹ O imperativo que levou à guerra, em Tilly, pode ser interpretado como próximo ao *realis mo* ofensivo de John Mearsheimer (2001).

ao Estado moderno variasse significativamente.²⁰ O autor destaca três arquétipos diferentes em que, devido à disponibilidade de riqueza, a coerção foi mais ou menos necessária para a extração de recursos.

O primeiro deles é a trajetória de *capital intenso*, representada principalmente pelas cidades-estados.²¹ Nelas, a presença de grandes quantidades de capital não apenas desincentivou a criação de grandes estruturas estatais, como também os próprios capitalistas se opuseram a isso. Surgiram Estados voltados para a proteção comercial, com exércitos mercenários, que por sua vez foram muito bem-sucedidos “*até que a escala absoluta da guerra com exércitos e marinhas recrutados entre a população nacional sobrepujou o seu poder militar eficiente mas compacto.*” (Tilly, 1996:223).

A segunda trajetória é a de *coerção intensa*, em que a ausência de concentração de capital levou as elites a aplicarem a coerção em níveis mais elevados, a fim de extraírem mais recursos.²² Esta trajetória nos é de singular importância, por que a trajetória da Etiópia apresenta similitudes importantes. Nela, a ausência de capital, em contraste com as trajetórias capitalistas, obrigou as elites, ao serem confrontadas pela guerra, a depender

²⁰ Cabe ressaltar, contudo, que Tilly não entra no mérito do porquê alguns tem mais capital e outros menos – isso é pressuposto em seu modelo.

²¹ A sorte desse tipo organizacional (cidade-estado) fica bastante clara nas palavras de Maquiavel (1998:62): “*tão logo a monarquia começou a ser rechaçada da Itália e o Papa a granjear um maior prestígio temporal, o país foi dividido em vários Estados. Isto porque muitas das grandes cidades pegaram em armas contra seus nobres – os quais, protegidos pelo Imperador, mantinham-nas sob um regime de opressão –, no que contaram com o apoio da Igreja, ávida justamente desse prestígio. Em várias outras cidades, os próprios cidadãos fizeram-se senhores. Assim, ficando a Itália quase toda nas mãos da Igreja e de algumas repúblicas, e, não estando esses padres e esses cidadãos afeitos às práticas militares, eles passaram a recompensar o labor dos forasteiros. (...) E o resultado do seu engenho (virtú) foi que a Itália acabou sendo atacada por Carlos, saqueada por Luís, invadida por Fernando e humilhada pelos suíços.*”

²² O exemplo clássico da trajetória coercitiva de Tilly (1996) é o Império Russo.

das aristocracias rurais, que extorquiam os camponeses. A transição para Estados mais próximos dos Estados nacionais se deu primordialmente pela via revolucionária. De acordo com o autor (1996:210),

No entanto, o ambiente era rico em coerção. Durante cinco séculos após 990 d.C., os vários estados que se desenvolveram nessa parte da Europa operaram através da conquista, alimentaram-se de tributos e governaram (a palavra é exagerada) por intermédio de magnatas regionais dotados das suas próprias bases de poder. (...) Constituída de cima para baixo, a estrutura emergente das relações sociais estava subordinada à coerção. Quando o estado russo começou a empenhar-se seriamente na guerra com seus vizinhos ocidentais fortemente armados, o esforço para extrair rendas essenciais de uma economia pouco comercializada multiplicou a estrutura de estado.

A terceira trajetória é a de *coerção capitalizada*, na qual teria sido encontrada a equação ideal entre o nível de coerção e o nível de capital, permitindo que estes Estados tivessem maior sucesso nas guerras. Ele exemplifica (1996:118):

Estados como a Prússia, a França e a Grã-Bretanha – considerados muitas vezes modelos de formação eficiente de estado – combinaram a cooptação dos proprietários de terra e dos comerciantes, criaram exército (e marinha) permanente na época das táticas de formação militar cerrada, da Guerra dos Trinta Anos às Guerras Napoleônicas, e conseqüentemente, criaram vastas burocracias centrais.

A combinação entre a existência de capital e a possibilidade de coerção organizada e nacionalizada deu a estes Estados um imenso potencial vencedor nas guerras interestatais. Esse maior sucesso, por sua vez, levou a sua imitação organizacional por parte dos outros Estados.²³ A padronização em torno do Estado moderno (na Europa) enquanto forma

²³ Como lembra Spruyt (2007:219, tradução nossa): “Dado um ambiente particular, a seleção será difícil, pendendo para a convergência em um tipo sobrevivente singular. A organização soberana definida territorialmente com administração central forte dessa forma derrotou e eliminou formas menos eficientes e eficazes de governo.”

organizacional foi fruto de um mecanismo evolucionista de imitação dos modelos mais bem-sucedidos, isto é, do modelo de coerção capitalizada.²⁴

O autor argumenta (1996:164) que no esforço de guerra, os Estados precisaram extrair recursos (humanos e financeiros) de suas populações para serem capazes de travar guerras. Essa extração obviamente não foi um processo pacífico e, desta forma, teve início um dos processos mais interessantes analisados por Tilly (1996:164):

O que fizeram os governantes quando se defrontaram com uma resistência, dispersa ou maciça? Negociaram. (...) Toda essa negociação criou ou confirmou reivindicações individuais ou coletivas ao estado, direitos individuais ou coletivos frente ao estado e obrigações do estado para com seus cidadãos.²⁵

A permanente extração de recursos da população, seja via imposto de sangue ou tributo financeiro, levou à necessidade da expansão do Estado para outras esferas, retribuindo aqueles tributos em forma de participação política, concessão de bem-estar, entre outros. Assim, o Estado se transformou de *vespa em locomotiva*, nas palavras do autor, expandindo suas atividades para além do monopólio legítimo da força. Ele foi se inserindo em esferas como a aplicação de justiça, a distribuição de renda, e até mesmo a produção de bens necessários. Dessa forma, de acordo com Tilly (1996:159):

²⁴ Apesar dessa padronização em torno do modelo de Estado Nacional, Tilly (1996:164-165) argumenta que as diferenças em classes sociais, e, por conseguinte, as diferentes trajetórias, culminaram em diferentes *regimes*, sendo válidas, para ele, as seguintes correlações positivas: capital/democracia; coerção/autoritarismo.

²⁵ Tilly é bastante enfático ao avisar que não necessariamente esta negociação foi pacífica: “*Ora, alguém pode fazer objeções ao uso da palavra ‘negociação’ para designar o envio de soldados com o objetivo de esmagar uma rebelião contra impostos ou prender um contribuinte relutante. No entanto, o uso frequente de punição exemplar – o enforcamento de alguns cabeças da rebelião em lugar de todos os rebeldes, a prisão do contribuinte local mais rico em vez de todos os delinquentes – indica que as autoridades estavam negociando com a massa da população.*” (1996:164).

Quanto mais meios de guerra os governantes e outras empresas coercitivas extraíram das suas economias locais, mais as classes principais dentro dessas economias lograram exigir a intervenção do estado fora do domínio da coerção e da guerra. (...) A extração, a proteção e a aplicação da justiça se entreteceram, finalmente, para compelir os estados ao controle da distribuição – primeiramente como um meio de garantir as rendas do estado provenientes da circulação de bens, depois como uma resposta aos pedidos populares de correção das desigualdades e déficits locais.

Cada vez mais, o Estado abrangia mais esferas de atuação. O esforço de guerra continuado obrigou-os também a criar estruturas administrativas perenes, que permitissem a fiscalização, a extração e o fluxo normalizado de recursos. Mais além, se deu também a transição do governo indireto para o direto, processo no qual os principais intermediários – variáveis de acordo com a estrutura de classe resultante da presença ou ausência de capital na região – foram sendo incorporados ou substituídos pelo Estado.

Conforme Tilly (1996:180-181), *“a esfera de ação do estado ampliou-se além de seu núcleo militar, e seus cidadãos passaram a exigir dele uma gama muito maior de proteção, aplicação de justiça, produção e distribuição.”* Nesta mesma lógica, podemos entender também o aumento nos gastos sociais, como aventado pelo autor.²⁶ Young (1994:20, tradução nossa) conclui: *“assim, ao longo do tempo, as razões do Estado modificaram-se para além da equação de poder presente em sua primeira formulação.”*

²⁶ Cabe lembrar, que, embora este processo tenha ocorrido na lógica descrita por Tilly, o aumento dos gastos sociais também foi bastante influenciado pela crise do liberalismo econômico a partir de 1929 e pela emergência do keynesianismo, que pregava uma presença mais efetiva do estado na economia e no bem-estar social.

III – Huntington, Modernização e Revolução

Todo o processo descrito acima é conscrito à Europa. É evidente que a trajetória de expansão das atividades descrita por Tilly não foi seguida pelos países em desenvolvimento. Não apenas fenômenos como o colonialismo e o imperialismo alteraram profundamente a trajetória possível daqueles países, como também o contexto político-econômico mundial foi completamente diferente.

Esta conclusão, se hoje já consolidada, não o era logo das descolonizações africana e asiática, a partir da década de 1960. Na época, os chamados teóricos do desenvolvimento político e da modernização passaram a se preocupar seriamente com o futuro daqueles novos países.²⁷ No entanto, o fizeram a partir de pressupostos equivocados: 1) acreditar que a seqüência histórica europeia era **a única possível**; 2) acreditar que o estágio de desenvolvimento europeu era o ápice e fim de uma trajetória; e 3) que a seqüência histórica se reproduziria automaticamente em direção àquele fim nos países recém-independentes.

A partir daí, mesclaram-se considerações científicas e normativas. O que antes era um diagnóstico da trajetória percorrida pelos países europeus, transformou-se não apenas em uma expectativa de que os países em desenvolvimento seguiriam aqueles caminhos automaticamente, mas também – sendo esta profundamente perigosa – em uma cartilha de que

²⁷ Apesar de não utilizarmos o argumento de Huntington em sua parte mais ligada à noção de desenvolvimento político, mas sim à idéia de convulsão social a partir do desenvolvimento econômico, cabe um breve comentário sobre esta questão.

deveriam seguir apenas aquele caminho. Tilly (1996:273) converge com estas críticas:

A idéia de 'desenvolvimento político', ora totalmente abandonada, sintetizava a concepção de um caminho-padrão ao longo do qual os estados se movem rumo a uma plena participação e eficiência, cujo modelo seria, evidentemente, um ou outro dos estados existentes no mundo ocidental.

Fernando Limongi (1999) também criticou a adoção destas noções, principalmente por autores brasileiros. Segundo ele, ao entender os desvios da trajetórias como momentos de crise ou colapso, “*essa perspectiva analítica leva ao pessimismo. Seu ponto de partida é a impossibilidade da estabilidade da democracia em países subdesenvolvidos.*” (Limongi, 1999:143).

Levando em consideração estes problemas, contudo, há alguns pontos (e alguns autores) ligados às teorias do desenvolvimento político que merecem ser revistos. Em primeiro lugar, mesmo que as trajetórias sejam diferentes e enfrentem desafios diferentes, há um componente da ação humana que incide diretamente na padronização e na busca de melhorias constantes, que – para o bem e para o mal – tem nos países desenvolvidos um modelo. Essas melhorias almejam Estados mais capazes, mais ágeis, mais democráticos e socialmente justos. Pode ser que os países em desenvolvimento pulem algumas “etapas” de desenvolvimento, ou levem mais tempo para superar alguma delas, ou mesmo enfrentem todas ao mesmo tempo com soluções inovadoras e surpreendentes. No entanto, é preciso reconhecer que os modelos normativos existem e ao existirem interferem diretamente no percurso histórico de cada país, levando a uma inevitável padronização institucional (que não necessariamente termina

derradeiramente com a padronização em torno do modelo europeu ou norte-americano; nada impede que novos modelos “modernos” – como o chinês, por exemplo – surjam e resultem no mesmo efeito).

Isso remete a um ponto defendido por Fábio Wanderley Reis (1999:167) a respeito da preocupação inerente a nós cidadãos de solucionarmos nossos problemas práticos em vistas de viver em uma sociedade melhor:

o interesse do que ele venha a ter a dizer-nos a respeito depende crucialmente **da importância do problema que aquelas relações representam para nós como problema prático** – o que remete inexoravelmente à concepção de uma forma adequada ou “boa” de se darem tais relações (...). Ora, se a concepção da boa polity (...) é, assim, simplesmente indispensável a uma ciência da política que pretenda fazer sentido, como abrir mão de tratar de refletir sobre o processo que eventualmente leva a ela e sobre as maneiras pelas quais poderemos talvez inferir benignamente neste processo?

Em segundo lugar, ao delimitar uma trajetória “padrão” europeia, esta perspectiva teórica fornece um **parâmetro** para comparação. Sem dúvida, ela não pode ser utilizada para detectar “desvios” ou “falhas”, mas com cautela pode ser usada para averiguar não apenas as semelhanças, mas as diferenças entre as trajetórias. Isto é, as teorias da modernização podem ser resgatadas em um sentido metodológico e que é largamente utilizado por Charles Tilly (1996): a delimitação de trajetórias e seqüências seguidas por países que compartilham certa conjuntura histórica, como ele mesmo faz.

Parece-nos não apenas possível, mas desejável, estudar as trajetórias dos países em desenvolvimento em comparação com a Europa – não para identificar “falhas de percurso”, mas para tentar compreender estes processos através de algum parâmetro. Não em termos de estágios que se cumprem linearmente – mas em termos comparativos. Isto é, podemos

identificar (como faz Peter Evans (2004), por exemplo) que o Estado do Congo é predatório hoje como foi o Estado absolutista francês no século XVI. Isso não implica necessariamente dizer que ele *deve* ou *vai* seguir a mesma trajetória que o Estado francês, mas apenas que temos um parâmetro para analisá-lo.

Por fim, talvez em defesa da noção que mais interesse este trabalho, isto é, no entendimento de Samuel Huntington (1975) a respeito do descolamento entre a expansão da participação no sentido de consciência política e as oportunidades dadas pelo sistema político tradicional, afirma Reis (1999:170-171):

Mas é bem claro que temos um problema da maior importância na questão de como obter o acoplamento bem-sucedido entre as normas e o substrato “realista” dos interesses, ou como obter a institucionalização no sentido do estabelecimento de parâmetros normativos para o próprio jogo de interesses – problema para o qual estaríamos cegos se prevalecesse a perspectiva negativa de Limongi a respeito do recurso à idéia de institucionalização.

Tendo dito isto, parece oportuno analisar a trajetória dos países em desenvolvimento – no nosso caso, a Etiópia – a partir de uma perspectiva que, a princípio, refutou as teses “clássicas” do desenvolvimento político ao perceber as mudanças presentes nas trajetórias dos países em desenvolvimento, sem abandonar as características que julgamos positivas como afirmado acima, embora certamente tenha problemas – a de Samuel Huntington (1975).

O argumento do autor é relativamente simples em sua essência. Para ele, a violência endêmica que teve lugar em países da África, da América Latina e da Ásia, principalmente a partir dos anos 1950, não foi decorrência apenas da pobreza ou da falta de desenvolvimento econômico. Na verdade,

a razão para esta violência se encontra no hiato entre a expansão da participação política e as instituições políticas, causado pela modernização.

Isto é, as comunidades políticas tradicionais – baseadas em identidades adscritas como a religião e a etnia, começaram a passar por um processo de modernização, que, através do desenvolvimento econômico, gerou urbanização, diversificação social e expansão da participação política.

O autor (1975:45) argumenta, a respeito da modernização:

No nível psicológico, a modernização implica uma mudança fundamental de valores, atitudes e expectativas. (...) Essas mudanças exigem tipicamente a expansão de lealdades e identificações dos grupos mais concretos e imediatos (como a família, o clã e a aldeia) para agrupamentos maiores e mais impessoais (como a classe e a nação). (...) No nível intelectual, a modernização implica a tremenda expansão do conhecimento humano sobre o meio em que vive e a difusão desse conhecimento através da sociedade, por meio da crescente alfabetização, comunicação de massa e educação. Demograficamente, a modernização implica mudanças nos padrões de vida, um aumento acentuado das condições de saúde e vida média, crescente mobilidade ocupacional, vertical e geográfica e, em especial, o rápido crescimento da população urbana. (...) Economicamente, há uma diversificação da atividade (...).

Ou seja, há concomitantemente uma diversificação de grupos e interesses sociais e uma conscientização a respeito da ordem sob a qual estes indivíduos vivem. Essa mudança colide com instituições políticas que não conseguem absorver as novas demandas. Assim, há um hiato político e, para Huntington (1975) a chave para o desenvolvimento está na criação de novas formas de associação que suplantem as antigas e consigam novamente coordenar a política de determinado país.

O ápice deste processo é a revolução. Ela é, segundo o autor, o momento extremo do hiato político. *“A essência política da revolução é a rápida expansão da consciência política e a rápida mobilização de novos*

grupos para a política a uma velocidade que impossibilita as instituições políticas existentes de assimilá-los.” (Huntington, 1975:276). Mas, ele alerta, nem todas as revoluções conseguem criar novas formas de associação e, assim, resolver o problema do hiato entre a participação política e o nível de absorção desta participação pelo sistema político.

Dessa forma, entendemos que o modelo de Huntington (1975) se aplica ao caso etíope. Ele inclusive menciona a Etiópia, percebendo o hiato político que se criava, a partir da década de 1950, entre o imperador Hailé Selassié e as novas forças sociais emergentes do processo de modernização então em curso. *“O sistema etíope, por exemplo, não conseguiu absorver números significativos da nova intelligentsia que começou a surgir depois de 1955.”* (Huntington, 1975:198). Ele confirma: *“os monarcas governantes de países como a (...) Etiópia não demonstraram o menor sinal de que pretendessem renunciar ao firme exercício de poder ou aceitar outras fontes de legitimidade.”*

Nesse sentido, a Revolução etíope de 1974 foi a maneira pela qual o hiato político entre o imperador e os novos grupos sociais atingiu seu ápice, isto é, foi o momento em que a participação política destruiu o sistema que não mais a absorvia. Entretanto, lembra Huntington (1975:321): *“A conclusão da obra política da revolução depende, porém, da criação de novas estruturas políticas para estabilizar e institucionalizar a centralização e a expansão do poder.”* Essa parece ter sido a lacuna que não foi resolvida na Revolução etíope e que de certa forma ainda dificulta a construção de um Estado mais capaz e desenvolvido naquele país.

IV – Capacidade Estatal e *capabilities*

Antes de darmos início ao estudo da trajetória da Etiópia, entretanto, é importante fazermos um pequeno adendo metodológico ao modelo de Tilly (1996). Como vimos, o autor não minucia o conceito de “construção do Estado”. Para ele, a guerra construiu o Estado em termos vagos. Mesmo concordando com o argumento mais geral do autor, é preciso reconhecer que ele peca por ser muito amplo. Por meio dele, podemos apenas distinguir aqueles Estados que foram construídos, de um lado, e aqueles que não foram construídos, de outro.

O mesmo acontece com a definição weberiana de Estado, que vimos acima. Ela nos possibilita distinguir apenas aqueles Estados que possuem o monopólio legítimo da força daqueles que não o possuem. Estados extremamente diferentes, como o Brasil, a Somália, a Venezuela, a África do Sul, o Sudão, o México e o Vietnã, por exemplo, seriam classificados da mesma forma. Por outro lado, China, França, Estados Unidos também comporiam uma categoria, que, por sua vez, não seria capaz de identificar as diferenças entre eles e, dessa forma, prover uma fonte analítica interessante.

A partir de que conceitual teórico conseguimos um parâmetro para analisar os diferentes Estados e, além disso, para mensurar suas diferenças? Charles Tilly nos ajuda mais uma vez, por meio de sua definição de *capacidade estatal*. Em seu livro *Democracy*, Tilly (2003:16) argumenta que capacidade estatal

significa o alcance das intervenções dos agentes estatais em recursos não-estatais existentes, em atividades e em conexões interpessoais, alterando por sua vez distribuições existentes

desses recursos, atividades e conexões interpessoais, assim como as relações entre essas distribuições.

Dito de outra forma, capacidade estatal é o alcance que o Estado consegue dar às suas decisões, ou seja, é a capacidade do Estado de implementar aquilo que ele deseja.

Tilly, entretanto, não avança no refinamento deste conceito e, em seu livro, a mensuração da capacidade estatal é largamente subjetiva. Como operacionalizar este conceito? Parece que o funcionalismo de Almond & Powell (1966) pode ajudar, na definição do Estado por aquelas funções que ele executa. Certamente, é válida a crítica que Jessop (2006:112, tradução nossa) levanta, ecoando Weber: *“isto é difícil porque, como Max Weber (1948) conhecidamente observou, não há atividade que os Estados sempre desempenharam nem atividade que nunca tenham feito.”* O Estado, como vimos no estudo de suas origens na Europa, se transformou abrangendo novas atividades e novas esferas de atuação.

Contudo, discordando da crítica acima exposta, acreditamos que existem sim algumas funções essenciais, que definem o Estado. O próprio Weber (1968:905, tradução nossa) lista o que ele considera as funções básicas de um Estado:

Como as consideramos atualmente, as funções básicas do “estado” são: estabelecimento de leis (função legislativa); proteção da segurança pessoal e da ordem pública (polícia); proteção de direitos reconhecidos (administração da justiça); cultivo de interesses higiênicos, educacionais, de bem-estar social e culturais (os vários ramos da administração); e por último, mas não menos importante, a proteção armada organizada contra ataques externos (administração militar).

Para Almond & Powell (1966:190-212), as capacidades primárias de um ‘sistema político’ são: 1) capacidade extrativa (área-meio); 2) capacidade

regulativa (segurança interna)²⁸; 3) capacidade distributiva (desenvolvimento econômico e igualdade social); 4) capacidade simbólica (nação); e, 5) capacidade responsiva (democracia). Fica evidente a lacuna da capacidade militar (segurança externa), que, em um sistema internacional anárquico e competitivo, significa a capacidade de um Estado de se defender e manter sua autonomia e soberania pelas próprias forças.

Ao fragmentar a análise da construção do Estado de acordo com suas diferentes capacidades, se ganha em capacidade comparativa e, conseqüentemente, analítica. Estas ferramentas metodológicas, portanto, ajudam o analista a comparar diversos Estados, além de recortar metodologicamente o processo de construção do Estado. Quais capacidades foram construídas? De que forma? Por quê? Nesse sentido, a noção ampla de Charles Tilly de construção de Estado se fragmenta em capacidades específicas, permitindo que o modelo ganhe maior profundidade explicativa, além de potência comparativa.

Para este estudo, consideraremos como capacidades básicas de um Estado: 1) capacidade militar; 2) capacidade administrativa (área-meio); 3) capacidade regulativa (segurança interna); 4) capacidade responsiva (não entendida apenas como democracia, mas como capacidade política em geral

²⁸ Aqui, os autores se referem à capacidade de coerção e controle que os Estados tem primordialmente em sua dimensão interna, ou seja, a capacidade de fazer a guerra está de certa forma excluída. Aliás, cabe ressaltar que os autores diferenciam capacidades domésticas e externas, afirmando categoricamente que elas não podem ser automaticamente deduzidas. Acredito, no entanto, que os autores, inspirados no funcionalismo, tratam o sistema internacional como mais um sistema político, em que cada uma das partes tem uma função e desempenha capacidades de acordo com estas. Porém, os princípios – hierárquico e anárquico – que ordenam as duas “arenas” políticas – a interna e a doméstica – são diametralmente opostos e, portanto, as capacidades no Sistema Internacional estão muito mais ligadas à coerção do que a qualquer outro tipo de capacidade. Nesse sentido, não considero internacionais as capacidades que não são ligadas à capacidade de fazer a guerra.

– incluída, dessa forma, a capacidade “simbólica” de Almond & Powell (1966); e, 5) capacidade distributiva (desenvolvimento econômico e igualdade social)). Elas serão analisadas primordialmente na conclusão do trabalho, com o auxílio de indicadores ligados a cada uma das áreas.

Capítulo 2 – Guerra e Coerção na Construção do Estado Moderno na Etiópia (1855-1974)

A Etiópia atual tem aproximadamente 1.104.300 km², sendo equivalente à Região Sul do Brasil somada aos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.²⁹ Atualmente, tem aproximadamente 88 milhões de pessoas, o que lhe dá o posto de segundo país mais populoso da África, e uma taxa de natalidade alta (aproximadamente 35 por 1.000 habitantes, o dobro do Brasil). O noroeste e o centro do país são compostos por um vasto bloco de planaltos e montanhas. No Sudeste, há o Deserto de Ogaden, na fronteira com a Somália. Ao sul de Adis Abeba, se encontram terras férteis que produzem café. Como veremos a seguir, a geografia acidentada foi e é um dos obstáculos à construção de um Estado unificado naquele país.

A Etiópia é formada por diversos grupos – linguística, religiosa e culturalmente distintos. Em termos linguísticos, há mais de oitenta línguas maternas, sendo que mais de 50 – aqui incluída a maioria da população – podem ser classificadas em três grandes grupos linguísticos: Semíticas, Cuchíticas e Omóticas, todas da família linguística afro-asiática. As línguas semíticas são faladas por 40% da população, sendo os grupos mais importantes os Amhara e os Tigrinos, que representam as elites mais tradicionais do país. As línguas Cuchíticas são faladas por aproximadamente 50% da população, e seus representantes mais relevantes são os Oromos e

²⁹ Para um mapa atual do país, ver Anexo I. Para as divisões étnicas e densidade populacional, ver anexo II.

os Somalis.³⁰ As Omóticas representam apenas 6% da população. (Jane's, 2009).

Em relação à religião, o país também é bastante diversificado. Aproximadamente 35% da população é de muçulmanos, dentre os quais Oromos e Somalis se destacam. Cabe lembrar, contudo, que ainda que os Oromos sejam normalmente identificados como muçulmanos, eles passaram por um processo de assimilação e diferenciação bastante acentuado.³¹

Uma proporção parecida da população é cristã ortodoxa (40%), e o cristianismo tem um papel importante na configuração da identidade etíope. Durante séculos, a Etiópia foi um reino cristão rodeado por reinos e sultanatos árabes. O mito fundador do país – ainda que ligado a uma elite – é a viagem a Israel feita pela Rainha de Sabá, que retornou grávida de um filho do rei Salomão, conectando o destino etíope à tradição judaico-cristã. (Ki-Zerbo, 1972). As raízes salomônicas foram evocadas nas tentativas de legitimação de variados regimes.

³⁰ A população Oromo era conhecida como *Galla*, mas devido ao tom pejorativo que o termo ganhou, principalmente por parte das elites Amhara e Tigryan, esse termo não é mais utilizado pela literatura, embora apareça em mapas.

³¹ No século XVI, quando o Reino de Axum começava a enfrentar problemas internos, o Império Otomano cedeu armas e soldados ao Reino de Adal, um satélite de Istambul. Os conflitos com Adal tiveram consequências importantíssimas para a história da Etiópia, pois não apenas davam início à derrocada de Axum, como também permitiram o começo de um outro fenômeno: as invasões Oromo. Percebendo a instabilidade do império central, as populações Oromo, que viviam ao Sul em sociedades hierarquicamente horizontais, começaram a migrar para os planaltos, dando início a um processo de assimilação e conflito que até hoje persiste no país. Essa grande migração deu à Etiópia a parcela islâmica importante que compõe a população etíope atual. (Levine, 2007:1). Conforme Marcus (2002:37, tradução nossa), “*Alguns Oromos permaneceram pastores, enquanto outros se tornaram agricultores, e um grande número deles praticavam um modo de produção misto. Milhares passaram a se identificar com a sociedade etíope, enquanto outros permaneceram alheios ou aderiram seletivamente a novos métodos de produção, organização social e pensamento. Alguns Oromo se tornaram muçulmanos, outros cristãos, e muitos mantiveram a fé de seus pais, mesmo que incorporassem Alá, Maomé, Jesus e a Virgem Maria em seus rituais.*”

Em termos culturais, há divergências quanto ao número de etnias no país. Esse é um ponto sempre delicado e, na África em geral, as divisões tendem a ser acentuadas pelos observadores externos, imprimindo uma imagem de fragmentação social que não necessariamente se verifica em todos os casos. No caso da Etiópia, normalmente são consideradas etnias (definidas principalmente pela língua) os seguintes grupos: Oromos (34.5%), Amhara (26.9%), Somalis (6.2%), Tigrinos (6.1%), Sidama (4%), Guragie (2.5%), Welaita (2.3%), Hadiya (1.7%), Affar (1.7%), Gamo (1.5%), Gedeo (1.3%) e outros (11.3%).

Antes de aprofundar o estudo de caso, é necessário fazer uma ressalva quanto à geografia, à cultura e à religião do país. De certa forma, esta ressalva é uma reação às bem-fundadas críticas que Clapham (2002:40-41) teceu contra a historiografia etíope tradicional – que ele denomina como a “*grande tradição*”. Nesse sentido, cabe dizer primeiramente que a “Etiópia” que será tratada aqui variou muito em termos de área territorial. Tanto a região sul como a região leste eram, por exemplo, independentes, sendo anexadas apenas no início do século XX. Para melhor compreensão do leitor, até 1895, o império se localizava, *grosso modo*, no altiplano localizado abaixo da Eritreia. Foi apenas com a expansão territorial de Menelik II que os territórios ao Sul do altiplano e o deserto de Ogaden foram anexados.

Dessa forma, automaticamente comete-se um erro, pois, ao privilegiar a história desta “Etiópia” e, conseqüentemente, do altiplano: 1) é privilegiado o ponto de vista de dois grupos dominantes cristãos, os Amhara e os Tigrinos, que foram o núcleo da elite etíope até 1974; e, 2) o estudo das áreas que hoje fazem parte da Etiópia, mas que na época não tinham sido

incorporadas ao império, fica negligenciado. Contudo, o próprio autor reconhece a dificuldade de escrever a história etíope pelo prisma dos povos que foram incorporados, e mesmo de encontrar bibliografia para tal empreitada. Dessa forma, inevitavelmente este trabalho tem uma ênfase no desenvolvimento da Etiópia do altiplano e de suas expansões. Entretanto, sempre que possível, esses problemas serão contornados com análises que contribuam através de outros pontos de vista.

Feita a ressalva, na Etiópia foi encontrado o fóssil de Lucy, o que se considerou por um tempo o “elo perdido” na escala evolucionária humana. Lucy, uma *australopithecus afarensis*, deu lugar ao *Australopithecus Africanus*, depois ao *Homo Habilis* e ao *Homo Erectus*. Aproximadamente 70.000 anos atrás, os homínídeos da Etiópia dominaram o fogo, o que permitiu sua evolução para *Homo Sapiens*. No século VIII a.C., o desenvolvimento lingüístico seguiu a domesticação de animais e a conseqüente divisão de tarefas.³² A partir do domínio do arado, as populações etíopes deram início ao cultivo de espécies comestíveis, como *Teff*, um cereal, e *ensete*, ou banana-falsa, que também podia ser processada e transformada em farinha.

O domínio dessas tecnologias permitiu o ingresso nos planaltos férteis e temperados. (Marcus, 2002:3). Ali, muito influenciado pela Península Arábica, se formou o primeiro reino que se tem registro na região, Da’amat. Era um reino sustentado pelo comércio com a Arábia, a quem vendiam produtos como marfim, ouro, prata, entre outros. Durante os cinco séculos

³² A Etiópia é um dos poucos países africanos em que a escrita teve proeminência desde os primórdios, sendo a exceção em um continente marcado pela tradição oral.

antes da Era Cristã, a guerra foi constante e reinos como Da'amat surgiram e desapareceram em função do comércio e da guerra. Foi nesse período de conflito que surgiu o reino de Axum, provavelmente pelo impulso comercial dado pelo Egito Ptolemaico e depois pelo Império Romano. (Marcus, 2002:5). No século terceiro d.C., o Cristianismo atingiu Axum, que se converteu paulatinamente à nova fé.³³

Entre 900-1000 d.C., Axum foi dominado então pela dinastia dos Zagwe. Aqui, a estrutura feudal da Etiópia já existia: “*Durante o reinado de Lalibela, certamente o ápice da dinastia Zagwe, a Etiópia era um composto de feudos sobre a suserania do imperador.*” (Marcus, 2002:15, tradução nossa). A fragmentação política era aprofundada pela própria geografia etíope.³⁴ Conforme Clapham (2002:47, tradução nossa):

A história da região tem ficado à mercê do ambiente físico – desde muito tempo, as altamente contrastantes geografias dos planaltos, dos vales e das zonas intermediárias moldaram as pessoas, as culturas e as estruturas políticas da região como um todo. (...) [uma] dinâmica de fragmentação imposta pela extraordinária topografia da região, e pela dificuldade de projetar poder através as profundas ravinas que separam os diferentemente povoados planaltos.

Abegaz (2005:303, tradução nossa) também ressalta este problema:

“*A combinação da alta altitude e da baixa latitude também resultou na coexistência de sistemas de produção heterogêneos, propriedades rurais altamente dispersas e um dos custos de transportes mais altos do mundo*

³³ Quando da conversão do imperador Ezana, em 330 d.C., o Cristianismo ainda era uma religião da elite imperial de Axum. Trezentos anos mais tarde, ela chegaria às camadas populares do império. (Kaplan, 2009).

³⁴ Esta questão permeará a história da Etiópia sempre, como argumenta Planel (2007:90, tradução nossa): “*a Grande Etiópia representa um verdadeiro desafio político: como conciliar, por um lado, a imposição necessária de força de uma autoridade centralizadora e unificadora, sobre o mosaico territorial etíope, e, por outro lado, a necessidade pragmática de levar em conta as diferenças heranças, especialmente territoriais, que constituem a unidade do país?*”

(tonelada/milha).” Ou seja, a geografia etíope, teve influência no surgimento de uma dinâmica política bastante instável, em que os vassallos, apesar de sua condição de subordinação, sempre podiam reconsiderar esta questão, desafiando a autoridade central do império – exatamente como descreve o geógrafo holandês a respeito do Reino do Congo (Dapper *apud* Herbst, 2000:49, tradução nossa):

O Conde de Soyo é o mais poderoso vassallo do Rei do Congo, mas ele não é o mais fiel nem o mais submisso. Uma vez que a floresta de Fidemguolla ao largo de seus estados serve como uma forte barreira e lhe torna praticamente inacessível para um grande exército, este conde não quer mais reconhecer o Rei do Congo como seu soberano e acredita que ele deveria receber o status de aliado.

A fragmentação não conseguiu ser contida pela nova dinastia, que colapsou em 1270 com a tomada do poder por Yekuno Amlak. Amlak se proclamou imperador, e se disse filho da Rainha de Sabá e do Rei Salomão de Jerusalém, dando início à idade de ouro da Dinastia Salomônica na Etiópia. (Marcus, 2002:17). Como afirma Marcus (2002:19, tradução nossa), a Igreja e o Estado imperial se fundiriam nesse momento:

Os mitos acerca da dinastia Salomônica ‘restaurada’ proveram a base necessária para o renascimento na Igreja e no Estado. Sob o lema da nova dinastia, a Etiópia se expandiu ao Sul, confirmando o amárico e a religião cristã como partes integrais da tradição imperial, dominando o governo até o século XX. A Coroa e a Igreja estavam então inexoravelmente ligados, uma relação claramente revelada no reino do grande imperador Amda Siyon (r. 1314-1344), que consolidou a autoridade da nova dinastia.

Contudo, cabe lembrar que se, por um lado, a Igreja dava coesão às camadas mais baixas da sociedade etíope, por outro, também fornecia fonte de fragmentação para a elite, mais atenta aos debates doutrinários. A divisão do corpo eclesiástico entre duas doutrinas diferentes foi fonte de intrigas e divisão tanto dentro da Igreja, como fora dela. As divisões dogmáticas

durante o reinado de Fasiladas (1632-1667) são um exemplo desta tendência, de acordo com Abir (1975:555, tradução nossa):

Os líderes da Igreja e das ordens monásticas eram membros do conselho real e, juntamente com eclesiásticos de todo o país, participavam em conselhos que aconteciam periodicamente para discutir temas de legislação e crença. Nessas reuniões, teve início uma batalha entre os apoiadores de duas ordens monásticas (Tekla-Haymanot e Ewostatewos) sobre a interpretação dos aspectos do monofisismo que haviam sido desafiados pelos Jesuítas.

No século XVI, o Reino de Axum começou a perder importância, principalmente pelo isolamento geográfico causado pelo estabelecimento de reinos e califados islâmicos em todo o entorno etíope. Até meados do século XIX, a Etiópia ficaria isolada do mundo externo, o que aprofundou a ausência de capital, tornando a lógica coercitiva ainda mais intensa.

Resta saber, portanto, que desde o Reino de Axum até o meados do século XIX, a Etiópia alternou períodos de centralização, como no início da dinastia Salomônica em 1270 a.C., com períodos de fragmentação intensa, fruto principalmente do ganho de autonomia por parte dos vassalvos e/ou de divisões na Igreja. Mesmo quando a possibilidade de fragmentação em torno da relação de suserania e vassalagem foi minimizada, este sempre foi um dos problemas mais delicados da história política etíope.

I – Uma trajetória coercitiva

Baseado em uma unidade garantida normalmente pela figura do Rei/Imperador e/ou pela coesão concedida pela Igreja, o reino era bastante

parecido com as estruturas feudais que haviam tido lugar na Europa.³⁵ Além das duas classes rentistas, na Etiópia, assim como na Europa: “a ordem social era sustentada pelo campesinato, praticamente a única classe produtiva na sociedade. Por meio da combinação entre uma agricultura de arado e do trato de animais, o camponês sustentava todo o edifício social.” (Zewde, 2001:14, tradução nossa). A fragmentação regional era, contudo, mais intensa, tanto pela questão geográfica, como também pelas divisões dogmáticas na Igreja.

O sistema de uso da terra era conhecido como *gebbar system*, formado principalmente por dois tipos de uso da terra, a *ristegna/chistegna* e o sistema de *gult*.³⁶ O primeiro era a propriedade da terra definida pela linhagem ou descendência (*ristegna*). No sistema de *ristegna*, as terras pertenciam a uma linhagem, que possuía os direitos de usufruir dela. Todos os membros da linhagem possuíam esse direito (*rist*), que, no entanto, não incluía o direito de alienação. O *rist* poderia ser proveniente de mais de uma origem, isto é, poderia ser “baseado na descendência (*kinship rist*), na residência de longo prazo na aldeia (*village rist*), no pertencimento a um grupo primordial coeso (*communal rist*), ou no status institucional (como a igreja ou mesquita).” (Abegaz, 2005:306, tradução nossa).

Os camponeses que lá trabalhavam tinham obrigações tributárias análogas às do feudalismo europeu, que deveriam ser pagas ao *malkagna*

³⁵ Há uma polêmica na literatura a respeito da classificação ou não da Etiópia como feudal. Cabe a ressalva de Halliday & Molineux (1981:65, tradução nossa). “Em geral, pode se dizer que a formação social etíope, que exibiu uma heterogênea combinação de relações sociais, era uma formação que continha relações sociais análogas ao feudalismo: era paralela em certas instituições mas divergia em aspectos importantes.”

³⁶ Cabe ressaltar, o sistema era permeado por variantes das duas formas aqui apresentadas.

(representante ou comandante). O principal tributo era a taxa de uso da terra ou aluguel, que variava de acordo com o grau de cultivo do terreno. Os camponeses também eram obrigados a doar 10% da produção para seu *overlord*, além de fornecer lenha de duas a três vezes ao ano e mel, necessário para a produção de hidromel, bebida da nobreza etíope. (Zewde, 2001:87).³⁷ De acordo com Abegaz (2005:307), em geral 50% da produção das *ristegnas* era destinada ao pagamento de tributos. Além dos nobres, a Igreja também tinha terras, que não eram tributáveis pelo poder central.

Uma variante importante deste sistema podia ser encontrada na região Sul, conhecida como *chistegna*. (Abegaz, 2005:306). Nestes lugares, o direito

³⁷ Ao analisar os chefes regionais etíopes, nos deparamos com os conceitos de “nobreza”, “aristocracia” e “oligarquia”, que, na realidade da Etiópia, parecem se combinar. De acordo com Bobbio et al (1998:828): “A Nobreza (...) é um fenômeno típico das sociedades dotadas de escassa mobilidade social, a saber, das sociedades pré-modernas onde a agricultura é a base normal da economia e o uso da força material não é ainda, como nos Estados modernos, monopolizado e gerenciado por um número limitado de órgãos do poder soberano, mas está espalhado por uma série de centros semi-soberanos de poder. Isto explica por que é que as Nobrezas, enquanto classes dominantes de um tal tipo de sociedade, gozam do duplo privilégio da propriedade fundiária e da função militar.” Quanto à aristocracia, dizem os autores: “Compete, na verdade, aos melhores, aos sábios, enquanto perfeitos, conhecedores e possuidores da verdade, guiar o Estado, que é Estado ético, para alcançar o verdadeiro bem (República, II-V). Mas tanto para Platão como para Aristóteles, todavia — e é uma constante de todo o pensamento político grego —, os áristoi, precisamente porque são moral e intelectualmente os melhores, não podem ser senão aqueles que pertencem às classes mais elevadas da sociedade, enquanto *agathói*, bem nascidos, nobres, e por educação propriamente os bons, contrapostos aos *kakói*, os mal-nascidos, os maus, a plebe. Em conclusão, podemos ver, sobretudo em Aristóteles, uma oposição entre ricos e pobres: classe aristocrática e classe popular. Assim, o valor ético-pedagógico vem a se identificar com uma precisa situação sócio-econômica e daqui precisamente podemos passar para outro significado, hoje mais comum, de Aristocracia entendida como grupo privilegiado por direito de sangue.” (Bobbio et al, 1998:57). Nesse sentido, se as diferenças entre os conceitos de aristocracia e nobreza perdem alguma relevância, o conceito de oligarquia também não parece agregar diferenças: De acordo com Bobbio et al (1998:835), “Oligarquia significa etimologicamente “governo de poucos”, mas, nos clássicos do pensamento político grego, (...) tem muitas vezes o significado mais específico e eticamente negativo de “Governo dos ricos”. (...) Oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de Governo, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar.” Em casos como o da Etiópia, em que é escasso o capital e a riqueza é medida largamente pela posse de terras, parece que se mesclam os conceitos de ‘nobreza’, ‘aristocracia’ e ‘oligarquia’, já que o governo dos ricos é o governo de quem possui terras e meios militares. Cabe lembrar que aqui não concordamos com o conceito de oligarquia defendido pela teoria das elites, que trata este léxico como sinônimo de “elites governantes” que, ao assim proceder, esvazia seu significado.

de propriedade não existia mais, o que aumentava consideravelmente o nível de exploração dos camponeses. Conforme Abegaz (2005:307, tradução nossa), no Sul:

No caso de subvenção de terras (como a temporária *maderia* ou as hereditárias *terras melkegna*), *overlordism* se fundia com *landlordism* já que os arrendatários pagavam ao mesmo agente aluguel, dízimo e tributos. O espaço para o abuso era maior aqui uma vez que na *chistegna*, sem a propriedade da terra, o camponês era mais vulnerável que na *ristegna*.

O outro tipo do sistema *gebbar* eram direitos de taxar os camponeses concedidos pelo imperador a oligarcas e, mais tarde, a funcionários, em geral não-hereditários, cujo direito de tributar era conhecido como *gult*. Esse direito era proveniente principalmente da posse de meios de coerção: “*Uma vez que o gult era dado como recompensa por serviços militares, todo o sistema tendia a ter um ethos militar.*” (Zewde, 2001:15, tradução nossa) Paulatinamente, “*o sistema de gult tendia a se tornar hereditário para o alto escalão da elite governante (assim como as obrigações para com o monarca) (...) [e] pode ter sido efetivamente um segundo caminho para a (...) de facto rist.*”³⁸ (Abegaz, 2005:307, tradução nossa).

A estrutura social era, portanto, parecida com aqueles países em que a coerção foi a protagonista. Tilly descreve características daquelas trajetórias (1996:207): “*os proprietários rurais conseguiram extorquir renda dos camponeses sob a forma de direitos, laudêmios, taxas de uso e trabalho em tempo parcial (...).*” Ele adiciona (1996:211): “*Governaram (...) por*

³⁸ Para clarificar, o exemplo otomano descrito por Tilly (1996:168) é útil e bastante análogo ao etíope: “*Os timarlis (detentores da concessão) extraíram da terra os seus próprios recursos, cobraram impostos para o sultão, dirigiram a administração civil e controlaram os servos cristãos, mas não tiveram o direito de alienar a terra ou de transmiti-la aos filhos.*”

intermédio de uma igreja e uma nobreza que detinham tremendos poderes e mantinham a capacidade de controlar as exigências reais.”

Sendo o locus do poder, esta classe oligárquica desafiava as tentativas de centralização do Império. O ápice da fragmentação política foi a chamada Era dos Príncipes, ou *Zamana Mesafent*, que se estendeu de 1769 a 1855.³⁹ Nela, a proeminência que os magnatas regionais ganharam levou o Império a uma situação de guerra civil. (Rubenson, 1976:57; Zewde, 2001:11). Embora a unidade do Império ainda existisse, os governantes *de facto* eram os barões regionais. Zewde (2001:14) lembra, contudo, que essa fragmentação não era centrífuga – os barões não desejavam sua independência, mas queriam controlar eles próprios o centro do poder. Em não conseguindo este objetivo derradeiro, fragmentavam a arena política.

A fragmentação e a persistência do conflito castigaram muito os camponeses, que viviam em péssimas condições durante a *Zamana Mesafent*. (Marcus, 2002:50). Um retrato disso foi a proliferação de lendas a respeito da retomada da unidade e da chegada de um novo rei.⁴⁰ Além disso, a ameaça egípcia começava a instigar a unidade – ainda que não definitivamente – através do mesmo mecanismo sistêmico operante na Europa:

³⁹ A Igreja etíope, não por acaso, também estava fragmentada na época. Cf. Zewde (2001:14, tradução nossa): “*Essa mesma dialética de divisão e unidade se manifestava nas controvérsias doutrinárias que dividiram a sociedade Abissínia cristã do século XVII a meados do século XIX. (...) Essas disputas doutrinárias tinham um significado político que excediam seu valor intrínseco. As várias doutrinas passaram a ser associadas com diferentes regiões, e assim aprofundavam as divisões políticas da Zamana Mesafent.*”

⁴⁰ De acordo com Rubenson (1976-70-71, tradução nossa): “*De acordo com o escrito apocalíptico etíope Fikkĩre Iyestis, Tewodros era o rei prometido de Deus que viria para guiar o mundo pelo caminho da certeza, paz e prosperidade depois de um longo período de guerra e fome, de corrupção, perversidade e ausência da lei (...).*”

No início, as reações etíopes à ameaça egípcia foram locais e momentâneas. Foi apenas gradualmente que os governantes passaram a perceber as atividades egípcias como uma ameaça à Etiópia como um todo. (...) Mas o fronte estava longe de estar unido. Em 1838, Dejazmach Amede estava preparado para se aliar com Muhammad 'Ali para converter a Etiópia em um Estado muçulmano. (Rubenson, 1976:63, tradução nossa).

Isso passou a mudar quando Lij Kassa Haylu, governador da distante província de Qwara começou a ter vitórias militares sobre diversos *Ras* mais poderosos, sendo nomeado Rei dos Reis, Tewodros II, em 1855.⁴¹ Tewodros II foi o último dos príncipes e o primeiro dos Imperadores. Ciente de sua “missão”, assim como das ameaças regionais e egípcias, ele deu início a um programa ambicioso de modernização do país. Segundo Rubenson (1976:70, tradução nossa):

O padrão feudal da vida política foi desafiado em diversas maneiras. O imperador decidiu que governadores e juízes deveriam ser nomeados pessoalmente por ele, além de assalariados, e também que um exército nacional sob o seu comando deveria substituir os recrutamentos feudais do passado. No início de seu governo, reorganizou o exército e criou novas unidades nas quais ele misturou soldados de várias províncias. Ele tentou introduzir treinamento e disciplina, substituindo a prática da pilhagem por salário regulares e compensações. Tentou também aumentar e controlar as receitas, mas as dificuldades eram enormes, não sendo sem importância, nesse caso, a completa ausência de uma burocracia para executar as novas tarefas.

Todavia, ainda que um novo período na história da Etiópia tivesse início, isso não seria feito sem resistência. Em primeiro lugar, a força da aristocracia, mesmo que parcialmente subjugada, era latente no império.

⁴¹ Caulk (1972:610) argumenta que a ascensão de Lij Kassa Haylu se deu primordialmente a sua utilização brilhante das armas tradicionais, além da baixa moral em que operavam os exércitos dos outros *Ras*. Mesmo com a maior quantidade de armas de fogo que os últimos detinham, devido a sua localização próxima aos portos do Mar Vermelho, não foi possível deter Kassa. Zewde (2001:28) fornece um interessante retrato da vida de Kassa na região fronteira com o Egito, demonstrando como a constante disputa com o vizinho teve influência na personalidade e nas habilidades do futuro imperador.

Dessa forma, a relação entre a aristocracia e o imperador era tensa e ambígua:

Para governadores, ele dependia profundamente na antiga classe governante (...). Tewodros então tentou limitar o poder político e militar desta classe sem mudar significativamente sua composição. Ele parece ter acreditado que seria capaz de ganhar a cooperação da nobreza para seu programa de alguma forma. Nesse caso, ele estava errado, mas deve-se duvidar das reais possibilidades de sucesso. (Rubenson 1976:70, tradução nossa).

O imperador precisava da aristocracia e não conseguia esvaziar seu poder justamente porque sua subjugação não tinha sido efetivamente realizada.⁴² Entre 1855 e 1861, Tewodros encontrou resistências fortíssimas dos barões locais ao seu esforço de centralização e de modernização. Em 1861, no auge de seu poder, o Imperador tinha à sua disposição um exército de aproximadamente 75.000 homens. A guerra instigava a necessidade de melhorar a arrecadação, e em 1860, precisando extrair cada vez mais devido ao engajamento militar de suas tropas, o Imperador confiscou as terras da Igreja, que não pagavam tributo algum. Isso não foi bem recebido pelo campesinato, e a política de confronto com a Igreja foi deixada de lado por seus sucessores (Rubenson, 1976:77).⁴³

⁴² O insucesso das tentativas, além do obstáculo representado pela aristocracia, também teve deméritos próprios, como argumenta Zewde (2001:31, tradução nossa): “*Não apenas o conceito de modernização de Tewodros era vago, mas suas reformas também não tinham consistência e método. Finalmente, elas permaneciam tentativas dispersas ao invés de programas abrangentes de importância fundamental. A estrutura política e social da Zamana Mesafent se comprovou forte demais para os esforços modernizantes de Tewodros.*”

⁴³ Isso porque, se o cristianismo era uma religião da elite imperial axumita quando da conversão do imperador Ezana em 330 d.C., desde o século sexto ele já havia atingido as camadas mais populares do império etíope. Assim, a Igreja funcionava como aglutinador social no império, assim como na Europa (feita a ressalva referente às divisões dogmáticas). Da mesma forma que ao longo do tempo os imperadores iam incorporando a aristocracia rural, a Igreja também ficava mais próxima do Império e foi ela quem concedeu à Etiópia uma ideologia importante na consecução do Estado: o cristianismo. A Igreja legitimizava a monarquia como divina, conforme Perham (1969) *apud* Wubishet (1988, tradução nossa), “*seria impossível exagerar a importância desta crença, que deu aos governantes do país uma supremacia sagrada na mente de seu [povo]*”.

Mesmo assim, o exército do imperador não foi capaz de subjugar quatro grandes rivais: Menelik de Shoa, Tedla Gwalu, Tiso Gobaze e Wagshum Gobaze.⁴⁴ Em 1865, estes nobres governavam grandes partes do Império e o exército de Tewodros, começou a se desintegrar principalmente pela falta de recursos: *“Como Tewodros ficava cada vez mais exasperado com as contínuas rebeliões, ele começou a permitir a seus soldados que pilhassem e matassem o gado dos camponeses, o que havia sido estritamente proibido nas campanhas anteriores.”* (Rubenson, 1976:73, tradução nossa).

Tentando sustentar o império e sua posição, o imperador tentou o contato com a Europa, certo da solidariedade que a Etiópia receberia devido ao Cristianismo. Esse contato foi amplamente ignorado, e, Tewodros II decidiu seqüestrar oficiais britânicos e chantagear Londres. O resultado não foi positivo. A Inglaterra enviou uma expedição militar à Etiópia, que derrotou o exército de Tewodros rapidamente, levando este a cometer o suicídio. (Rubenson, 1976:80).

Embora relativamente curto, o governo de Tewodros II foi importante, principalmente pela retomada de uma Etiópia unificada e pelo início da construção do Estado moderno, nos termos estabelecidos no Capítulo I desta dissertação. A herança da Era dos Príncipes tinha obtido uma vitória temporária, mas Tewodros II tinha dado início ao seu fim. *“É uma medida da*

⁴⁴ Como fica claro pela definição de Menelik de Shoa como opositor, o reino de Shoa, ao Sul, tinha sido incorporado à lógica política do império pelo próprio Tewodros II. Conforme Zewde (2001:30, tradução nossa): *“Um dos últimos resultados da campanha no Sul (...) foi que Shawa [sic] estava agora irreversivelmente inserida na órbita da política imperial – um processo que iria culminar na coroação de Menelik II como imperador da Etiópia, e com a evolução de Shawa [sic] como o centro geopolítico do império.”*

nova era inaugurada por Tewodros o fato de não haver retorno para a Zamana Mesafent (...). (Zewde, 2001:42, tradução nossa). Ki-Zerbo (1972:381) corrobora este argumento: “*Teodoro [sic] detivera, no entanto, a desagregação da Etiópia e instalara as condições de um futuro desenvolvimento.*” Boa parte dessa unificação foi resultado também da ameaça egípcia. Conforme Rubenson (1985:89, grifos nossos, tradução nossa):

Enquanto guarnições e centros administrativos egípcios eram criados nas fronteiras, os governadores etíopes estabeleceram mais e mais controle efetivo sobre o que restava. **Por volta de 1870, as ‘terras de ninguém’ haviam praticamente desaparecido.**

O padrão de construção do Estado na Etiópia durante o período analisado seguia, pois, o padrão descrito por Tilly a respeito do czar russo (1996:234): “*A Rússia criou um estado comandado por um pretense autocrata, mas totalmente dependente da cooperação dos proprietários rurais (...)*”. Esta dependência da aquiescência dos proprietários rurais – mesmo em períodos de forte centralização – será enfrentada por todos os imperadores etíopes, de Tewodros II a Hailé Selassié.

Em 1871, após disputas pela sucessão de Tewodros II, novamente a Etiópia tinha um Rei dos Reis, dessa vez, Yohannes IV. Yohannes IV divergia de Tewodros em sua relação com as forças regionais, conforme Zewde (2001:44, tradução nossa):

Yohannes, todavia, seguiu uma política de unificação substancialmente diferente da empregada por seu predecessor (...). No lugar da colisão frontal de Tewodros com o regionalismo,

Yohannes praticou uma abordagem mais cautelosa, na qual havia muita tolerância consciente.⁴⁵

Se, de um lado, Yohannes IV teria consideravelmente menos atrito com os barões regionais do império, isso não se aplicava ao contexto regional e internacional. Desde a abertura do Canal de Suez, em 1869, o Chifre da África tinha se tornado muito disputado pelas potências mundiais.

Nesse sentido, o imperador não tinha sido nem mesmo reconhecido solenemente por todos os vassallos do Império, quando soldados egípcios atacaram a Etiópia em 1872. Rapidamente, o imperador enviou suas tropas para a fronteira, mas não contra-atacou. Solicitou mediação européia, reclamando da intransigência egípcia e do controle que estes exerciam em portos da região. As potências européias ignoraram Yohannes IV (como haviam feito com Tewodros II), concedendo um precioso tempo para os egípcios. Com 4.000 soldados adicionais, os egípcios lançaram outra ofensiva, também rechaçada. (Rubenson, 1976:94-95). A permanência da instabilidade interna na Etiópia instigava os egípcios a atacar, e assim eles o fizeram novamente, a partir da chegada de mais 15.000 soldados. A resposta etíope foi grandiosa (Rubenson, 1976:97, tradução nossa):

Yohannes mobilizou novamente seus soldados. A causa foi apresentada como uma escolha entre o Cristianismo e o Islã. Homens de lugares longínquos como Gojjam ajudaram a aumentar os números, provavelmente atingindo 100.000 soldados. Nesta vez, Yohannes encontrou os egípcios em

⁴⁵ As diferentes abordagens (confrontacionista e acomodacionista) de Tewodros e Yohannes IV, respectivamente, se encaixam bem no modelo descrito por Callaghy (1984:93-99), que se inspira em Thompson (1967). Segundo o autor, existem duas estratégias de construção do Estado – a competitiva e a cooperativa. A primeira reside largamente no uso da coerção enquanto a segunda se baseia em compromissos e barganhas. Cabe lembrar, contudo, que mesmo que Tewodros tenha sido *mais* competitivo que Yohannes, todos os imperadores até Hailé Selassié, foram obrigados a cooperar com a aristocracia etíope. Foi apenas com a Revolução de 1974 que esta cooperação deixou de acontecer. Callaghy (1984:95) inclusive menciona o fenômeno revolucionário como exemplo de estratégia competitiva.

Hamasiem e os derrotou decisivamente em Gura, em uma batalha de três dias, de 7 a 9 de março de 1876. Os egípcios evacuaram as montanhas, à exceção de Bogos, que foi deixada nas mãos de Walda Mika'el's. Yohannes nomeou seu mais proeminente general, Ras Alula, como governador de Hamasiem, e retornou para Adowa.

O conflito com o Egito seguiria acontecendo pelos próximos anos do governo de Yohannes IV, com invasões egípcias rechaçadas em 1875 e 1876. Em todas elas, mesmo com perdas significativas, a Etiópia foi vitoriosa.⁴⁶ (Zewde, 2001:53). Apesar disso, contudo, os problemas internos não tinham sido resolvidos. O aceite de Menelik de Shoa a respeito da ascensão de Yohannes IV era apenas temporário. Em 1877, ele tentou um golpe, mas Yohannes IV, fortalecido pelas vitórias externas, marchou sobre Shoa, obrigando Menelik a uma cerimônia de submissão, que incluía a decisão do envio de um imposto permanente bastante alto. Era a tentativa de Yohannes IV de minimizar os recursos de Shoa, que controlava algumas rotas comerciais ao Sul. Além disso, *“o acordo era uma clara demonstração da abordagem liberal do imperador em relação ao poder político; seu objetivo centrava-se mais em tornar um suserano feudal do que um autocrata absolutista.”* (Zewde, 2001:46, tradução nossa).

Depois de sua submissão formal, Menelik ganhou certa liberdade de ação, saindo, ainda que temporariamente, do cálculo estratégico de Yohannes IV.⁴⁷ Assim, partiu para uma expansão aos territórios do Sul, tentando assegurar outras fontes de riqueza, o que fez durante

⁴⁶ O insucesso das invasões custou caro ao Egito: *“a derrota teve mais efeitos fatais do que seria o caso da Itália duas décadas depois. A vitória etíope acelerou a queda de Ismail e a subsequente ocupação britânica do Egito.”* (Zewde, 2001:53, tradução nossa).

⁴⁷ Para maior compreensão da expansão de Shoa ao sul e da Etiópia nesta época, ver mapa no Anexo III.

aproximadamente dez anos, até se envolver mais diretamente na sucessão imperial. Nessa primeira expansão, foram anexados os territórios dos Gurage, alguns estados Oromo, a região dos povos Arsi, culminando com a cidade comercial de Harar, em 1887. Ele também tentou novas permissões para utilizar alguns portos, sendo bem-sucedido nas negociações com Muhammad Anfari, o sultão que controlava o porto de Assab, na costa da atual Eritreia. (Sanderson, 1985:651). Uma relação de interesses mútuos também começou a ser desenvolvida com a Itália, que almejava a queda de Yohannes IV e a consequente transformação da Etiópia em um protetorado. Tudo isso lhe gerava capital e recursos para uma investida contra Yohannes ou para surgir como seu sucessor no futuro.

Já a situação de Yohannes IV era bastante mais complicada no Norte. Logo após as vitórias sobre o Egito, o imperador não tinha meios para continuar avançando, e, dessa forma, sugeriu uma paz negociada. Nela, solicitava acesso livre ao porto de Massawa, assim como o retorno da cidade de Bogos, então sob controle egípcio. Os britânicos, que haviam se cansado dos arroubos de Ismail e ocupado o Egito em 1882, para o controle de Suez, não pareciam dispostos a ceder e o impasse se estabeleceu. Foi apenas com a Revolução do Mahdi, no Sudão, que eles tiveram de cortejar Yohannes por ajuda.⁴⁸ Assim, foi assinado o tratado de Adowa ou Tratado Hewett, que, em

⁴⁸ A Revolução do Mahdi no Sudão ou *Mahdiyya* ocorreu em 1885. A colonização da região por parte dos egípcios sob Muhammad Ali gerou insatisfação e um movimento de cunho *jihadista* ganhou força. Um nobre de Dongola, Muhammad Alah, se declarou o Mahdi – o esperado de acordo com o Islã – e iniciou a *jihad* contra os turco-egípcios, que supostamente não cumpriam as exigências do Corão. Um Estado foi instituído nos arredores de Cartum, e sua derrota só foi possível com a chegada de soldados britânicos em 1889.

troca da ajuda militar de Yohannes, garantia o livre acesso ao porto de Massawa, além de devolver Bogos à Etiópia. (Zewde, 2001:54).

No entanto, o que em um primeiro momento parecia um desdobramento positivo, logo se desvendaria com a péssima notícia da ocupação de Massawa pelos italianos, permitida pelos britânicos em 1885. (Sanderson, 1985:652). Os italianos avançaram naquele mesmo ano, aproveitando-se da boa relação que tinham instituído com Menelik de Shoa. Ras Alula, o general de Yohannes IV, derrotou os italianos, no chamado “massacre de Dogali”. Apesar da vitória, um conflito com a potência europeia não era bem visto pelo imperador, como argumenta Sanderson (1985:653, tradução nossa):

Nem Yohannes nem Menelik regojizavam com a perspectiva de uma guerra em grande escala com a Itália. Para Yohannes, confrontado pela hostilidade Mahdista e pela tensão com Menelik, ela possuía muitos riscos; para Menelik, significava ou o abandono de sua valorosa conexão italiana ou um conflito declarado com Yohannes, que seria largamente impopular em Shoa.

Mesmo com esta apreensão, a postura europeia não permitia hesitações. Em 1887, os britânicos tentaram convencer o imperador a ceder aos italianos, que mantinham uma postura no mínimo agressiva.⁴⁹ Revoltado, Yohannes IV decidiu preparar um ataque, mas, enquanto fazia isso no extremo norte do país, foi atacado pelos mahdistas: “*As forças de Negus Tekla Haymanot foram esmagadas; Gondar foi saqueada, e as províncias de Dembya e Begemder foram devastadas.*” (Sanderson,

⁴⁹ De acordo com Zewde (2001:73, tradução nossa), “*Esta foi a gênese do conluio anglo-italiano a respeito da Etiópia: os italianos queriam controlar a Etiópia, e os britânicos estavam prontos para ajudá-los contanto que eles agissem como defensores dos interesses imperiais britânicos.*” Interesses, que, naquele momento, estavam diretamente ligados ao controle do Nilo e ao bloqueio da influência francesa na região.

1985:654, tradução nossa). No contra-ataque, Yohannes IV, apesar da vitória etíope, morreu em combate, abrindo caminho para a ascensão de Menelik de Shoa como imperador.⁵⁰

Para além da abordagem mais 'liberal' em relação aos poderes regionais, Yohannes IV teve uma influência importante na resolução da questão religiosa, talvez um dos mais significativos feitos de seu governo. Como vimos, desde o século XVII, a Igreja Ortodoxa etíope estava fragmentada por disputas doutrinárias, que potencializavam a divisão entre os líderes regionais. Em 1878, logo após as vitórias sobre os egípcios e a submissão de Shoa, Yohannes IV unificou a Igreja pela força, perseguindo aqueles que não seguissem a doutrina determinada por ele. Assim, minou uma das bases da fragmentação social que existia na Etiópia, um feito importante para os esforços de unificação vindouros de Menelik II e Hailé Selassié I:

De uma vez só, portanto, as asas ideológicas da Zamana Mesafent foram cortadas. Em uma reunião presidida pelo próprio imperador, a doutrina Tawahedo foi declarada como a única doutrina, e os seguidores das outras seitas foram avisados de que deveriam se conformar. (Zewde, 2001:48).

Além disso, cabe ressaltar que o reinado de Yohannes IV foi um dos mais testados pelas guerras interestatais. Constantemente desafiada pelo Egito, e depois, pela Itália e pelo Estado Mahdista, a elite etíope (ou parte dela) começava a perceber que não seria possível manter a soberania do império sem algum tipo de centralização. Yohannes IV, como vimos, tinha uma lógica menos centralizadora, mais acomodacionista, em relação aos

⁵⁰ O reino de Shoa, localizado ao sul do Império, se beneficiava dos conflitos ao norte desde a época da Era dos Príncipes. A relativa paz assegurou um desenvolvimento econômico considerável, que lhe permitiu, nos subseqüentes à Zamana Mesafent, pleitear o posto central do império.

barões regionais. No entanto, as ameaças impactavam todos, e Menelik de Shoa com certeza tinha percebido a importância da centralização.

O novo imperador assumiu o nome de Menelik II, claramente legitimando sua posição através da linhagem Salomônica – Menelik I teria sido o filho da rainha de Sabá com o rei Salomão de Jerusalém, o mito fundador do império.

Com a expansão ao Sul e a aquisição não apenas das terras férteis do sudeste, mas também com o controle de rotas comerciais, Menelik, de certa forma, havia capitalizado sua estratégia – nos termos de Tilly (1996).⁵¹ Se a quantidade de capital disponível não foi o suficiente para transformar sua trajetória de coerção intensa em coerção capitalizada, com certeza ela foi fundamental na consolidação do império após a morte de Yohannes IV, que foi bastante mais profunda que as de seus antecessores. Como afirma Caulk (1972:620, tradução nossa): *“ele também assegurou o controle sobre os mercados internos de mercadorias importantes – ouro, marfim e peles – necessários para a importação de manufaturas européias incluindo armas.”*

A aliança tácita com os italianos também teve seu papel nesta injeção de capital em Shoa, através do comércio de armas e de produtos como o marfim e as peles. Contudo, a partir do momento que Menelik II assumiu o império, a aliança deixou de ser proveitosa. Como a Itália havia fornecido armas a Menelik enquanto ele era governador de Shoa – para enfraquecer

⁵¹ Foi a partir do século XIX que a Etiópia voltou a se conectar com as rotas comerciais do Golfo de Aden mais profundamente. Desde meados do século XVI, o isolamento devido aos vizinhos árabes e islâmicos diminuiu o papel do comércio na região, que havia sido muito importante, por exemplo, na ascensão de Axum. Assim, podemos também entender a predominância da coerção – na ausência de capital. (Zewde, 2001:21).

Yohannes IV –, os italianos acharam que a chegada do antigo parceiro ao governo lhes asseguraria o protetorado sobre a Etiópia.

Em 1889, no tratado de Ucciali, no qual a Itália reconhecia a independência da Etiópia e, por sua vez, ‘recebia’ o reconhecimento de sua colônia na Eritréia, houve uma tentativa de enganar o imperador. Em sua versão em aramaico, o imperador poderia consultar a Itália – se assim o desejasse – quando se relacionasse com outras potências européias. Já na versão em italiano, a opção não era dada ao Imperador, que, segundo o texto, se submeteria sempre àquela consulta. Menelik II, quando soube, ficou indignado e ordenou massiva mobilização contra a Itália. Subestimando as forças etíopes, a potência européia continuou com uma política agressiva. (Ki-Zerbo, 1972:62; Sanderson, 1985:660).

Em março de 1896, teve início a invasão italiana. Enquanto a Itália contava com um efetivo de aproximadamente 20.000 soldados, o exército etíope tinha entre 100.000 e 150.000 homens, munidos das armas que Menelik II havia conseguido importar nos anos subseqüentes. Além do numeroso exército, a logística e os suprimentos foram bem planejados, possibilitando aos etíopes a manutenção da ofensiva, mesmo quando os italianos ficaram cercados por 45 dias. (Blake, 1997; Pakenham, 1992:481). Quando os italianos saíram de suas defesas, encontraram um exército massivo, que os derrotou rapidamente.⁵²

⁵² Segundo Blake (1997, tradução nossa), muitos historiadores se perguntam por que o imperador, depois desta grande vitória, não marchou sobre a Eritréia, expulsando de vez os italianos do Chifre da África. Ele apresenta uma versão bastante plausível: “*A motivação real pode ter sido mais sutil, contudo. Menelik reconheceu o desejo italiano de um império colonial, e a Eritréia era a possessão colonial mais valiosa da jovem nação. Sua perda compeliria os italianos a responder com todos seus recursos. Tal guerra seria uma que Menelik não podia esperar vencer.*”

A batalha de Adowa teve um significado importantíssimo, não apenas para a Etiópia, mas para a África como um todo. De uma força aproximada de 20.000 homens, 4.000 italianos haviam sido mortos, 2.000 capturados e um número muito maior de feridos. Além disso, 4.000 eritreus também morreram. (Pakenham, 1992:484). Foi uma das mais incríveis e esmagadoras vitórias de um país africano sobre uma potência europeia e colocou o país no mapa político mundial, recebendo diversas delegações europeias após o feito. A batalha também teve um importante significado, ao questionar diretamente os mitos de supremacia racial comuns à época. Como afirma Zewde (2001:81), “*A dimensão racial foi o que deu à Adowa significado especial. Foi a vitória dos negros sobre os brancos. Adowa antecipou em uma década a também arrasadora experiência para os brancos da vitória japonesa sobre a Rússia em 1905.*” Para a Etiópia em específico, ela também foi positiva, conforme Sanderson (1985:660-661, tradução nossa):

Na campanha de Adowa, Menelik foi capaz de concentrar forças de toda a Etiópia; e, graças ao estabelecimento feito por ele de celeiros imperial nas províncias centrais, foi possível manter seu enorme exército adequadamente suprido até o momento final (...). Não pode haver dúvida onde estavam as lealdades primárias naquele momento, uma vez que Adowa foi uma demonstração impressionante da solidariedade nacional etíope.

Cabe lembrar, contudo, que mesmo com o resultado positivo de Adowa, a penetração econômica europeia era cada vez maior na África. A manutenção da colônia italiana da Eritreia era um indício do poder que os europeus tinham na época, mesmo após a derrota em Adowa.⁵³ Se Adowa

⁵³ No tratado de paz após Adowa, a Itália reconheceu a independência da Etiópia e a Etiópia reconheceu a colônia italiana da Eritreia.

havia permitido à Etiópia manter sua independência e, assim de certa forma, mediar a influência europeia no país, era impossível escapar da penetração do capital europeu. Por exemplo, em 1908 foi assinado o Tratado de Klobukowsky, que eximia cidadãos franceses de cumprir as leis da Etiópia, além de limitar o imposto de importação em no máximo 10%.⁵⁴ Outra forma de ingresso de capital ocorria através das concessões, sendo as mais importantes a concessão da ferrovia – que liga Adis Abeba a Djibouti – e a concessão bancária, respectivamente dadas a franceses e ingleses. (Zewde, 2001:100-102).

Fortalecido pela vitória sobre os italianos, Menelik II aproveitou e deu início a uma segunda expansão territorial ao Sul. A presença europeia na África era cada vez mais ameaçadora, e Menelik II aproveitou o Tratado de Adowa para definir as fronteiras etíopes **com** os resultados de sua expansão. *“Neste processo, a Etiópia de hoje nasceu; sua forma consagrada pelos acordos fronteiriços feitos após a batalha de Adwa [sic] em 1896 com as potências coloniais adjacentes.”* (Zewde, 2001:60, tradução nossa).

Nesta segunda expansão ao Sul, Menelik II empregou uma tática largamente utilizada nas trajetórias coercitivas – a compra da lealdade de soldados e novos administradores provinciais através da cessão das terras conquistadas. De acordo com Tilly (1996:211): *“A lógica da prática da guerra e formação do estado numa região de pouco capital levou os governantes a comprar os detentores de cargos com a terra expropriada.”* Em outra passagem, outra tática muito utilizada por todos os imperadores etíopes fica

⁵⁴ A vitória em Adowa permitiria à Etiópia maior poder de barganha, o que, por exemplo, permitiu a renegociação deste tratado já em 1931.

clara: “*Repetidas vezes, os líderes das forças conquistadoras que careciam de capital ofereceram a seus adeptos terras e o produto da pilhagem (...)*” (Tilly, 1996:213, grifos nossos). Caulk (1978:463, tradução nossa) corrobora a presença da pilhagem em larga escala na Etiópia: “*Exércitos profissionais na Etiópia foram normalmente predadores, vivendo dos outros súditos de seus lordes enquanto tomando o espólio dos inimigos.*” A Etiópia, dessa forma, claramente seguia a trajetória coercitiva.

Seguindo o modelo de Charles Tilly, a guerra instigava a construção de uma máquina administrativa mais eficiente e unificada. Sanderson (1985:664-665, tradução nossa) atesta sobre esse fenômeno no país:

Menelik consolidou sua administração. Eles eram os métodos usuais de um líder forte em uma sociedade feudal (ou quase-feudal). Destacamentos de tropas imperiais sob comandantes leais guarneciam pontos estratégicos no império. Taxas pagas diretamente ao imperador, como o *asrat* ou dízimo agrícola, foram introduzidas durante a década de 1890; e agentes fiscais foram destacados nas províncias para coletar e contabilizar receitas para o império. A primazia da justiça do imperador foi afirmada pelo estabelecimento de uma corte imperial de apelo nas províncias. (...) ele era rápido ao discernir a utilidade da tecnologia ocidental moderna (...). Exemplos óbvios são as armas de fogo; e, para um esquadrão de elite, organização e treinamento militares mais sistemáticos. Não tão citado, mas muito valioso para um governante de um vasto império com pouca capacidade de comunicação, foram o telégrafo e o telefone. Em dezembro de 1902, existia uma linha de telefone entre Adis Abeba e as principais capitais provinciais; no últimos anos de seu governo efetivo, Menelik as usava como um instrumento de administração rotineiro.

Menelik II avançou em diversas esferas na construção do Estado. Em 1893, fundou a atual capital, Adis Abeba, em uma posição central no país. A nova capital teve um significado importante na cooptação das elites regionais, conforme afirma Zewde (2001:71, tradução nossa): “*marcou a transição de uma era de campanha para uma de vida assentada. A maioria dos membros da nobreza se fixaram em Adis Abeba e construíram residências mais ou*

menos permanentes.” Além disso, o imperador tentou modernizar o exército, decretou a instituição de ensino obrigatório, e comissionou a construção de uma estrada de ferro entre Adis Abeba e Djibouti.

Por óbvio que, apesar de muitos avanços em direção à criação de um Estado moderno, muitas questões permaneceram inalteradas. O conservadorismo da aristocracia, sobre a qual estava o ponto de apoio do Império, impedia certas mudanças. A economia etíope era ainda muito atrasada, por exemplo. Mesmo com os esforços bem-sucedidos de Menelik II em converter Adis Abeba em um centro comercial, a economia era baseada nos grandes latifúndios feudais que, apesar da paulatina cooptação política da aristocracia, se mantinham inalterados. A produtividade do setor era muito baixa. O café – que tinha ganhado força com as novas terras ao Sul e com as novas técnicas trazidas por imigrantes eritreus – e produtos como o marfim e peles de animais eram as principais mercadorias exportadas. A principal fonte de receita do governo era o comércio exterior, principalmente porque o sistema de taxaço dos grandes latifúndios não conseguia avançar.⁵⁵ Em 1909, já debilitado pela doença, o imperador morreu, deixando um grande legado para a Etiópia e muitos projetos inacabados.

A sucessão era um problema sério. O próprio Menelik, já antevendo este problema, havia tentado alguma institucionalização política em 1907 ao criar um gabinete ministerial. Contudo, apesar de garantir alguma continuidade, *“a ausência por algum tempo de um governante da estatura e da força de Menelik teve o efeito de fortalecer os ministros.”* (Zewde, 2001, tradução nossa). Isso permitiu aos aristocratas, que eram os ministros em

⁵⁵ Para uma análise da economia etíope entre 1905 e 1920, ver Caulk (1986:704, 722).

larga medida, controlar os governos subsequentes e mesmo dificultar a ascensão de Hailé Selassié.

O neto de Menelik II, Iyasu, foi o primeiro a assumir o poder, mas logo sua posição começou a ser contestada. Em 1916, aproveitando-se de uma das freqüentes ausências de Iyasu da capital, conspiradores declararam imperatriz Zawditu, filha de Menelik II e, como seu regente, o primo de Iyasu, Tafari Makonnen, o futuro imperador Hailé Selassié.⁵⁶

Cercado por conservadores, ligados à aristocracia tradicional do país, Tafari tentou implementar algumas mudanças, sem sucesso, no entanto. Enquanto aquele grupo que lhe havia colocado no poder continuasse por perto, ainda haveria muita insegurança. Em 1922, ele apontou como prefeito de Adis Abeba, Nasibu Mezanel, que comissionou, aos moldes da Eritreia, uma força policial de 5.000 homens.⁵⁷ Esta força permitiu que o imperador vencesse duas tentativas de golpe em Adis Abeba, advindas daquele grupo conservador. Sem alternativas, a imperatriz foi obrigada a coroar Tafari rei, em 1928.

II – Ventos da mudança

Liberado parcialmente daquele círculo conservador, Tafari conseguiu implementar algumas mudanças já em 1929 (Caulk, 1986:723, tradução nossa):

⁵⁶ “Na análise final, contudo, a luta de poder não era entre Tafari e Zawditu, mas entre ele e as forças tradicionais a quem ela servia como um símbolo e garantia de continuação do passado.” (Zewde, 2001:131, tradução nossa).

⁵⁷ Nasibu Mezanel havia sido cônsul em Asmara, até 1919.

Em 1929-30, ele adquiriu aviões da França; os pilotos que os trouxeram instruíram os etíopes. Mais que o telégrafo e o telefone, a pequena força aérea imperial expôs as províncias a uma supervisão de perto. Durante 1929, caminhões foram dirigidos pela primeira vez de Adis Abeba até o grande mercado de café em Jimma (...). Companhias já estavam sendo formadas para a construção de estradas que levariam colheitas de exportação até a ferrovia e para Gambela. No mesmo ano, Tafari abriu a primeira de duas estações agrícolas governamentais. Em 1929-30, foi publicado o primeiro livro em amárico sobre agricultura moderna (...).

Os esforços de centralização não seriam facilmente aceitos, contudo.

Em 1930, dois governadores, Ras Gugsa e Hailu Tekla Haymanot, marcharam em direção a Adis Abeba, encontrando as forças imperiais nas redondezas de Debre Tabor, a antiga capital sob os reinados de Tewodros II e Yohannes IV. Os pilotos então comissionados pelo imperador impediram a surpresa do ataque rebelde, avistando a movimentação de tropas e avisando a capital. Assim, a batalha de Anchim foi facilmente vencida pelas forças imperiais, que contavam com a guarda imperial armada de metralhadoras. (Caulk, 1986:724). Dois dias após a batalha a imperatriz morreu, e Tafari foi proclamado imperador, sob o nome de Hailé Selassié I.⁵⁸

Para consolidar seu poder de uma vez por todas, Hailé Selassié declarou em 1931 uma nova Constituição. Ainda que largamente destinada ao público europeu – a vontade do imperador de divulgar a modernidade da Etiópia seria uma constante de seu governo, mesmo que isso não fosse verdadeiro – seu principal propósito foi a redefinição da relação entre a monarquia e a nobreza. Ela seria um golpe importantíssimo na autonomia regional, conforme argumenta Zewde (2001:143, tradução nossa):

⁵⁸ A quase concomitância com a “Revolução Constitucionalista” de 1932 no Brasil é bastante instigante, não apenas pela data próxima, mas também pelo contexto de repúdio à centralização.

A constituição legalizou os poderes absolutos do imperador em indicações e demissões, na questão judiciária, na declaração e no término das guerras, e na doação de terras e títulos. A nobreza tradicional não podia mais assinar tratados com estados estrangeiros, nem receber armas ou condecorações sem a autorização do imperador. O que é particularmente interessante é que, em uma cerimônia repleta de drama histórico, eles foram obrigados a assinar sua morte política.

Se, por um lado, consolidava seu poder político, em termos sociais e econômicos o império ia mal. Com a crise de 1929, os preços das commodities despencaram, tornando a reforma fiscal ainda mais necessária, o que, no entanto, continuava esbarrando nos interesses da aristocracia do país. O progresso educacional também era muito lento, e, a economia continuava sofrendo de seu atraso estrutural. Conforme Caulk (1986:733, tradução nossa): *“A teoria que a produtividade campesina poderia aumentar com novos incentivos permanecia uma esperança pouco crível, já que não havia classe empreendedora real.”* A pouca manufatura que existia era de propriedade de estrangeiros, e o exército recebia críticas em relação a seu atraso.⁵⁹ Tentativas mal-sucedidas de melhorar isso foram realizadas, com duas expedições – uma belga, outra sueca – para modernização do exército. (Caulk, 1986:733).

Em 1935, se a situação fiscal do império impedia de certa forma a ação do imperador, a conjuntura piorou significativamente, com a invasão italiana em outubro daquele ano. Mussolini estava convicto de que a Itália deveria ser vingada pela derrota em Adowa, em 1896. (Caulk, 1986:734).

Dessa vez, confrontando uma Itália cujo processo de industrialização e de

⁵⁹ Halliday & Molineux (1981:68, tradução nossa) esclarecem um pouco a questão da presença estrangeira na economia etíope. Ainda que os dados sejam referentes ao ano de 1967, esse padrão pode ser considerado para períodos anteriores. *“(…) de 489 empresas comerciais e industriais com capital acima de \$5.000, 385 eram de propriedade de estrangeiros e este padrão continuou. O ‘capital estrangeiro’, contudo, era predominantemente de expatriados italianos, gregos, libaneses e armênios residentes na Etiópia.”*

centralização política tinha avançado consideravelmente, a Etiópia não conseguiu superar a tecnologia empregada pelos italianos. A presença massiva de aviões permitiu a eles retirarem dos etíopes a possibilidade de empregar as táticas decisivas de Adowa em 1896 – o ataque-surpresa e o envelopamento. Além disso, a presença italiana na Eritreia havia permitido a construção de estradas, o que facilitou a logística e o suprimento dos soldados italianos. Por fim, a superioridade tecnológica era gritante, uma vez que os etíopes não possuíam metralhadoras pesadas. (Nicolle & Ruggeri, 1997). Em primeiro de maio de 1936, o imperador fugiu do país, dando início à breve colonização italiana.

As políticas italianas na Etiópia foram um tanto desastrosas. A educação era apenas técnica, devido a temores dos italianos a respeito de educar os etíopes, e, ademais, pouco sofisticada. Na economia, as tentativas de mudança no uso da terra não tiveram impacto, e, pelo contrário, a introdução de novas culturas, como o trigo, fez a produção cair. A grande maioria dos produtos começou a ser importado, inclusive o café, anteriormente produzido no país. (Caulk, 1986:737). Já em 1937, a insurreição se tornava intolerável, e várias partes do país não eram passíveis de tributação devido à situação de conflito.

Aqui, outro capítulo importante da história política etíope tinha início, a Resistência à ocupação italiana. O movimento teve duas fases: a primeira, uma continuação da guerra iniciada em 1935 e a segunda se deu por meio de práticas de guerrilhas contra a autoridade italiana. Mesmo com problemas de fragmentação – o que facilitava a repressão italiana –, o movimento “*teve uma influência corrosiva no governo, tanto física quanto psicologicamente.*”

Confusas, derrotadas e atormentadas pela resistência, os soldados italianos ficaram altamente vulneráveis. (...).” (Zewde, 2001:173, tradução nossa).

Em 1940, com a declaração de guerra da Itália à França e à Inglaterra, estas potências passaram a apoiar a causa de Hailé Selassié e dos rebeldes e, em maio de 1941, o imperador marchou sob Adis Abeba. Em novembro, quando Gondar foi derrotada, a guerra de libertação teve fim – um fim largamente possibilitado pela ajuda de soldados britânicos.⁶⁰ Em 1942, o imperador teve sua posição assegurada, e em 1952, a Eritréia foi re-incorporada à Etiópia. Zewde (2001:166, tradução nossa) concluiu a respeito da ocupação italiana: *“vista em perspectiva, sua brevidade e precariedade a tornaram um interlúdio no curso da história moderna da Etiópia.”*

Apesar da derrota para os italianos, a invasão teve um significado importante na construção de um imaginário comum no império. A guerra não apenas deu incentivos para os governantes melhorarem a eficácia do Estado em si, mas também afetou o cálculo daqueles que estavam dentro do próprio Estado. Todo o processo analisado até aqui é um processo de consolidação de um Estado cujas bases eram predominantemente cristãs e advindas das etnias Ahmara e Tigray. A invasão italiana, dessa forma, parecia ter dado mais um impulso à construção do Estado etíope, através da criação de um imaginário comum. Nesse momento, a Etiópia ganhava aspectos menos ligados à etnia Amhara. A Resistência, ainda que fragmentada, já havia tido

⁶⁰ A presença das tropas britânicas e o papel cumprido por elas no fim da ocupação italiana obviamente não seria inconsequente. Ocupando tanto a Eritréia como o Deserto de Ogaden, a Inglaterra planejava a divisão territorial do país de acordo com seus interesses: *“O Deserto de Ogaden seria anexado à Somalilândia britânica e à antiga Somalilândia italiana para formar o que era caracterizado como a Grande Somália – a semente para o irredentismo somali nas décadas subsequentes.”* (Ottaway, 1982, tradução nossa). Novamente, a estatura política da Etiópia faria com que em 1954 todos os territórios fossem re-incorporados. As disputas com a Inglaterra tiveram outra consequência importante para o governo de Hailé Selassié: a aproximação com os Estados Unidos.

um caráter pan-étnico e nacional. Clapham (2001a:6, tradução nossa) argumenta: *“a incorporação à Etiópia da antiga Eritréia italiana em 1952 foi possível pela emergência de um significativo grupo na Eritréia que favorecia a ‘reunificação’ com a ‘pátria-mãe.’”*⁶¹

Para além da questão nacional, a derrota para os italianos também ressaltou os problemas e as deficiências do exército e da Etiópia como um todo. Nesse sentido, tiveram início diversas tentativas de mudanças importantes – tanto por parte do imperador, como também em decorrência de uma paulatina transformação na economia do país.

Dessa forma, já nos anos 1950, a introdução de máquinas na agricultura começou a ser encorajada. Tentativas de taxaço também foram realizadas, como, por exemplo, a tentativa de abolição dos direitos de *gult*. Mas, isso por certo não seria fácil – todos os imperadores tinham esbarrado na aristocracia ao tentar aumentar a arrecadação do Estado. *“A habilidade da elite em sonegar impostos é indicada pelo fato de que em 1966/67, taxas de terras e dízimo totalizavam apenas 4% das receitas totais do governo.”* (Schwab, 1985:9, tradução nossa). Zewde (2001:195, tradução nossa) complementa: *“Mas todos os esforços para introduzir mudanças significativas nas condições dos arrendatários encontravam a inescapável realidade de que esbarravam nos interesses da classe proprietária (...).”*

⁶¹ Este impacto foi relativamente momentâneo e sofreu um golpe quando foram extintos os direitos representativos que tinham sido concedidos durante a breve ocupação inglesa da colônia italiana. Além disso, a postura do imperador não permitia aos eritreus sonhar com sequer uma autonomia e, dessa forma, a intransigência com a região fomentou movimentos de libertação. Em 1960, foi fundada a Frente de Libertação da Eritréia (ELF), um movimento baseado principalmente na identidade islâmica de parte da população da região. Em oposição à ELF, surgiu a Frente Popular de Libertação da Eritréia (EPLF), que tinha um caráter mais amplo e se denominava marxista-leninista. O conflito violento entre os dois grupos deixou a Eritréia ocupada e sem muito fôlego para a luta contra a Etiópia até a chegada da revolução de 1974.

Nesse sentido, a reação novamente não foi insignificante. Muitos dos aristocratas, ciosos de seus privilégios: “*converteram seus direitos tributários em propriedade de terra, destituindo os camponeses que até então tinham direitos de propriedade (como no norte) ou acesso costumeiro à terra (como no sul).*” (Halliday & Molineux, 1981:66, tradução nossa). Ottaway (1982:46, tradução nossa) complementa: “*algo como o movimento dos cercamentos começou nos anos 1960.*” Além disso, alguns conseguiram mobilizar os camponeses para lutar contra as tentativas de centralização, como no caso da revolta de Gojjam em 1968, em uma rebelião análoga à Fronda francesa.⁶² Durante 1963-1970, outras rebeliões contra as tentativas de taxaço também ocorreram, como no caso da Revolta de Bale. (Burg, 2004).

O aumento do comércio e o crescimento do setor agrícola impactaram no desenvolvimento das cidades, em especial de Adis Abeba. Conforme Marcus (2002:164), “*a oligarquia etíope investiu no agronegócio e com seus lucros ajudaram o desenvolvimento de Adis Abeba.*” Esse desenvolvimento urbano também era seguido de medidas com intuito modernizante, por parte do imperador.

Entre elas, a transformação gradual da burocracia estatal se destacava. Em 1961, foi criada a Agência Central de Pessoal, que tinha como responsabilidades uniformizar o serviço público do país. (Hailemariam, 2001:2). Conforme Halliday & Molineux (1981:69-71, tradução nossa):

⁶² No ano de 1635, a França entrou em guerra com os Habsburgos da Espanha e da Áustria, além de enfrentar rebeliões internas. Os conflitos criaram a necessidade de maiores recursos e o então chefe dos ministros de Luís XIII, Cardeal Richelieu, deu início a taxaço de nobres que antes eram isentos. Isso causou um período de revoltas dos nobres contra a autoridade central francesa, extremamente intenso entre 1648 e 1653, que ficou conhecido como *La Fronde*. A autoridade central saiu vitoriosa, mas não sem esforço. A Fronda foi, segundo Burg (2004:217, tradução nossa) “*o mais significativo desafio à autoridade da monarquia francesa antes da Revolução Francesa.*” Ver: Burg (2004).

O lento desenvolvimento do capitalismo era concomitante a uma gradual transformação do estado (...). Depois da guerra, houve um desenvolvimento gradual de estruturas mais centralizadas. Um exército permanente substancial foi criado, além de uma administração civil e do sistema de ministros. (...). A burocracia cresceu de aproximadamente 35.000 servidores em 1960 para estimados 100.000 em 1973, um terço localizado em Adis Abeba. As forças armadas totalizavam 45.000, das quais 40.000 estavam no exército, com 20.000 adicionais em organizações para-militares relacionadas.

Foi criado pela primeira vez um Exército Nacional. Conforme Ottaway (1982:47, tradução nossa), os exércitos feudais etíopes, ainda que efetivos, eram altamente “*não-confiáveis; sua lealdade ao imperador dependia da lealdade de seus comandantes. O estabelecimento de um exército profissional moderno era assim parte crucial da política de fortalecimento do controle sobre o país.*”

Em 1960, foi criada a Universidade Hailé Selassié, em Adis Abeba, que, em conjunto com as escolas secundárias, tinha como objetivo atender às novas necessidades de burocratas e administradores civis. Organizações como sindicatos também foram criadas pelo poder central.

Nesse mesmo sentido, em 1955 foi proclamada uma nova constituição, que tinha em larga medida o objetivo de demonstrar a modernidade da Etiópia aos outros países. O mecanismo de imitação de modelos externos, referido no Capítulo I, entrava em ação, como se pode ver. Com o auxílio de alguns conselheiros norte-americanos, a nova Carta introduziu “*uma câmara baixa eleita, um judiciário teoricamente independente, a doutrina da separação dos poderes, um catálogo de direitos humanos, e a idéia de responsabilidade burocrática para com o povo.*” (Marcus, 2002:166, tradução nossa).

Por outro lado, se essas mudanças cosméticas impressionavam a opinião internacional a respeito da Etiópia, é importante ressaltar que os

poderes executivos do Imperador foram mantidos, e aumentados. Conforme Zewde (2001:206, tradução nossa), a constituição de 1955 era “*uma carta legal para a consolidação do absolutismo.*” A citação que o autor faz de um dos artigos é esclarecedora: “*Pela virtude de seu Sangue Imperial, assim como pela unção que ele recebeu, a pessoa do Imperador é sagrada, Sua dignidade inviolável e Seu poder indisputável.*”

Todas essas transformações tiveram um impacto forte na sociedade etíope, através da criação de novas forças sociais e grupos. Um processo bastante parecido com aquele descrito por Huntington (1975:20) ocorria na Etiópia: “*A modernização implica, em grande parte, na multiplicação e diversificação das forças sociais na sociedade. Os agrupamentos familiares, raciais e religiosos são suplementados por agrupamentos ocupacionais de classe e técnicos.*”

Sem dúvida, a maior complexidade da sociedade etíope rapidamente começou a entrar em conflito com as bases sociais anteriores. Ki-Zerbo (1972:303) exemplifica a situação dual em que se encontrava o país: “*Muitos visitantes sublinhavam o contraste assustador entre o esplendor dos palácios imperiais (...) e a miséria das massas. Entre os grandes edifícios ultramodernos da capital e o aspecto medieval dos campos à sua volta.*” Marcus (2002:165, tradução nossa) também corrobora esta percepção: “*Assim, a modernidade da capital, Asmara, Harar e talvez outros dois ou três centros urbanos figuravam como um profundo contraste, uma contradição, com a experiência da maioria dos etíopes.*” Enquanto novas forças sociais se desenvolviam em Adis Abeba e nas principais cidades, por outro lado, na

zona rural imperava ainda o poder da aristocracia e o sistema quase-feudal que lá existia.

Não demoraria até que essa conjuntura tivesse impacto na política. Já em 1960, houve uma tentativa de golpe, quando Hailé Selassié estava em visita oficial ao Brasil. Um grupo de intelectuais formados no exterior, ao retornarem ao país natal, cada vez mais repudiava a estrutura arcaica e o subdesenvolvimento do país. Assim, aproveitando-se da ausência do imperador, tomaram Adis Abeba, certos de que o apoio popular seria uma consequência inevitável. Todavia, o clamor pela mudança não conseguiu atingir as regiões interioranas, nem mesmo grande parte do exército, que permaneceram leais ao imperador. Embora sem sucesso, a tentativa de golpe indicava mudanças subterrâneas no país.

No entanto, o imperador não compreendeu as raízes daquela mal-fadada tentativa. Ele considerou que a lealdade das províncias e do exército representava a força do regime, equivocadamente. A passagem de Marcus (2002:172-173, tradução nossa, grifo nosso) é esclarecedora a respeito do processo de modernização que tinha lugar na Etiópia, principalmente em relação ao hiato entre as novas forças sociais e as oportunidades dadas pelo sistema político:

Embora a população da cidade [Adis Abeba] houvesse se mantido apática, o golpe tinha tido uma aceitação importante entre a intelligentsia, os estudantes, e obviamente, alguns segmentos do exército. **As novas elites estavam interessadas no progresso, e eles queriam mais autoridade no novo governo para implementar mudanças. O imperador, contudo, se recusava a reconhecer a necessidade de reformas e atribuiu o golpe a um pequeno grupo de excêntricos cujas ações envergonhavam a Etiópia.** (...) Ao ignorar as forças que haviam formado e inspirado a crise recente, o imperador perdeu apoio dos progressistas com quem ele tinha construído o estado moderno. Ele foi forçado então a

contar com o poder militar abertamente para confirmar sua autoridade e com a aristocracia para apoio administrativo.

O imperador paulatinamente perdia o controle do país. De um lado confrontado pelas novas forças sociais, de outro ainda dependente de uma aristocracia arreada. A dependência do autocrata em relação à aristocracia rural, de que Tilly falava ao comentar o caso russo, era o grande entrave da Etiópia. Hailé Selassié não havia conseguido diminuir esta dependência, como argumenta Zewde (2001:140, grifos nossos, tradução nossa):

Ignorando o conteúdo econômico do feudalismo, o novo imperador se lançou no papel de cruzado antifeudal. Na realidade, o que ele estava fazendo era reconstruir o feudalismo em uma nova e avançada base, afirmando o poder da monarquia e garantindo o privilégio econômico da nobreza.

Da mesma forma que na Rússia, portanto, “*tipos diferentes de revolução (...) impeliram os venezianos e os moscovitas para novos estados que se assemelhavam cada vez mais aos grandes estados nacionais da Europa Ocidental.*” (Tilly, 1996:235). Foi exatamente o que aconteceu na Etiópia através da Revolução de 1974.

Capítulo 3 – Revolução e Guerra na Construção do Estado Moderno na Etiópia (1974-1991)

A Revolução Etíope, muitas vezes julgada pelo caráter autoritário do governo que a sucedeu, transformou as bases da sociedade etíope em profundidade. Diferentemente das revoluções africanas que lutaram pela independência perante o colonialismo, o questionamento do movimento revolucionário estava no seio da estrutura social etíope – amplamente feudal. Halliday & Molineux (1981:18) diferenciam revoluções coloniais das revoluções pós-coloniais, em que a mudança social era o principal objetivo daqueles que as levaram a cabo, e não apenas a mudança política. A Revolução Etíope se encaixaria mais adequadamente neste segundo tipo.

Conforme Cepik (1996:154-155), o critério mais importante para a ocorrência de uma revolução é a mudança radical:

Pode-se definir a revolução lato sensu como toda mudança radical ocorrida numa dimensão axial da vida social, onde o estado final dos sistemas difere do antecedente. E as revoluções stricto sensu, i.e., as revoluções sócio-políticas modernas podem ser definidas como um tipo particular de *mudança* (macro-fenômenos de transformação global e violenta dos sistemas sociais) e *conflito* (confrontos estratégicos entre vontades coletivas pela soberania sobre uma população e um território) numa via de ingresso na modernidade.

A Revolução Etíope pode ser caracterizada nestes termos. Nela, a mudança estrutural esteve presente na “via de ingresso à modernidade” do país. O conflito foi alto, não tanto na tomada do poder, mas principalmente no processo de consolidação até o final do regime, e a mudança também, na

reforma agrária ampla e na destituição do poder da aristocracia rural.⁶³ Ela também se encaixa na definição de Huntington (1975:274), “*uma revolução é uma mudança interna rápida, fundamental e violenta nos valores e mitos de uma sociedade, bem como das suas instituições políticas, estrutura social, liderança e atividades e políticas governamentais.*” Por fim, Halliday & Molineux (1981:12, tradução nossa) compartilham desta percepção:

Qualquer que seja o padrão final da ordem pós-revolucionária, ou as derradeiras fronteiras territoriais do Estado republicano, uma mudança revolucionária na estrutura política, social e econômica ocorreu através de um processo no qual os movimentos de massa tiveram um papel importante.

O caso etíope, portanto, se afasta daqueles processos típicos africanos e se aproxima de casos clássicos como a Revolução Russa.⁶⁴ Zewde (2001:229, tradução nossa) argumenta: “*é com as revoluções francesa e russa que a experiência etíope tem os mais próximos paralelos. Assim como suas antecessoras francesa e russa, terminou com uma dinastia (...). Como ambas, também, o espírito revolucionário foi seguido de um inverno pesado e escuro de terror.*”

Àquele processo de complexificação cada vez mais importante no seio da sociedade etíope de que se falava no capítulo anterior, se somou, no

⁶³ Normalmente, a revolução etíope é classificada como golpe e não como revolução, principalmente pelo governo autoritário que se estabeleceu nas décadas seguintes. Todavia, como afirmam Halliday & Molineux (1981:13-12, tradução nossa), “*Nenhuma revolução produz uma sociedade perfeita, ou uma em que a maioria daqueles que participaram nela esperavam ver: a Revolução etíope não é exceção a esta regra. (...) A ordem pós-revolucionária não estabeleceu nem a igualdade total entre os grupos sociais nem a igualdade entre as nacionalidades, e não estabeleceu nada que pudesse ser caracterizado como uma ordem política democrática. Ainda tais falhas não são únicas à Revolução etíope: elas não podem obscurecer a importância do que ocorreu na Etiópia: uma transformação sócio-política de rara profundidade no Terceiro Mundo contemporâneo.*”

⁶⁴ As similaridades das situações da Etiópia em meados do século XX e da Rússia pré-soviética são interessantes e, conforme Clapham (1992), contribuíram para a adoção do Marxismo-Leninismo como modelo político-ideológico.

início da década de 1970, uma grave seca, que expôs um governo arcaico, anacrônico, ineficaz. Conforme Marcus (2002:181, tradução nossa): “*Em 1973, os camponeses tinham extinguido suas reservas, vendido seus bens para comprar alimentos e mesmo comido sementes.*”

A seca ocasionou uma pressão inflacionária nas cidades devido à falta de alimentos no mercado – pressão que já não era pequena por conta dos aumentos no preço do petróleo que vieram após as crises internacionais relacionadas a esta commodity. O imperador a esta altura apresentava sinais de senilidade e, em uma tentativa de manter certa imagem da Etiópia perante a comunidade internacional, negou a extensão e a profundidade da seca, ignorando o que se passava nas regiões mais afetadas. (Schwab, 1985:14). Isso apenas reforçou a sensação de falta de legitimidade que o regime tinha, criando ondas de insurreição popular. Tinha início a Revolução.

I – Primeira Fase: Ascensão, Consolidação do Poder e Sucesso (1973-1983)

O movimento que teve início em 1974 era altamente desorganizado. (Ki-Zerbo, 1972:305). Ele ainda não tinha direção política e era a explosão da sociedade contra a negligência do governo anacrônico e sem legitimidade de Hailé Selassié. Diversos grupos participavam. Estudantes faziam manifestações, taxistas e professores empreendiam greves e militares se agitavam em seus quartéis em um movimento primordialmente urbano. (Zewde, 2001:229). A crise começava a atingir níveis alarmantes, como

atesta Marcus (2002:182): *“Em 19 de fevereiro, em um encontro dos ministros das relações exteriores da Organização da Unidade Africana, as ruas de Adis Abeba estavam perigosas.”*

Dias após essa reunião, o imperador declarou que o Exército tinha autoridade total para lidar com a crise. A situação do exército era bastante ruim, tanto em termos de salários como de condições de trabalho e vida. Dessa forma, alguns dias depois da declaração, algumas guarnições militares se rebelaram pedindo maiores salários e melhores condições de trabalho, embora afirmando que se mantinham leais ao imperador. Com a negativa do imperador, que alegou falta de recursos, mais guarnições se uniram às solicitações. Assustado com os acontecimentos, o primeiro-ministro e seu gabinete renunciaram, em uma tentativa de apaziguar os ânimos no país.⁶⁵ Não foi suficiente e no dia seguinte, soldados tomaram Adis Abeba e começaram a prender os antigos ministros. (Marcus, 2002:184). Hailé Selassié então optou por um aumento de salários para os militares e indicou um novo primeiro-ministro, o aristocrata Endalkatchew Makonnen.

A escolha de Makonnen demonstrava como o imperador e mesmo a aristocracia que o rodeava ainda não tinham dimensão do que estava por acontecer.⁶⁶ De certa forma, tal escolha poderia ser entendida também como mais um sinal da fraqueza do imperador, em que o elemento aristocrático do

⁶⁵ Desde 1943, o imperador tinha re-estabelecido o sistema ministerial, em tese capitaneado por um primeiro-ministro, nos moldes do estabelecido por Menelik II em 1907. O cargo era largamente cosmético, na linha das mudanças que Hailé Selassié implementou para dar uma idéia de uma Etiópia mais moderna. Cf. Zewde (2001:203).

⁶⁶ As revoluções, quando acontecem, em geral compartilham este caráter de surpresa e a Revolução Etíope não foi diferente. A este respeito, ver Brinton (1965).

país tentava retomar o poder que vinha paulatinamente perdendo. “*Interpretando profundamente mal o desafio que havia sofrido o monarca, eles estavam preocupados com ajustes táticos para um sistema que estava a ponto de desintegrar.*” (Halliday & Molineux, 1981:75, tradução nossa).

O novo governo tentou algumas medidas desesperadas, como o fim da censura e a garantia de melhores condições, que não tinham mais efeito no movimento revolucionário em andamento. As pressões de estudantes e operários continuavam, mas apenas os militares tinham uma autonomia maior. Como afirma Ottaway (1982:92, tradução nossa):

O principal problema para eles era que virtualmente não existiam organizações civis no país – o imperador havia se assegurado disso. A hierarquia mais alta do sindicato era conservadora e próxima ao monarca. Os estudantes estavam organizados nos campi, mas não tinham ligações fortes com outros grupos. (...) Finalmente, uma organização foi criada dentro do exército em oposição à hierarquia existente. Cada unidade das forças armadas elegia seus próprios representantes para um comitê coordenador geral.

Esse comitê era o Comitê Coordenador das Forças Armadas (em amárico, Derg).⁶⁷ Em julho, o governo de Endalkatchew foi deposto. Mikail Imru foi declarado o novo primeiro-ministro, mas era claramente um fantoche dos militares, entre os quais o Derg se destacava paulatinamente.

Enquanto tudo isso ocorria, o imperador estava praticamente sob prisão domiciliar. O Derg aos poucos neutralizava as instituições que apoiavam a ordem imperial, como a corte, os conselheiros, a Guarda Imperial. “*Em partes do palácio, o velho imperador já não podia mais ir,*

⁶⁷ O Derg foi um comitê criado por soldados de médio e baixo escalão, no qual cada uma das quarenta unidades militares deveria enviar três membros, em uma espécie de parlamento militar (com a exceção dos militares de alto escalão, considerados muito comprometidos com o regime imperial). Este parlamento, contudo, não seria *accountable* às unidades – uma vez que os representantes eram enviados, não havia controle sobre suas ações por parte das unidades. Cf. Zewde (2001:234).

membros do Derg estavam lendo os arquivos à procura de informações úteis para destruir o carisma preocupante de Hailé Selassié.” (Marcus, 2002:188, tradução nossa).

Com o auxílio de alguma propaganda prévia contra o imperador, em 12 de setembro membros do Derg foram até o palácio e prenderam Selassié. Na mesma manhã, a rádio relatou o fim do império e a instituição de um Conselho Administrativo Militar Provisório (PMAC), o sucessor do Derg (que continuou a ser chamado pela sigla em amárico).⁶⁸

Este comitê acabou tomando a liderança e conduzindo a revolução partir daí.⁶⁹ Entretanto, apesar desta preponderância, a participação dos grupos civis na insurreição contra o imperador teve conseqüências importantes para o período subsequente. De acordo com Tareke (2009:24), por exemplo, foram os estudantes que abriram a “caixa de pandora” ideológica na Etiópia. A difusão dos grupos de oposição ao imperador fez com que todos esses grupos se achassem no lugar de reivindicar a revolução subsequente (Halliday & Molineux, 1981; Schwab, 1985). Esta realidade, ligada à reticência dos militares em retornar o governo aos civis, levou a um período muito complicado de consolidação do poder por parte do Derg.

⁶⁸ A literatura trata os dois como sinônimos e aqui, para fins de padronização, se optou por “Derg”.

⁶⁹ Halliday & Molineux (1981:91-92, tradução nossa) alertam para algumas visões simplistas que se possa ter a respeito da preponderância que o Derg ganha a partir de 1974. Segundo eles, não se pode afirmar que o Derg tenha capturado a revolução (para, depois, supostamente traí-la). Os segmentos civis da oposição tiveram uma importância fundamental na deposição do Imperador, mas foram os militares que o fizeram definitivamente, não através da captura da revolução, mas como os representantes do grupo mais bem articulado do momento. “*A evidência disponível não permite sustentar a tese comumente dita de que o exército entrou na arena política em algum ponto subsequente à revolução ou mesmo que a capturou ou preceptivamente deu início ao processo.*”

Em primeiro lugar, as divisões políticas ficavam claras desde dentro do Derg. Entre 1974 e 1977, Mengistu Haile Mariam, um oficial de médio escalão, se firmou como a autoridade dentro da organização, principalmente através da prática de assassinatos e execuções daqueles que tinham visões divergentes. Esse processo de “expurgo” teve seu ápice em fevereiro de 1977, quando Mengistu e seus apoiadores fuzilaram outros membros do topo do comando do Derg. A partir daí, o comando se unificou sob a autoridade altamente concentrada de Mengistu. Ainda que resolvido em 1977, este processo consumia energia e recursos do regime.

As divisões políticas não estavam confinadas ao Derg, pelo contrário. Como dito anteriormente, a participação de grupos civis na insurreição contra o imperador lhes permitia a reivindicação de maior voz política e de maior ação na consecução da revolução.⁷⁰ Todos eles defendiam a saída dos militares do poder e a entrega deste aos civis. Destes grupos, se destacavam principalmente os estudantes, representados pelo Partido Revolucionário do Povo Etíope (EPRP) e pelo Movimento Socialista de Todos Etíopes (Me'ison), e alguns trabalhadores, como os representados pela Confederação das Centrais Sindicais Etíopes (CELU).⁷¹

⁷⁰ Podemos destacar como opositores civis ao Derg: estudantes, professores universitários, operários e organizações de esquerda clandestinas.

⁷¹ Tanto o Me'ison como o EPRP eram formados por estudantes e ambos se diziam Marxistas-Leninistas. Halliday & Molineux (1981:77) afirmam que o primeiro era formado por uma geração mais velha, cuja base principal era a União dos Estudantes Etíopes da América do Norte (ESUNA). Já o EPRP era formado por uma geração mais nova, cuja principal base era a União dos Estudantes Etíopes da Europa (ESUE). Ambas as facções tinham posições opostas que vão refletir no futuro dos dois partidos ou organizações: enquanto a ESUNA favorecia a unidade Etíope em relação às nacionalidades e uma autonomia do movimento estudantil vis-à-vis outras classes, o EPRP tinha uma posição mais favorável às nacionalidades, assim como pleiteava a necessidade de uma junção entre o movimento estudantil e outras classes sociais. Os dois movimentos estavam ligados a dois influentes jornais clandestinos, o Democracia (EPRP) e o Voice of the Broad Masses (Me'ison).

Deles, os mais importantes são sem dúvida o EPRP, por sua posição oposicionista bem declarada, e o Me'ison, pelo papel importante que este teve em alguns momentos de colaboração com o Derg. Organizações como a CELU, por exemplo, não tinham tanta autonomia. O EPRP continuava a demandar a passagem do governo dos militares para os civis, e, ainda que em 1976 tivesse alguns contatos com o Derg, sua posição era claramente de oposição ao regime. Já no caso do Me'ison, sua posição era bastante ambígua. Seus membros cooperavam com o governo, mas esta relação era bastante tensa e desconfiada. (Ottaway, 1982:135). Para o Me'ison, “*o poder estatal (...) seria atingido não através da estratégia de oposição adotada pelo EPRP, mas por meio da estrutura do próprio Derg. (...).*” (Zewde, 2001:246, tradução nossa).

Além da oposição de grupos dentro do Derg e da oposição civil, logo no início do governo, o Derg teve de enfrentar também a oposição regional, baseada nas antigas diferenças entre as ‘nacionalidades’ etíopes.

A principal delas é sem dúvida a questão da Eritreia.⁷² Mantida a posição da Itália nos tratados subsequentes à batalha de Adowa, esta província ao Norte da Etiópia foi reintegrada ao país no retorno do Imperador Hailé Selassié, sob os auspícios das Nações Unidas, como uma federação.⁷³

⁷² Outras regiões da Etiópia também resistiram e, em alguns casos, se aproveitaram da situação complicada em que estava o Derg. Halliday & Molineux (1981:200-207) descrevem as resistências dos Oromos, da região de Tigray e dos somalis. Ainda que com diferenças significativas entre elas e também em relação à Eritreia, elas também aumentaram os custos para o Derg consolidar seu poder. Devido a questões de espaço, a ênfase aqui será dada à rebelião eritrina e aos tigrinos, que foram os protagonistas do fim do regime do Derg.

⁷³ A fórmula federal através da qual a Eritreia foi re-incorporada à Etiópia não agradava nem aos Unionistas nem àqueles a favor da independência. Para as razões do reconhecimento da colônia italiana da Eritreia por parte da Etiópia, ver nota 54.

As relações durante o governo de Selassié foram tensas, principalmente pela dissolução unilateral da federação pelo imperador em 1952. No entanto, o impacto dela no governo imperial não seria tão forte como após 1974, principalmente pela fragmentação dos movimentos eritreus e pelo processo de consolidação da EPLF na região.⁷⁴ Em 1974, a Revolução dava novas esperanças aos eritreus, mas isso não durou muito. Como afirmam Halliday & Molineux (1981:156, tradução nossa):

A queda do regime imperial trouxe então esta questão para o centro da política etíope: se a rebelião provincial estava em um nível relativamente baixo no início de 1974, a evolução dos eventos subsequentes levaram a uma difundida *prise de conscience* entre as nacionalidades etíopes.

Essa conscientização – também mencionada por Tareke (2009:45) – não teve respaldo no governo revolucionário. Mais que isso, o Derg não acenava para a Eritréia com políticas distintas daquelas empregadas pelos governos anteriores, pelo contrário. A unidade da Etiópia, para o Derg, era inviolável – tanto por convicções pessoais dos membros a respeito disso, como também por considerações mais estratégicas a respeito da saída para o mar que a Eritréia disponibilizava à Etiópia.

Dessa forma, apesar de alguns exercícios retóricos, na prática, a Eritréia não percebia mudanças nas políticas adotadas pelo Derg. Isso se confirmou quando em junho de 1976, foi lançada uma ofensiva bastante significativa sobre a região. Através do uso de milícias campesinas, o Derg a

⁷⁴ A oposição eritrina era dividida principalmente em dois grupos, a Frente de Libertação da Eritréia (ELF) e uma dissidência, que depois se tornou a mais importante oposição ao regime do Derg, a Frente Popular de Libertação da Eritréia (EPLF). Essa divisão entre os movimentos consumia as energias da rebelião eritrina, que, mesmo que representasse custos para o regime imperial, não conseguia se unificar.

atacou, sendo amplamente derrotado pelas guerrilhas locais, que a esta altura eram financiadas por vários países árabes e também pelo Sudão. A atitude não-conciliatória baseava-se na percepção do Derg a respeito das conseqüências que uma abordagem conciliatória para a Eritréia poderia ter sobre outras nacionalidades. Conforme Halliday & Molineux (1981:164), isso apenas serviu para radicalizar as percepções eritrinas a respeito de uma dominação Amhara. Ao final de 1977, os eritreus tinham controle de quase toda a região, à exceção de Asmara e algumas outras pequenas cidades. (Halliday & Molineux, 1981:171).

A invasão da Eritréia de 1976 teve impacto também sobre outro movimento, a então recém-formada Frente de Libertação dos Povos Tigrinos (TPLF).⁷⁵ A ofensiva deixou claro que o Derg não estava disposto a negociar com estes grupos, o que radicalizou sua postura. Como afirma Marcus (2002:195, tradução nossa), “em 1977, a situação piorou ao passo que a TPLF ameaçava o controle de Adis Abeba sobre a estrada norte vital para chegar a Asmara e a EPLF tomou boa parte do leste da Eritréia (...)” Aqui, também, o processo de consolidação da autoridade do Derg era custoso e complicado.

⁷⁵ A TPLF foi fundada em 18 de fevereiro de 1975, em resposta ao que seus membros consideravam como a dominação por parte da elite Amhara. Largamente rural, a TPLF estabeleceria seu controle da região de Tigray após conflitos com outros grupos de oposição ao Derg, como a EDU, de origem aristocrata; e o EPRP, que divergia da estratégia étnica e localista da TPLF. Uma particularidade importante, “a TPLF decidiu logo em seu começo que não permitiria o desenvolvimento de um culto da personalidade (...). Líderes individuais eram constrangidos por um comprometimento com a tomada de decisão coletiva (...)” Cf. Young (1998:38, tradução nossa). Esse mecanismo de tomada de decisão coletivo foi mantido quando a TPLF chegou ao poder, em 1991. Em relação a sua filiação ideológica, o movimento se declarava marxista-leninista, mas tendia a seguir o modelo albanês, por se ressentir do apoio dado pela URSS ao regime do Derg.

Envolto nessas disputas políticas sérias, o Derg se viu obrigado a tomar medidas que lhe dessem alguma base política. Halliday & Molineux (1981:97) afirmam que o comitê respondia a diversas pressões ao adotar políticas de impacto profundo.⁷⁶ Primeiramente, às camadas populares que clamavam por uma melhoria em suas condições de vida, principalmente através da reforma agrária. Além disso, sob fogo cerrado da oposição civil, “o PMAC tomou a iniciativa de por em prática o que seus críticos e rivais estavam demandando.” (Halliday & Molineux, 1981, tradução nossa).

Dessa forma, já em 1975 tinha início um amplo programa de nacionalizações. Em março daquele ano, a principal medida tomada pelo Derg aconteceria: uma reforma agrária profunda e de grande escala. Como afirmam Halliday & Molineux (1981:106, tradução nossa): “a implementação da reforma marcou o fim definitivo do antigo regime: a transferência para as relações sociais do que havia sido atingido na esfera política (...).” Huntington (1975:278) afirmava a este respeito:

Se nenhum grupo está pronto e é capaz de estabelecer um governo efetivo depois do colapso do velho regime, muitas facções e forças sociais entram na luta pelo poder. (...) Cada grupo de líderes políticos tenta estabelecer a sua autoridade e, no processo, **ou desenvolve uma base mais ampla de apoio popular que os seus competidores**, ou cai vítima deles.

⁷⁶ Clapham (1992:109, tradução nossa) afirma que não é necessário investigar se os membros do Derg eram realmente filiados ao Marxismo-Leninismo ou se a opção foi mais pragmática, como afirmam Halliday & Molineux. “O que o Marxismo-leninismo mais obviamente oferecia a eles era uma fórmula por meio da qual era possível criar um poderoso estado.” De acordo com Zewde (2001:244, tradução nossa), o tom ideológico da revolução era ditado pelos movimentos estudantis: “Uma característica fundamental da revolução etíope – em relação tanto a seus antecedentes como a seu curso – era que o tom e os parâmetros eram ditados pelos estudantes. Realmente, os soldados entraram no movimento de Fevereiro estritamente com demandas econômicas. Foram os comentários dos estudantes que os levaram para a arena política.” Para breve nota sobre a evolução ideológica do Derg, ver nota 85.

Dessa forma, em quatro de março de 1975, o Derg fez a *Proclamação da Nacionalização das Terras Rurais*. Este documento determinava a instalação de associações camponesas, que a partir de então organizariam fazendas coletivas, distribuindo a terra entre os camponeses e resolvendo disputas que emergissem desta etapa. Foi determinado que estudantes e professores universitários seriam os principais agentes da reforma, e, dessa forma, eles foram designados para ir até as áreas rurais e implementá-la.⁷⁷ As respostas a estas medidas foram diferentes, de acordo com os sistemas de uso da terra vigentes em diferentes regiões.⁷⁸

Segundo Schwab (1985:27), no Sul, devido à percepção de conquista que ainda imperava na região, a reforma agrária foi amplamente aceita, o que culminou em uma ampla vantagem política para o Derg, principalmente através do apoio do campesinato daquela região. Já no caso do norte, a resposta foi um tanto mais ambígua. A reforma agrária também atingia o sistema de *rist*, que, de certa forma, assegurava algum tipo de propriedade – ainda que não privada, mas da linhagem.⁷⁹ A província de Gojjam, por

⁷⁷ Zewde (2001:240) complementa: “*Ainda que o programa tenha sido concebido com a melhor das intenções, oponentes do Derg o viam como uma artimanha para dispersar os elementos mais fortes da oposição. (...) A experiência deixaria marcas inesquecíveis tanto nos estudantes como na população rural com quem eles interagiram tão de perto. A sua interpretação radical do decreto, particularmente seus esforços de estimular a iniciativa camponesa, normalmente os levava a conflitos com a abordagem mais burocrática dos membros do Derg. Sem demora, os centros da campanha se tornaram um terreno de batalhas entre o Derg e seus apoiadores, de um lado, e os membros e simpatizantes do EPRP de outro com sua oposição implacável ao Derg.*”

⁷⁸ Para uma explicação sobre o sistema de terras na Etiópia, ver páginas 54-56 desta dissertação. Diversos autores apontam para a complexidade do sistema de uso da terra na Etiópia imperial (Halliday & Molineux, 1981; Ottaway, 1982; Schwab, 1985; Abegaz, 2005). Aqui, portanto, a visão que se apresenta é uma bastante simplificada da realidade, ainda que aponte para as tendências mais gerais da sociedade da época.

⁷⁹ O exemplo de Tigray é esclarecedor a este respeito. Na província, três movimentos se formaram em meados da década de 1970: a Frente de Libertação dos Povos Tigrinos (TPLF), a União Democrática Etíope, liderada por Ras Mengesha, antigo aristocrata provincial deposto pelo regime; e a Teranafit, uma organização pouco hierarquizada, mas fortemente patriótica, segundo Marcus (2002:224),

exemplo, organizou uma rebelião contra a reforma agrária, que demandou a repressão do exército etíope.

Os resultados econômicos não foram muito positivos (como a maioria dos programas de reestruturação profunda da economia). Apesar de uma melhoria na situação do setor agrário da economia nos primeiros anos, as medidas não geraram o crescimento esperado. De acordo com o economista etíope Alemayehu Geda (2001:164), entre 1974 e 1978, a taxa de crescimento do país foi de 0.3% e o crescimento per capita -2.3%. Como afirmam Halliday & Molineux (1981:110, tradução nossa):

O percurso da reforma agrária, além de seu significado material imenso para a revolução etíope, é um indicativo do caráter geral das intervenções do PMAC. Foi, por qualquer parâmetro, uma medida muito radical colocada em prática depois de apenas seis meses que o PMAC havia chegado ao poder e exatamente um ano após os primeiros protestos nas ruas de Adis Abeba; ainda assim, foi decretada por um grupo de oficiais que não tinha quadros políticos para implementar a reforma e que também não tinha uma história prévia para suportar tais transformações sociais.

Por outro lado, os resultados políticos da reforma agrária foram amplamente favoráveis ao Derg, principalmente no Sul. Como afirma Schwab (1981:29-30, tradução nossa), a reforma agrária produziu *“o apoio para o novo governo que seria vital para o Derg (...) sobreviver à violência e à oposição do período 1975-8. (...) O Derg havia assegurado o apoio do campesinato.”* Este apoio foi fundamental para a manutenção do regime nos anos subsequentes e mesmo nas vitórias militares que a Etiópia teve.

formada pela nobreza local e arrendatários, que apoiava Ras Mengesha, a manutenção do sistema tradicional de uso da terra e repudiava a pobreza em que os antigos membros do clero se encontravam, após o confisco das propriedades da Igreja.

Além da nacionalização das propriedades rurais, o Derg também anunciou em 26 de julho de 1975, a nacionalização dos terrenos e propriedades urbanas – que, cabe lembrar, também eram controladas pela aristocracia etíope em larga medida. Sendo assim, foi permitida a propriedade de apenas uma casa e o uso de quinhentos metros quadrados para fins residenciais. O valor de aluguéis foi diminuído drasticamente. Foram criadas, então, organizações similares às associações camponesas, para gestão dos bairros, chamadas de *kebeles*. Os *kebeles* recolhiam os aluguéis e usavam os recursos para serviços sociais da comunidade, como uma gestão local de recursos.

Em abril de 1976, o Derg declarou o Programa Nacional da Revolução Democrática (NDR), o que demonstrava já que o comitê adquirira um conteúdo ideológico mais profundo.⁸⁰ Conforme Zewde (2001:246, tradução nossa), “*era a receita chinesa para a transformação socialista do Terceiro mundo e se baseava na aliança revolucionária entre o proletariado, o campesinato e a pequena-burguesia progressista (...)*”. Seu objetivo principal era o estabelecimento da República Popular Democrática da Etiópia (PDRE), o que só seria atingido pelo Derg em 1987.

⁸⁰ A evolução ideológica do Derg nos primeiros anos do governo é notável. Em dezembro de 1974, logo após a destituição do imperador, foi declarado o *motto* do Derg – “Etiópia Tikdem” ou “Ethiopia First”, que deixava claro que, neste primeiro momento, o movimento era muito mais nacionalista do que qualquer outra coisa. Depois disso, principalmente devido à oposição civil (ver nota 62), “*houve uma evolução da assertiva nacionalista de Etiópia Tikdem às primeiras concepções gerais de ‘Socialismo Etíope’ e às mais específicas políticas da NDR que viam o futuro da Etiópia em termos socialmente revolucionários. Depois da ascensão de Mengistu em fevereiro de 1977, a orientação ideológica se tornou explicitamente marxista-leninista.*” (Halliday & Molineux, 1981:136, tradução nossa).

Para levar a cabo a NDR, o Derg anunciou a criação de um partido político, o que agradava a relutante União Soviética.⁸¹ Assim, intelectuais do Me'ison auxiliaram o Derg na criação do Escritório Político para a Organização das Massas (POMOA), que tinha por objetivo preparar o novo partido. Dessa forma, a nova organização “*estabeleceu um massivo aparato paralelo à administração do estado e começou a recrutar quadros para o regime.*” (Markakis, 1986:33, tradução nossa). Contudo, como argumenta Ottaway (1982:96, tradução nossa):

As táticas do Derg eram similares às do SRC na Somália. Ambos anunciaram que um partido seriam formado; ambos criaram uma instituição provisória para criar um partido de cima para baixo. A diferença era que enquanto na Somália o processo seguia sem desafiantes porque o SRC não tinha oposição real, na Etiópia isso levou a mais conflitos porque a oposição existia e estava cada vez melhor organizada no EPRP.

A cisão entre os militares e os civis atingiria seu ápice naquele mesmo ano, 1976. Em parte, a decisão de criar o POMOA desagradava o EPRP, que se considerava o partido de vanguarda legítimo da revolução. Em setembro, “*a execução de militantes do EPRP pelo governo foram paralelas à campanha de terrorismo urbano na qual morreram muitos ideólogos e funcionários do regime.*” (Zewde, 2001:247, tradução nossa). No entanto, o EPRP não tinha força suficiente para sustentar o conflito militar contra o Derg (Halliday & Molineux, 1981; Schwab, 1985).

⁸¹ A aliança entre o Derg e a União Soviética só foi consolidada em 1977, principalmente devido à invasão Somali daquele ano. Até então, a URSS relutava em aumentar seu vínculo com a Etiópia, tanto por razões estratégicas como por desconfianças em relação ao Derg. Estrategicamente, a URSS era aliada da Somália, que não tinha boas relações com seu vizinho. Como a Etiópia era, durante o regime imperial, aliada dos Estados Unidos, a região já tinha entrado na lógica da Guerra Fria. Além disso, questões como a inexistência do partido político, a permanência do conflito com a oposição civil, além de uma ambiguidade em relação à independência eritrina, incomodavam os dirigentes soviéticos. Cf. Ottaway (1982:104).

O Derg logo anunciou que armaria os *kebeles*, dando início a um “terror vermelho” contra o que foi classificado pelo regime como um “terror branco” por parte do EPRP.⁸² Os membros do Me’ison, que participavam dos *kebeles*, perceberam a oportunidade de diminuir o poder do Derg a partir do momento que os *kebeles* foram armados, o que resultou em uma situação muito complicada. Ottaway (1982:136, tradução nossa) destaca: “*Era uma luta tripla entre o Derg, o MEISON e o EPRP, que continuou por um ano e deixou milhares de mortos até seu arrefecimento, em meados de 1978.*” Milhares foram mortos, mas o aparato coercitivo do Estado permitiu a vitória do Derg, o que praticamente dissipou a oposição civil. Paulatinamente, o Derg começava a consolidar seu poder.⁸³ “*Os soldados finalmente se tornaram os únicos legítimos guardiães da ortodoxia marxista-leninista. O Derg tinha adquirido o status de partido de vanguarda.*” (Zewde, 2001:248, tradução nossa).

Para aumentar a complexidade da situação pela qual passava o país, em 1977, acreditando que a Etiópia não teria condições de se defender devido à instabilidade política interna, a Somália decidiu tentar realizar seu grande sonho (de certa forma incentivado pelos britânicos na época da descolonização) de criar uma grande Somália, principalmente através da

⁸² Aqui, o Derg tentava deslegitimar a oposição estudantil, indicando através da expressão “terror branco” que seria uma oposição contra-revolucionária. Esta expressão ganhou este significado depois da Revolução Francesa, em que a cor branca – símbolo da dinastia Bourbon – era utilizada nas ações de repressão contra revolucionários. Ver: Jones (1989:240).

⁸³ De acordo com Halliday & Molineux (1981:123), aproximadamente 30.000 pessoas foram mortas ou presas neste período.

conquista do deserto de Ogaden.⁸⁴ A transferência de tropas etíopes para o norte, em vistas de melhorar sua posição vis-à-vis os movimentos da Eritrêia e de Tigray, também foi um incentivo. (Marcus, 2002:197).

Em um primeiro momento, o exército etíope recuou, deixando os somalis ocuparem 90% do Deserto de Ogaden. Até aquele momento, a Somália era aliada da União Soviética, que era um tanto reticente em relação à Etiópia. Apesar do proclamado socialismo etíope desde 1975, a reticência do Derg em criar um partido – questão de suma importância para os soviéticos, a respeito do ‘partido de vanguarda’ – deixavam a possível aliança em espera.⁸⁵ (Ottaway, 1982:104).

Quando as tensões aumentaram entre os dois vizinhos, a URSS sugeriu uma solução negociada, que não foi aceita por Siad Barré. Entretanto, a partir do momento em que souberam da agressão somali, os soviéticos bloquearam o auxílio ao antigo aliado, passando a fornecer armas aos etíopes. Com a ajuda soviética, a Etiópia foi capaz de subjugar os exércitos somalis. De acordo com Kruys (2004:21), o apoio soviético, cubano e yemenita foi fundamental para a vitória da Etiópia: pela cessão de helicópteros, tanques e armamento em geral, além de conselheiros militares e soldados qualificados – neste caso, principalmente os cubanos. Mais de 16.000 cubanos foram enviadas à Etiópia, o que lhes deu um status importante, de acordo com Ottaway (1982:140, tradução nossa): “o papel

⁸⁴ A obsessão dos somalis com a idéia do Pan-Somalismo ou da Grande Somália, foi, de certa maneira, incentivada em um primeiro momento pela Grã-Bretanha. Ver nota 63, cf. (Zewde, 2001:180) e (Ottaway, 1982:19).

⁸⁵ Para as razões da relutância soviética, ver nota 86.

cubano na Etiópia não era perceptivelmente diferente do papel da União Soviética (...)”.

Com esse apoio, o Exército etíope foi capaz de proceder à tática de envelopamento vertical. Assim, ao transportar os tanques via helicóptero até a retaguarda somali, as tropas da Etiópia foram capazes de cercar as forças do exército inimigo, impossibilitando a recuada. (Kruys, 2004:20-21).

Ao mesmo tempo em que o fluxo de armamentos aumentou consideravelmente, a Etiópia também conseguiu o treinamento de uma milícia com apoio norte-coreano. A agressão somali foi bastante útil na mobilização para o recrutamento, principalmente de camponeses sulistas, e ajudou na reestruturação do exército da Etiópia. Em junho de 1977, 80.000 milicianos marcharam em Adis Abeba, e nos meses seguintes mais 240.000 foram treinados com a ajuda de Pyongyang. (Marcus, 2002:198). Além disso, o esforço de guerra também levou o governo a reintegrar oficiais imperiais que tinham sido expulsos em 1974, melhorando a capacidade logística e técnica do exército.⁸⁶

Além de garantir a vitória sobre a Somália, a nova força coercitiva que o exército etíope ganhou permitiu uma ofensiva vitoriosa em relação às rebeliões regionais, principalmente à Eritreia. Ainda que não tenha sido uma vitória total, permitiu ao regime do Derg mudar o foco das questões militares para os problemas sócio-econômicos que assolavam o país. Entre 1978 e

⁸⁶ A partir de então, o exército etíope foi “sovietizado”, nas palavras de Tareke (2009:120, tradução nossa): “Sua organização, seu sistema de armas, e parte da nomenclatura foi adotada dos russos, embora o escalão mais baixo tenha permanecido essencialmente o mesmo do período imperial.”.

1979, o exército etíope conduziu ofensivas que levaram a resistência eritrina a uma situação bastante delicada. (Pool, 1998:27).

Assim, com a legitimidade assegurada a partir da reforma agrária, de um lado, e com o recurso à coerção, de outro, o Derg ao final de 1978 tinha se livrado das divisões internas, consolidado sua posição perante a oposição civil, silenciado – ainda que provisoriamente – os movimentos regionais, e, além de tudo, saía de uma guerra interestatal com os louros da vitória.

Nesse sentido, liberado, de certa forma e ainda que temporariamente, daquelas obrigações militares que consumiam as energias e os recursos do regime, em 1978 o Derg pôde se dedicar a outras áreas. Naquele ano, anunciou a Campanha Revolucionária de Desenvolvimento Econômico Nacional. Ela teve um impacto positivo, sendo que no ano de 1978-79 o PIB cresceu em 5.3% e no ano seguinte 5.6%. Com a estabilidade relativa e boas chuvas, a economia conseguiu atingir índices um pouco melhores, tendo crescido, no biênio 1982/1983, 4.6%, 1.8% em termos per capita. (Geda, 2001:164).

Em relação à reforma agrária, os resultados eram um tanto mistos. Se na região norte, ela não havia sido completamente aceita devido às condições prévias daquele período, no Sul, o campesinato oprimido logo se filiou ao regime de Mengistu. Esse campesinato sulista foi imprescindível tanto nas campanhas contra a Somália, como na subjugação temporária da resistência eritrina.

Mas talvez o ponto de maior impacto da campanha tenha sido um programa ambicioso de erradicação do analfabetismo, anunciado em 1979.

As taxas de alfabetização durante o governo de Hailé Selassié eram muito baixas, um dos problemas graves do regime. De acordo com Halliday & Molineux (1981:102), relatórios soviéticos apontam para a alfabetização de seis milhões de pessoas em 1980. A Etiópia recebeu inclusive um prêmio da UNESCO em relação a este programa neste mesmo ano – o *International Reading Association Literacy Prize*.

Além dessas medidas, a aliança com a União Soviética, agora estabelecida, tornava urgente a questão do partido político. Assim, em 1979, o Derg resolveu retomar as tentativas de criação de um partido político. O processo de cicatrização das feridas abertas em 1976 ainda estava em andamento, e, nesse sentido, o Derg decidiu abrir mão da cooperação com organizações civis e criar o partido sem intermediários. (Ottaway, 1982:141). Por outro lado, se abria mão das organizações civis, o partido não deixava de ser também uma tentativa de desmilitarizar o regime (pelo menos na aparência), através do recrutamento de membros civis.

Dessa forma, foi criada a Comissão para Organização do Partido dos Trabalhadores da Etiópia (COPWE), cujo caráter novamente transitório e preparatório demonstrava a reticência do Derg em criar o partido político. Como fica claro na declaração do próprio Mengistu: “A Etiópia, ele declarou, já realizou mais sem um partido político do que qualquer país liderado por um ‘famoso partido comunista’ em um período de tempo comparável.” (Ethiopian Herald apud Ottaway, 1982:139, tradução nossa). Esta reticência era devida justamente aos problemas que o Derg tinha em compartilhar o poder político, como argumentam Halliday & Molineux (1981:139, tradução nossa): “a razão

mais importante para isso é o fato de que os militares tem o poder e não querem dividi-lo.”

Assim, o resultado da combinação entre a pressão da URSS, a necessidade de civis no governo, e a manutenção de um firme controle no governo foi uma estrutura largamente centralizada e controlada pelo Derg, e em especial por Mengistu. Conforme exemplifica o argumento de Markakis (1986:35, tradução nossa), *“Em junho de 1980, o COPWE teve seu primeiro congresso e elegeu sua liderança. Esta acabou sendo a mesma liderança do regime, uma mistura de alto oficialato militar e burocrático.”*

Todas essas medidas, de certa forma, demonstravam como, a partir da tomada do poder em 1974, o Estado estava sendo construído. A permanente oposição ao Derg, em um primeiro momento, fomentava o aumento do controle sobre a sociedade, assim como incentivava a melhoria das bases políticas do regime. Conforme Clapham (2001a:8, tradução nossa),

Os seis anos entre a Guerra de Ogaden (1977-78) e a grande fome de 1984/85 marcam o apogeu da *statehood* etíope. Apesar da falência em subordinar a Eritreia e a guerra constante com a região de Tigray, a nova liderança militar marxista impôs um programa *top-down* de controle com o qual tentava mobilizar todos os recursos da sociedade – em princípio para o desenvolvimento econômico e social, mas na realidade largamente para objetivos militares.

A citação anterior de certa forma antecipa o que seria o principal problema do regime. A manutenção da situação de conflito latente, tanto na Eritreia como na região de Tigray, levou o regime a aprofundar a retirada de recursos da sociedade. Isto, combinado a secas severas, à manutenção de uma postura bastante coercitiva e, por fim, à adoção de políticas impopulares

como transferência de camponeses para outras áreas, culminaram na degradação paulatina da legitimidade do governo. Se até o início da década de 1980, o exército recebia milhares de voluntários, que viam nele a oportunidade de construir sua cidadania, logo a necessidade de conscritos se tornou insaciável, deteriorando a imagem da organização. (Tareke, 2009:123-124). Como Huntington (1975:278) afirmava, ou o regime desenvolve uma base mais ampla, ou se torna vítima de seus adversários. Foi o que paulatinamente começou a acontecer na Etiópia.

II – Segunda Fase: Guerra, Desgaste e Fim do Regime Socialista na Etiópia

Em 1984, uma seca muito grande assolou o país. O regime tentou minimizar os danos, principalmente devido às comemorações de 10 anos da revolução. Algumas campanhas de transferência de camponeses de áreas muito populosas para áreas menos densas foram realizadas, que, entretanto, contribuíram para o descolamento entre o regime e os camponeses. As regiões da Eritreia e de Tigray começavam a consumir novamente os recursos do regime, o que dificultava ainda mais uma resposta coordenada e efetiva para as conseqüências da seca. A seca apenas aprofundou os problemas que o regime já vinha enfrentando em relação à economia. Conforme Clapham (1992:115, tradução nossa),

A fome foi imediatamente causada pela seca, mas ela também significava a falência das políticas agrícolas que, ao remover a exploração pelos aristocratas, esperava-se que libertaria as energias produtivas do campesinato. Contudo, o setor comercial (que estava se expandindo dinamicamente antes de 1974) parou por causa da nacionalização; aos camponeses era

negada a oportunidade de incrementar suas receitas por meio de trabalho sazonal em fazendas privadas, e eles eram forçados a se manter em suas propriedades cada vez menos produtivas; e a nova estrutura de controle central e extração fazia mais do que a aristocracia.

Esses problemas na reforma agrária eram potencializados tanto pela falta de coordenação das políticas como também pela falta de fiscalização das associações camponesas. Halliday & Molineux (1981:107, tradução nossa) corroboram: *“a reforma instigou o crescimento de novas relações de classe entre o campesinato. (...) Os arrendamentos agora dados aos camponeses deram a eles controle efetivo sobre as colheitas: eles eram capazes de excluir outros camponeses, desafiando instruções do governo.”*

Esta situação caótica, com a manutenção de uma alta extração devido às necessidades militares, apenas contribuiu para o descolamento entre o regime e seu principal grupo de suporte, o campesinato. (Tareke, 2009:111). Em outra obra, o autor afirma (2004:241, tradução nossa), *“a devastação econômica causada por anos de guerra, seca e a interminável extração de recursos de uma sociedade afundando em uma pobreza cada vez mais profunda teve suas consequências sobre o Estado.”* Com o aumento da necessidade de extração, os camponeses *“passaram a ver seus líderes como um pouco mais que meros coletores de taxas e agentes de propaganda.”* (Marcus, 2002:204, tradução nossa).

O contexto internacional também tinha se tornado bastante desfavorável. Por um lado, as turbulências na economia internacional, causadas pela crise do petróleo, acentuavam as dificuldades econômicas da Etiópia, gerando inflação e redução do poder de compra. Por outro, na arena da política internacional, as mudanças também era prejudiciais ao regime.

Com a chegada de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher ao poder no início da década de 1980, a disputa entre os blocos socialista e capitalista passou a pender fortemente para o bloco ocidental. A chegada de Mikhail Gorbatchev ao topo da hierarquia do partido na URSS e as reformas por ele implementadas deram início ao fim do bloco socialista e, em especial, de seu membro mais importante. Assim, desde 1986 a URSS diminuía o apoio aos regimes socialistas que apoiava, o que teve um impacto relevante no caso da Etiópia. (HOBSBAWN, 1994; HALLIDAY, 1999).

Percebendo esse momento de fraqueza, os movimentos da Eritreia e da região de Tigray retomavam os esforços contra o regime do Derg. Em 1981, Mengistu decidiu atacar a Eritreia, mobilizando um exército de mais de 200.000 homens. Apesar de inicialmente vitorioso, a EPLF logo retomou a dianteira a partir da cidade de Nacfa, deixando 11.000 mortos do lado etíope e a imagem da “indomabilidade eritrina”. (Marcus, 2002:203). Entre 1984 e 1985, a EPLF conseguiu tomar diversas cidades. Em 1984, capturaram Alghena e em 1985, ainda que por um período curto, Barentu. Conforme Tareke (2004:247, tradução nossa), “*em 1987, o EPLA tinha se tornado uma força de combate mais efetiva em comparação aos cinco anos anteriores, quando lutava para sobreviver.*” Nessas operações, o movimento não apenas apreendia equipamento do governo, mas adquiria experiência de combate.

Em meio às derrotas militares e à crise econômica, na arena política, contudo, as mudanças eram sobretudo cosméticas. Em 1985, foi lançado o Partido dos Trabalhadores da Etiópia (WPE). Em 1986, o Instituto para o Estudo das Nacionalidades (que tinha sido estabelecido em 1983), entregou a primeira versão da Constituição que proclamaria a nova República. Ela

estabelecia uma Assembléia Nacional e transformava a Etiópiã em uma República presidencialista. Nesse sentido, foram realizadas eleições para a Assembléia Nacional, em que os candidatos do WPE foram largamente vitoriosos. Em setembro de 1987, a Assembléia Nacional proclamou a República Popular Democrática da Etiópiã (PDRE) e, depois disso, Mengistu Haile-Mariam foi eleito o primeiro presidente etíope. O poder *de facto* do Derg se esvaía no combate aos movimentos insurgentes, o que instigava o desespero e a tentativa de manutenção – mesmo que *de jure*.

Em 1988-89, os movimentos regionais lançaram ofensivas muito bem-preparadas, que encontraram um exército com a moral muito baixa, apesar de muito mais numeroso e bem-equipado. Tareke (2004) afirma que a ação conjunta da EPLF e da TPLF foi fundamental para a derrota do exército etíope, o qual apresentava sinais de desgaste, principalmente na moral das tropas.

Quando atacado pelos rebeldes eritreus, a derrota foi apenas questão de tempo. Através de hábeis movimentos táticos, de envelopamento e também de corte de linhas de suprimento, a chamada batalha de Af Abet foi amplamente favorável aos eritreus. Mengistu teve um papel importante nesta derrota, quando executou o comandante de Nadaw, uma das quatro divisões do Segundo Exército Revolucionário (SRA), que ocupava a região eritrina.⁸⁷

⁸⁷ “Constituindo aproximadamente 97% dos serviços uniformizados, o exército era a espinha dorsal das forças armadas. Em 1991, o exército foi organizado em cinco exércitos revolucionários, que incluíam 31 divisões de infantaria apoiadas por 32 batalhões de tanques, 40 batalhões de artilharia, 12 batalhões de defesa aérea e 8 brigadas de commando. (...) Unidades da Milícia Popular (que continha 200.000 membros) aumentavam as divisões do exército, especialmente na Eritréia e em Tigray. O Primeiro Exército Revolucionário tinha seu quartel-general Harer, o Segundo Exército

A execução do General Tariku Ayne deixou a divisão completamente desmoralizada, o que tornou a vitória fácil para a EPLF. Aproximadamente 20.000 soldados etíopes foram incapacitados e uma grande quantidade de equipamento bélico foi capturada pelo movimento eritreu. (Zewde, 2001:264-265). Além disso, a derrota da divisão Nadaw teve impacto em todo o exército, já que esta era conhecidamente a mais forte e mais bem-equipada divisão do exército. (Tareke, 2004:245).

Enquanto o exército estava ocupado e distraído com a frente eritrina, os rebeldes de Tigray habilmente lançaram uma ofensiva em sua região, obrigando o exército etíope, depois de certa resistência, a recuar na chamada batalha de Shire. A eficiência tática, a vontade dos rebeldes e uma forte base popular permitiram a vitória em relação a um exército que cada vez menos via o propósito de uma guerra longa e sem resultados. (Tareke, 2004).

Por outro lado, Mengistu não conseguia retomar a liderança política. Em um tom de desespero, o líder do Derg tentava impedir as derrotas através do apontamento de culpados e execuções. A moral do exército declinava a níveis gritantes. Cada vez mais, o regime se via descolado da sociedade e, principalmente, das bases sociais que tinham possibilitado sua existência. Os movimentos rebeldes ganhavam terreno naquelas bases sociais que haviam sustentado o regime.

Percebendo que a vitória era iminente, em 1989, a TPLF reuniu grupos menores que combatiam o Derg e formou uma coalizão, a Frente

Revolucionário, em Asmara, O Terceiro em Kembolcha, o Quarto em Nekemte e o Quinto em Gondar.” (Estados Unidos, 2010, tradução nossa).

Democrática Revolucionária do Povo Etíope (EPRDF).⁸⁸ Assim, o movimento se tornava menos tigrino e mais etíope, com mais credibilidade para assumir o governo quando da queda de Mengistu. (Chanie, 2007:362). No entanto, a TPLF continuava sendo o núcleo duro da nova coalizão, como afirma Young (1998:193, tradução nossa): *“apesar de estrutura nominal de coalizão da EPRDF, desde o início a TPLF proveu a liderança, a direção ideológica e a maioria dos combatentes dos movimentos.”*

Consumindo os recursos cada vez mais escassos da economia etíope, o Estado, cada vez mais forte em suas capacidades militar e administrativa, não conseguia exercer as funções de fomento do desenvolvimento econômico e social, tão necessárias. Além disso, o conflito aberto também impedia a formação de uma comunidade política, nas palavras de Huntington (1975:34): *“é claro que um pré-requisito para a existência de qualquer grupo social é um mínimo de consenso.”* Sem os requisitos mínimos de autoridade e de consenso, desenvolver a capacidade responsiva do sistema, em termos de democracia, era praticamente impossível.

Por fim, o golpe de misericórdia foi a desintegração soviética, que teve impacto direto pela influência que o modelo soviético tinha, principalmente para a legitimidade do Derg. Quando o regime socialista acabou na União Soviética, irradiou crises de legitimidade para todos os outros países que encontravam naquele modelo algum tipo de guia para o desenvolvimento.

⁸⁸ Os outros membros da coalizão são o Movimento Democrático Nacional Amhara (ANDM), a Organização Democrática do Povo Oromo (OPDO) e Movimento Democrático dos Povos do Sul da Etiópia (SEPDm).

Dessa forma, em 1991, Mengistu Haile Mariam deixou de ser o governante da Etiópia, sendo exilado no Zimbábue. Assumiu o poder a EPRDF, cujos objetivos não tinham como ser atingidos através da independência, mas pela conquista do poder. Já no caso da Eritreia, as vitórias militares consecutivas deram lugar à declaração de independência do país – o primeiro a refutar o pacto tácito africano da manutenção das unidades nacionais.

Alguns autores ressaltam a brutalidade do regime posterior à revolução etíope, desqualificando, por causa desta violência, as transformações que a revolução de 1974 levou a cabo. No entanto, Clapham (2001a:7, tradução nossa) afirma: “*[foi a] única revolução social incontestável que a África moderna experienciou.*” Sem sombra de dúvida, as transformações que ocorreram a partir de 1974 na estrutura social, econômica e política do país não podem deixar de ser classificadas como revolucionárias. Uma ordem praticamente feudal, em que tanto a aristocracia rural como a Igreja tinham papéis semelhantes àqueles cumpridos por estes grupos na Europa foi derrubada.

A revolução de 1974 destruiu as bases do regime, principalmente através de uma ampla reforma agrária e urbana, que destituiu a aristocracia das bases de seu poder e tentou implementar políticas avançadas de erradicação de analfabetismo. No entanto, os revolucionários não souberam dialogar com a oposição e normalmente não buscaram soluções alternativas à violência e à coerção. Os conflitos intermináveis – entre os militares, com a oposição civil, com a aristocracia, com as outras nacionalidades, com a Somália – acabaram consumindo os poucos recursos que a sociedade etíope

tinha. A falta de resultados e a permanência de uma extração cada vez maior fizeram apenas com que aqueles que apoiaram a revolução em 1974 apoiassem os grupos que derrubaram Mengistu em 1991, culminando na independência eritrina e na ausência de uma saída para o mar para a Etiópia.

Tareke (2009:1, tradução nossa) conclui que, neste período revolucionário: *“A Etiópia foi uma terra de guerra, morte, destruição, desespero e miséria, mas também de esperança, reforma e reconstrução; de lutas por coesão e identidade nacionais, mas também por autonomia, liberdade, dignidade e um destino livre.”* Segundo o autor, não só a revolução de 1974 pode ser assim definida, como também: *“duas revoluções ocorreram simultaneamente na Etiópia entre 1975 e 1991. Uma liderada por militares radicais (...) que contavam com o aparato estatal. Outra liderada por intelectuais (...) cuja principal base era o campo.”* (Tareke, 2009:45, tradução nossa).

Ao fim e ao cabo, a revolução não conseguiu criar instituições políticas que absorvessem as novas demandas que a catapultaram ao poder. Como afirma Huntington (1975:152):

Esses grupos sociais terminam reivindicando a participação no sistema político, e o sistema ou proporciona meios para essa participação, harmoniosos com a sua própria existência, ou aliena os grupos do sistema, gerando conflitos civis abertos e a secessão.

Capítulo 4 – A Etiópia pós-1991

Em 3 de junho de 1991, Meles Zenawi, líder da EPRDF, declarou que as novas autoridades detinham controle sobre o território. (Marcus, 2002:229). Em julho, foi convocada uma conferência nacional para determinar o futuro do país a partir da queda do regime do Derg. Aproximadamente 500 delegados foram chamados, representando 24 movimentos “nacionais”, os estudantes e sindicatos, assim como diversos observadores – entre eles, a EPLF. Aqueles grupos que combateram a TPLF até 1991 – como o EPRP, a EDU e outros movimentos tigrinos – foram deixados de fora.

A conferência nacional teve duas resoluções principais: o estabelecimento de um governo provisório (Governo Transitório da Etiópia, TGE) e a realização de um referendo dentro do interregno de dois anos para a consulta da população eritrina a respeito da independência da região. Para o governo provisório, foi criado um parlamento “multinacional”, que já tinha indícios da ênfase dada à questão da etnicidade pela EPRDF. A independência da Eritreia também parecia mais próxima, principalmente pelas excelentes relações entre os antigos parceiros de combate, Meles Zenawi e Isaias Afwerki.

Entretanto, se por um lado a ERPDF tinha boas relações com aqueles movimentos que o haviam ajudado a derrubar o regime de Mengistu, por outro, houve resistência por parte daqueles deixados de fora da nova arena política, em especial por parte dos Oromos da Frente de Libertação Oromo

(OLF). A EPRDF passaria, nos primeiros anos, pelo desafio da consolidação do poder. Como a EPRDF privilegiava como principal interlocutor dos Oromos a Organização Democrática do Povo Oromo (OPDO), aquele grupo reclamava maior espaço, o que levou a combates entre os dois movimentos.

A base do conflito entre a OLF e a EPRDF foi a omissão da conferência nacional em relação a uma possível integração das milícias para o novo governo. A EPRDF decidiu que apenas as suas milícias seriam consideradas legítimas e organizações como a OLF, que haviam combatido Mengistu também, se sentiram ameaçadas. (Harbeson, 2005:148). Além disso, na delimitação do mapa regional, a OLF considerou que a Oromia havia sido diminuída.⁸⁹ Quando a OLF mobilizou sua milícia para proteger a população Oromo do exército nacional, a EPRDF enviou soldados para a região e em alguns meses mais de 20.000 membros da OLF haviam sido presos, o que levou à neutralização da organização. (Marcus, 2002:235). Com o poder relativamente consolidado, a EPRDF podia então dar início a sua agenda política e econômica.⁹⁰

⁸⁹ Para um mapa da Etiópia federal, ver Anexo IV.

⁹⁰ Cabe uma ressalva a este capítulo. A história da Etiópia após a queda do regime socialista de Mengistu Haile Mariam ainda é contada de uma maneira fragmentada – resultado do pouco tempo que se passou desde então. É difícil a consecução de uma visão mais geral sobre o período e sobre os rumos que a Etiópia vem tomando desde então. Além disso, a historiografia ainda está digerindo os fatos que darão lugar a análises mais gerais e a uma cronologia mais concatenada. Por enquanto, são variados os esforços específicos, ao tratarem de questões como o federalismo étnico, a guerra com a Eritreia e a Etiópia, processos eleitorais específicos ou os rumos que a economia vem tomando.

I – Novas Instituições Políticas

I.a. Uma nova Etiópia: bases do federalismo étnico

Uma monarquia feudal e um ditador opressor não conseguiram manter a Etiópia unida. Agora estamos tentando de outra forma. Se a Etiópia se dividir, não era para ser. (Primeiro-ministro Meles Zenawi, citado em Time magazine, 4 de novembro de 1991, p. 47)

A adesão da TPLF à agenda étnica sempre foi um importante pilar do movimento, desde sua origem. Ainda que declaradamente marxista-leninista, o fato de defenderem maior autonomia para a região de Tigray já os colocava de certa forma no espectro da agenda étnica. De acordo com Clapham (1992:112, tradução nossa), a agenda política da TPLF a levava a

Adotar a doutrina de Stalin da questão nacional como a base para o reconhecimento das 'nacionalidades' dentro da Etiópia. Profundamente desconfiada da União Soviética como patrocinadora do regime de Mengistu, e isolada do mundo em uma região montanhosa (...) a TPLF olhava para a Albânia em busca de um modelo (...).

Com o passar do tempo, a etnia foi deliberadamente utilizada para angariar mais apoio popular contra o regime do Derg. Mesmo que entendendo a luta contra o regime imperial de Hailé Selassié como uma luta de classe e a luta contra o Derg como uma luta pela democracia, a etnia teve amplo papel na adesão das camadas mais populares à TPLF.

Sendo assim, era bastante provável que assim que chegassem ao poder, os novos governantes implementassem medidas nesse sentido, com o intuito de garantir maior autonomia para as regiões e também de reconhecer a diversidade étnica existente no país.

O primeiro sinal de que o novo governo realmente seguiria neste caminho foi a independência eritrina. Durante o período de governo interino, foi decidido na conferência nacional, em 1991, que a EPLF teria uma delegação permanente em Adis Abeba. No entanto, o próprio líder eritreu *“comentou que até onde ele sabia, a Eritreia já era independente e o referendo era apenas uma necessária formalidade legal.”* (Marcus, 2002:233, tradução nossa).

Assim, seguindo o acordo feito em 1991, em 1993 ocorreu o plebiscito na Eritreia a respeito da independência – opção vitoriosa com 99.8% dos votos. (Marcus, 2002; Lyob, 2000). A independência era a formalização de uma realidade que já existia desde a chegada da EPRDF ao poder e demonstrava a excelente relação que os dois governos cultivavam. (Vilicana & Venkatamaran, 2006:559). Logo após o plebiscito, a Etiópia reconheceu a independência eritrina, e os dois países assinaram diversos acordos de cooperação, nas mais diversas áreas.⁹¹

Depois da independência eritrina, era preciso encontrar uma solução menos traumática, mas igualmente significativa para a relação entre as etnias dentro da Etiópia. Sendo assim, favorecidos pela força de seus quadros e possuindo 484 das 547 cadeiras do parlamento, a EPRDF conseguiu propor a federação étnica na Assembléia Constituinte, que se reuniu a partir de outubro de 1994. No final daquele mesmo ano, votou pela aprovação da nova constituição e agendou novas eleições para o ano seguinte, em que a nova

⁹¹ Em janeiro de 1993, um acordo comercial foi assinado entre os dois países; em julho do mesmo ano, acordos de cooperação foram assinados nas áreas de defesa, recursos minerais, energia, transporte, e educação. Algumas comissões de cooperação foram estabelecidas. Cf. Marcus (2002:239).

Assembléia Nacional declararia a República Federal da Etiópia. (Marcus, 2002:242).

O federalismo étnico etíope pode ser considerado uma inovação institucional no contexto africano, tendo concedido às etnias um caráter rígido e institucional muitas vezes evitado por outros países. Antes de analisarmos, contudo, os prós e contras deste novo sistema, cabe apresentá-lo primeiramente.

A Constituição de 1995 estabeleceu um regime parlamentarista, composto de duas câmaras: a câmara alta é a House of Federation, composta por 108 membros indicados pelas assembleias regionais e a câmara baixa é a House of People's Representatives, composta de 547 membros eleitos diretamente pela população, em um sistema de voto distrital e majoritário. Ambos os mandatos são de cinco anos, assim como os dos chefes do Executivo.

A House of Federation tem uma particularidade importante. Ao contrário da maioria dos países, que concede o direito de guardião da Constituição a Cortes Supremas, no caso da Etiópia quem tem esse poder é a câmara alta. A justificativa para isso é de que o governo gostaria de conceder poder às etnias e nacionalidades inclusive na revisão e na interpretação da Constituição, mas obviamente as críticas a esta solução são bastante numerosas, principalmente pelo caráter político da instituição. Em julho de 1996, uma Corte Constitucional foi implementada, mas ela funciona sob o controle da House of Federation, o que reduz significativamente sua margem de manobra. (Abbink, 1997:168). Além disso, critica-se também o

fato de que, na prática, apesar do poder de Corte Suprema dado à House of Federation, ela tem pouco a dizer sobre o cotidiano político do país, uma vez que se reúne apenas duas vezes ao ano e, não tem poder constitucional para questionar a câmara baixa – outra diferença em relação à maioria dos sistemas parlamentares. (Aalen, 2006:249).

São nove estados baseados na língua e na etnia (Afar (Afar), Amara (Amhara), Bishangul Gumuz, Gambela Hizboch (Gambela), Hareri Hizb (Harari), Oromiya (Oromos), Sumale (Somalis), Tigray (Tigrinos) e Ye Debub Biheroch Bihereseboch na Hizboch (Populações do Sul)) e duas regiões autônomas, Adis Abeba e Dire Dawa. (CIA, 2010). A carta magna define uma nacionalidade como: *“um grupo de pessoas que tem ou dividem em grande medida uma cultura comum ou costumes similares, mútua inteligibilidade linguística, crença em identidades comuns ou correlatas, um mapa cognitivo comum, e um território predominantemente contíguo identificável.”* (Etiópia apud Aalen, 2006:247, tradução nossa). Nessas nacionalidades residem os poderes soberanos do país. (Aalen, 2006; Abbink, 1997:166). Todas as línguas recebem tratamento igual e reconhecimento estatal, e são o principal critério na definição objetiva de uma nacionalidade. Qualquer grupo nacional tem o direito de desenvolver e manifestar sua cultura e história, além de receber autonomia constitucional para gerenciar cada uma de suas regiões (Aalen, 2006:243).

Além de todas estas questões, as nacionalidades etíopes também tem teoricamente o direito de secessão. De acordo com a Constituição, as “nações, nacionalidades e povos” da Etiópia têm direito de autodeterminação incluindo a secessão. Smith (2007:575) argumenta que, apesar de

impactante, o artigo se refere mais ao direito de autodeterminação das etnias do que a possíveis tentativas de secessão. Já Abbink (1997:167, tradução nossa) analisa as razões para tal artigo:

O princípio da secessão é uma reminiscência do pensamento socialista-comunista referido acima, e é uma forma extrema do 'direito de autodeterminação'. Além disso, como definido na Constituição, tem aspectos problemáticos. O direito não foi dado aos nove estados-membros da federação (eles não são "unidades soberanas"), mas às "nações, nacionalidades e povos" dentro dos estados membros da federação (in Article 47.2). Isso significa que elas ("as nações, nacionalidades e povos) podem se tornar independentes da federação e do estado membro. Isso pode ter sido feito para impedir a secessão real. É uma anomalia constitucional que o direito de secessão é dado a unidades mal-definidas.

Esta solução institucional é fruto das tentativas frustradas tanto do regime imperial como também do Derg de criar uma identidade nacional para o país. No caso do regime imperial, isso aconteceria através da adoção e da imposição da cultura Amhara sobre o restante do país. No caso do Derg, mesmo repudiando a dominação Amhara, o comitê acabou sendo refém da presença Amhara enquanto língua de Estado e também no aparato burocrático. Esta realidade, combinada ao caráter autoritário e repressivo do regime socialista, intensificou os clamores de autonomia das regiões.⁹²

Alguns aspectos merecem ser ressaltados. Em primeiro lugar, a questão das etnias é definida de forma exclusiva, e não é apresentada uma alternativa "nacional" para a identidade do cidadão. Isto é, *"cada cidadão deve pertencer a um grupo étnico e definir-se de acordo com critérios étnicos. (...) Não há nada como uma categoria nacional, o que torna difícil reivindicar*

⁹² De acordo com Aalen (2006:246, tradução nossa), *"a política do Derg em relação aos grupos étnicos era permitir, e mesmo estimular, a articulação cultural da etnia, mas suprimir as expressões políticas destas identidades."*

uma identidade etíope ou identidades étnicas mistas.” (Aalen, 2006:247, tradução nossa).

O reconhecimento da diversidade no seio da nação etíope é louvável, pelo histórico de dominação que estas etnias tiveram, mas não deveria ser necessariamente excludente de uma opção nacional. A ausência deste componente nacional é problemática, ao destituir os cidadãos da identidade “etíope” e enfatizar as identidades regionais. Como afirma Abbink (1997:174, tradução nossa):

A questão do reconhecimento da diversidade étnica dentro de uma polity poli-étnica como a Etiópia merece atenção. (...) Não há como voltar para a estrutura unitária que nega as diferenças étnicas regionais e seus direitos, ou que permite o domínio de um grupo. A fórmula da etnização (embora em uma forma diferente, mais efetiva, federal) deveria ser encorajada se, em primeiro lugar, ela é entendida e implementada como libertação e democratização; em segundo lugar, se também são reconhecidos os direitos humanos dentro das regiões étnicas; terceiro, se funciona na questão econômica; e, quarto, se é uma tendência e um padrão aceitos pelas massas rurais, a maioria. Se, contudo, tudo isso não acontecer e a ênfase étnica for combinada a problemas econômicos que levem ao contrário a etnocentrismo, disparidades econômicas regionais e uma reprodução das desigualdades entre os estados-membros, então devemos perguntar-nos o que é novo e se a o povo etíope realmente ganhou alguma coisa com o reconhecimento constitucional de seu direito de separar-se.

Ainda em relação à questão étnica, outro problema deste sistema está relacionado com a definição das regiões e da própria identidade nacional etíope. Na definição de regiões de acordo com a língua e a etnia da *maioria* da população de determinada região, foram criados problemas com indivíduos de outras etnias residentes naquelas regiões. A Etiópia, como foi visto nesta dissertação, é um país em que as migrações internas, a assimilação e a miscigenação têm um papel importante, o que fica de certa forma negligenciado quando se definem regiões desta maneira – que deixa

implícita uma homogeneidade regional inexistente. Abbink (1997:160, tradução nossa) corrobora esta visão:

Não estamos dizendo que os direitos étnicos não são importantes, ou mesmo que a federação é uma idéia ruim para a Etiópia; não o é. Mas o fato surpreendente é de que as “identidades étnicas” normalmente novas e delineadas são consideradas reflexos de um grupo primordial, de um grupo como uma unidade “natural”, nas quais as pessoas de um Estado multi-étnico devem viver. Isto é, contudo, muito questionável.

Cabe lembrar, contudo, que apesar da proeminência política das regiões e do componente étnico no federalismo etíope, da autonomia das regiões na Constituição e do poder concedido a elas através da House of Federation, a margem de manobra em relação ao poder central é muito pequena. Isto porque, como dito, não apenas a câmara alta tem pouca influência na política cotidiana da Etiópia, mas o fluxo de recursos para os governos estatais é altamente controlado pelo governo central. (Abbink, 1997; Chanie, 2007). De acordo com Aalen (2006:248, tradução nossa), “*os poderes regionais são severamente restringidos pelo fato de que a maior parte das receitas do governo é designada para o governo federal, e que os estados regionais são totalmente dependentes das transferências federais para cumprirem suas tarefas.*”

Ainda é preciso tempo para avaliar os possíveis resultados desta inovação institucional levada a cabo pela EPRDF. Depois de décadas em que as etnias etíopes se sentiram sob a dominação Amhara, seu reconhecimento em nível nacional, através de uma opção menos conflituosa e assimilacionista do que as adotadas pelos regimes anteriores parece ser positivo. (Abbay, 2004; Abbink, 1997; Tareke, 2009). É também positiva ao

reconhecer a existência da etnia enquanto identidade relevante para a cidadania na África, conforme explica Smith (2007:570-574, tradução nossa):

Ndegwa (1997:613) conclui que o pressuposto das instituições liberais e majoritárias de indivíduos autônomos vai de encontro com a realidade dos indivíduos que cumprem suas obrigações republicanas para sua comunidade subnacional, e isto é central para entendermos a falência da transição para a democracia no período pós-colonial na África. Portanto, os cidadãos devem estar engajados na sua comunidade cívico-republicana, que, por sua exclusão da prática política formal, é incapaz de transformar estes bens públicos em avanços para a democracia. (...) O federalismo étnico é uma fuga radical do modelo ocidental que constrói a sociedade em termos liberais/cívicos/individuais. Nesta visão, o federalismo étnico é uma estrutura para a construção de um papel político e constitucional para a cidadania dupla como discutido acima.

Por outro lado, a reificação da etnia e seu manuseio para fins políticos também podem ser fonte de preocupação, principalmente no delicado campo das questões identitárias. Tareke (2009:329, tradução nossa) faz a ressalva: *“A única questão que merece séria consideração é se a devolução de poderes em uma base territorial não seria preferível à critérios étnicos.”*

Para além disso, contudo, podemos concluir que o federalismo étnico na Etiópia, para a EPRDF, tem o papel primordial de pacificar o país através do reconhecimento das diversas etnias e culturas lá presentes. Esta solução parece ser a única politicamente viável para uma sociedade que rejeitou com tanta veemência a solução assimilacionista, ressaltando, talvez, a existência necessária de alguma categoria supra-regional. No entanto, parece que a EPRDF corre riscos importantes ao combinar a agenda étnica com a ausência de mecanismos democráticos mais fortes. Sem a possibilidade de alternância política, essas identidades agora reificadas podem ser recipientes para a mobilização popular contra o próprio regime.

Ainda que possível, isso não vem ocorrendo, contudo. Como afirma Aalen (2006:42, tradução nossa):

Quando comparamos a situação das lutas pela libertação étnica nos regimes anteriores, parece contudo que o feito mais importante deste novo sistema é a ausência de conflitos étnicos desestabilizadores do Estado. Contrariamente às previsões que podem ser razoavelmente derivadas da teoria federal, a federação não se desintegrou, mas continuou unida.

I.b Uma nova Etiópia? Democracia e autoritarismo

Se, por um lado, a Etiópia se renovou (e inovou) profundamente através do federalismo étnico, em relação à democracia as tendências de mudança não são tão positivas. Analisaremos aqui mais detalhadamente as eleições que ocorreram a partir de 2005, mesmo que pleitos ocorram no país desde 1995. Os dois pleitos nacionais que ocorreram em 1995 e 2000 foram marcados pelo boicote dos partidos de oposição e pelo amplo uso, pela EPRDF, de sua máquina partidária e também da máquina de seus aliados. (Aalen, 2006:252; Arriola, 2003:118). Isso pode ser creditado ao necessário processo de consolidação do poder após a tomada do poder pela força – estranho seria se houvessem eleições livres e idôneas nos primeiros anos de governo. Como diria Robert Dahl (1997:36):

Da perspectiva dos governantes, uma tal transformação [democratização] traz consigo novas possibilidades de conflito, em decorrência de que seus objetivos (e eles próprios) podem ser substituídos por representantes dos indivíduos, grupos ou interesses recém incorporados. (...) Assim, quanto maior o conflito entre governo e oposição, mais provável é o esforço de cada parte para negar uma efetiva oportunidade de participação à outra nas decisões políticas.

Isso parecia estar mudando nas eleições nacionais de 2005. Segundo diversos autores (Abbink, 2006a; Aalen, 2006; Aalen & Tronvoll, 2008;

Arriola, 2003; Harbeson, 2005), foram as eleições mais livres que o país já teve. Previamente ao dia do pleito, debates televisionados permitiram aos eleitores acesso aos mais diversos candidatos, além de uma melhora expressiva na possibilidade de campanhas eleitorais nas áreas rurais por parte da oposição.⁹³

Isto permitiu que ganhassem força dois partidos de oposição, bastante distintos. Em primeiro lugar, a CUD – Coalizão pela União e pela Democracia, formada em geral pela classe média urbana das grandes cidades etíopes, como Adis Abeba e Dire Dawa.⁹⁴ Seus membros são em geral professores, funcionários públicos, comerciantes, mas também contam com um crescente apoio das classes mais populares. (Abbink, 2006a:182). Sua agenda está ligada principalmente a algum grau de liberalização da economia e também a certo repúdio ao status que a etnia ganhou desde 1991 na estrutura política do país. São criticados pela composição de sua liderança ser largamente Amhara, o que depõe contra o partido devido ao passado de dominação daquela etnia sobre as outras.

Já a UEDF – União das Forças Democráticas da Etiópia (UEDF) é uma coalizão de, principalmente, movimentos étnicos – tanto na cidade como no campo.⁹⁵ Em geral, estão de acordo com as políticas de uso da terra e

⁹³ Lefort (2007) argumenta que há um claro viés urbano nessas análises positivas das eleições de 2005, e, a partir do estudo de duas comunidades rurais, ele afirma que não há paralelo entre as eleições de 2005 na cidade e no campo.

⁹⁴ A CUD é formada pelo Partido da União de Toda a Etiópia (AEUP), pelo Partido Medhin da Etiópia Unida e Democrática (UEDP), pela Liga Democrática da Etiópia (EDL), e pelo movimento Etiópia Arco-Íris: Movimento pela Democracia e Justiça Social.

⁹⁵ A UEDF é formada pela Coalizão Democrática dos Povos do Sul da Etiópia (SEPDC), pelo Conselho das Forças Alternativas para a Paz e a Democracia na Etiópia (CAFPDE), pelo Congresso

também com a estrutura étnico-federal, mas criticam a EPRDF por práticas antidemocráticas e também pela corrupção. (Arriola, 2003:120).

Neste clima favorável, o registro para o voto foi alto, e entre 80 e 90% dos eleitores registrados compareceram no dia da eleição. Os resultados foram liberados, com ampla vitória da EPRDF (371 assentos ou 68% dos votos), mas com significativa participação da oposição. A CUD ganhou 109 vagas e a UEDF, 52. Em 2000, a oposição contabilizava 30 assentos no parlamento.⁹⁶ Em 2005, 174.

As causas para este aumento significativo da oposição no parlamento vão além do maior espaço político e da divulgação, e estão ligadas diretamente às percepções dos eleitores em relação ao governo. Segundo Arriola (2003), não há consenso na literatura sobre as motivações dos eleitores. A questão étnica parece ter tido papel importante, uma vez que o voto na CUD é largamente Amhara, enquanto o voto da UEDF é prioritariamente Oromo.⁹⁷

No entanto, o autor argumenta que a ampla variedade nos distritos Amhara e Oromia indica que outros fatores, em especial a economia, também tiveram impacto na decisão do eleitor. Dessa forma, o voto na oposição também foi influenciado pela degradante condição de vida da população rural, mas também e especialmente, pelo aumento considerável

Nacional Oromo (ONC), pelo Partido Federal da Social-democracia Etíope (ESDFP), pela Organização do Povo Amhara (AAPO) e pelo Partido da União Democrática Etíope (EDUP).

⁹⁶ Oficialmente, a oposição contava com 12 assentos em 2000. No entanto, contabilizando os 18 assentos de candidatos independentes, que em geral votavam com a oposição, pode-se afirmar que a oposição contava com 30 assentos no total. (Arriola, 2003).

⁹⁷ Ver anexo V desta dissertação com os resultados de assentos por região.

da inflação no país e pela sensação generalizada de que embora melhoras tenham sido alcançadas, elas não foram suficientes (um sentimento compartilhado primordialmente pela classe média urbana).

A economia, por outro lado, também explica a flexibilização do espaço político por parte da EPRDF, que foi pega de surpresa pelo bom resultado da oposição. Com as altas taxas de crescimento divulgadas anualmente por organizações internacionais e, principalmente, com a excelente colheita de 2004, o regime esperava um amplo apoio do campesinato no pleito do ano seguinte. (Arriola, 2003:127). Este argumento parece ser sustentado pela reação do regime após as eleições.

A oposição contestou o resultado, afirmando que merecia ainda mais lugares no parlamento. Uma recontagem dos votos foi solicitada e seu resultado daria uma prévia do que aconteceria a seguir. Foi solicitada a recontagem de duzentos e noventa-e-nove distritos. Mas apenas 31 foram realmente recontados e em 20 foram determinadas mudanças nos resultados – todas elas favorecendo a EPRDF. (Abbink, 2006a:184; Harbeson, 2005:153).

Não satisfeita, a CUD foi às ruas e a resposta governamental não foi suave. O governo proibiu manifestações na capital e também em locais em que os resultados estivessem sendo recontados. Adis Abeba foi colocada sob controle de soldados federais. As manifestações não arrefeceram e tiveram início os combates entre a oposição e as forças governamentais. O número de mortos não é consenso, mas estima-se entre 50 e 200, além de uma grande quantidade de presos – inclusive algumas personalidades mais

destacadas dos partidos de oposição. (Harbeson, 2005:152, Aalen & Tronvoll, 2008).

Em geral, as análises apontam para uma decepção com a oportunidade perdida, principalmente pelo promissor período anterior ao pleito. As eleições posteriores, tanto as locais de 2008 como as nacionais de 2010, infelizmente indicam que 2005 foi a exceção e não a regra. ⁹⁸ Em 2008, novamente os partidos de oposição boicotaram ou perderam, e a EPRDF retomou o controle dos *kebeles*. Em 2010, os números indicam novamente a larga presença da fraude – principalmente quando comparados aos números de 2005. A EPRDF obteve uma vitória de 99.6% ou 545 assentos de um total de 547. A oposição, que tinha 174, caiu para 2 lugares no parlamento. (Hagmann et alii, 2010).

A oposição contestou os resultados, mas a União Africana (UA) declarou que a eleição havia sido conduzida de maneira correta e a União Européia (EU), apesar de algumas críticas, declarou estar satisfeita com o pleito. Segundo Hagmann (et alii), ainda que todos os analistas esperassem uma vitória considerável da EPRDF, ninguém imaginaria 99.6%, principalmente considerando a diversidade existente entre os mais de 80 milhões de etíopes, organizados como uma federação. Assim sendo, Hagmann et alii (2010, tradução nossa) concluem:

As eleições de 2010 são a culminação de uma estratégia política, à qual o governo etíope deu início após as eleições humilhantes de 2005. Esta estratégia consiste de “bastões e cenouras”. Os bastões incluíam ameaças e prisões contra políticos de oposição e seus potenciais apoiadores, enquanto as

⁹⁸ Cabe lembrar que as eleições locais de 2008 deveriam ter ocorrido logo após as eleições nacionais de 2010 – o que não foi possível devido a turbulência após o pleito.

cenouras incluíam recrutamento em massa de novos membros para o partido e – como novas análises revelam – maiores fluxos de receitas federais para distritos que tivessem maior oposição, para a compra de votos e apaziguamento da situação.

Dessa forma, o padrão autoritário da política etíope se manteve após 1991, mesmo que com níveis de violência bastante menores que aqueles do regime do Derg e mesmo do regime imperial. Hagmann (2006) indica que as causas para a manutenção deste padrão autoritário estariam na cultura política etíope. No entanto, análises culturalistas como esta tendem a apontar causas deterministas, como Abbink (2006b) aponta em sua réplica à crítica de Hagmann (2006).

O autoritarismo, mesmo que presente na cultura política etíope, precisa ser explicado de acordo com a trajetória do país e, como vimos, a trajetória coercitiva da Etiópia nos ajuda a compreender este padrão político. Tanto Tilly (1996) como Moore (2002) apontam para as tendências autoritárias de sociedades rurais como as da Etiópia e da Rússia. Essa trajetória explica as tendências autoritárias que permanecem na cena política etíope.

Isso não quer dizer, todavia, que aqui se esteja mantendo o argumento determinista. Uma vez explicada a manutenção do autoritarismo, resta dizer que essa não é uma tendência irreversível. A sociedade etíope já demonstrou em diversas vezes que tem força suficiente para lutar por seus objetivos e por mais democracia. Como afirma Tareke (2009:332, tradução nossa): *“Sucessos consideráveis foram alcançados desde 1991 (...), mesmo que a Etiópia ainda seja um país kafkiano ligado a seu passado autoritário. (...) A democracia etíope é real, (...) embora ainda existam muitos impedimentos estruturais a ela.”*

Duas opções parecem estar disponíveis no futuro próximo para a democracia etíope. É possível, ainda que improvável, que a EPRDF consiga absorver não só a oposição, mas também os novos grupos que vão surgir devido ao crescimento econômico que a economia da Etiópia vem tendo. Poderia se tornar um partido de coalizão como o Partido do Congresso na Índia ou como o CNA na África do Sul, em que as principais vozes são absorvidas pelo partido e a democracia, por assim dizer, se dá dentro do partido. De certa forma, isso ocorre tanto por meio da coalizão como do mecanismo de decisão coletiva da TPLF, mencionado na nota 80. Contudo, há algumas incertezas a respeito deste caminho, principalmente pela paulatina expressão do descontentamento popular por meio da eleição de candidatos da oposição.

Além da absorção de parte da oposição, seria necessário engendrar também um processo de sucessão dentro da TPLF, o que não é simples. Como lembra Huntington (1975:26), *“Enquanto uma organização tem ainda seu primeiro grupo de dirigentes, enquanto um procedimento é ainda executado por aqueles que primeiro o executaram, sua adaptabilidade ainda está em dúvida.”*

A outra opção, dados os históricos das eleições de 2005, 2008 e 2010, é de que a EPRDF vai manter o padrão autoritário, o que pode vir a dificultar o processo de institucionalização política. Se as vozes da oposição e, também, as novas vozes que surgirão do processo de desenvolvimento em curso não forem no mínimo convencidas a respeito do sistema, a Etiópia correrá riscos de instabilidade política. Cabe afirmar que essa instabilidade

política e uma possível transição violenta de governo poderia ser ainda mais perigosa e divisiva depois da inauguração do modelo étnico-federal.

II – Reeditando uma antiga relação: Etiópia, Eritreia e Somália

Se, por um lado, a queda de Mengistu significou internamente uma relativa pacificação, as relações com seus vizinhos não seguiram necessariamente este padrão. Por meio de dois conflitos importantes desde o final da década de 1990, o país tentou assegurar o papel de potência regional dominante.

II.a. A guerra entre Etiópia e Eritreia (1998-2000)

Se as relações entre a EPRDF e a EPLF foram positivas e cooperativas nos primeiros anos após a independência eritrina, esta tendência logo seria revertida, culminando na guerra entre os dois países em 1998. A historiografia sobre o conflito é, como boa parte da historiografia etíope mais recente, bastante polarizada e politizada – enquanto alguns apontam que as causas do conflito residem na vontade de anexar a Eritreia novamente por parte da Etiópia, outros argumentam que, na verdade, as relações econômicas entre os dois países estariam favorecendo a Eritreia. (Reid, 2003 e Marcus, 2002, respectivamente).

Vilicana & Venkataraman (2006:565) creditam as causas da guerra à necessidade do regime etíope de reunificar o país devido a ameaças regionais de separatismo. Segundo eles, a elevação das etnias ao patamar político mais relevante, deixou a Etiópia fragilizada e fracionada por estas

divisões étnicas. Assim, para os autores, a guerra com a Eritréia era uma forma de unificar o país internamente, além de acalmar a oposição que via com maus olhos as boas relações com o novo vizinho.

De qualquer maneira, o que estava em jogo era o conflito pela preponderância na região. A Eritréia, imbuída de um nacionalismo forte e confiante depois da derrota do regime de Mengistu, tinha uma percepção um tanto superestimada de sua importância na região. Nesse sentido, a Etiópia, quando confrontada por essa percepção respondeu de forma veemente. Conforme Marcus (2002:248, tradução nossa): *“a maioria dos observadores estavam cegos para a fricção entre Etiópia e Eritréia que tinha se desenvolvido depois de 1993, quando Asmara começou a dar substância à sua soberania.”* Esta visão é corroborada por Lyob (2000:676, tradução nossa): *“(...) também havia o problema mais sério de papéis nacionais contraditórios pelos quais os parceiros começaram a se definir.”*

As tensões começaram a aumentar em duas áreas, primordialmente: a econômica e a fronteiriça. Na questão econômica, a política econômica ortodoxa adotada em convergência com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional levaram a uma diminuição do fluxo de capital da Etiópia para a Eritréia. Além disso, a Etiópia enfrentava problemas devido ao baixo preço do café, sua principal commodity. A profunda interdependência entre as economias, principalmente a dependência da Eritréia em relação ao mercado etíope, fez com que os problemas econômicos etíopes tivessem reflexos em Asmara.

Assim, com suas fontes de receita prejudicadas, uma das soluções foi o aumento das tarifas em geral, e, em específico, as tarifas sobre a utilização

dos portos de Aseb e Massawa. Estes eram os portos utilizados por Adis Abeba de acordo com as negociações feitas anteriormente. O aumento das tarifas portuárias gerou reclamações por parte dos empresários etíopes, que migraram paulatinamente para o porto de Djibouti.

Com o problema fiscal cada vez maior, Asmara tinha os envios de cidadãos do exterior como únicas fontes confiáveis de receita. (Marcus, 2002:250). Na tentativa de reverter a situação e até mesmo de pressionar a Etiópia, em 1997 o governo da Eritreia anunciou que criaria sua própria moeda – a moeda do país, até então, era a moeda etíope (o *birr*). Isso foi extremamente mal-recebido pelas autoridades etíopes, que, em retaliação, declararam que o comércio entre os dois países, a partir de então, seria conduzido comumente – através da utilização de moeda estrangeira. Além disso, no final de 1997, foram lançadas novas notas do *birr*, o que inviabilizava uma possível desistência da Eritreia lançar a nova moeda. Conforme Marcus (2002:250), esta atitude foi interpretada como uma demonstração de má-vontade por parte da Etiópia.

Além desta tensão na área econômica, o outro ponto relevante na eclosão do conflito foi a questão fronteiriça. O traçado da fronteira não havia sido definido depois da independência eritrina, e alguns pontos de disputa existiam. A Eritreia baseava suas reivindicações no mapa da época da colônia italiana, enquanto a Etiópia afirmava que baseava suas demandas nos tratados entre a Itália e a Etiópia no início do século XX. Por certo, o problema central eram os anos em que a separação havia sido desfeita, entre 1960 e 1991, nos quais a administração *de facto* foi bastante alterada em relação àquelas fronteiras. (Marcus, 2002:252).

Sendo assim, uma comissão conjunta técnica foi formada para decidir sobre as disputas de fronteiras. Não se sabe ao certo o que aconteceu nos primeiros dias, mas logo a delegação eritrina se retirou, sem relatar motivos. A confusão e a desinformação sobre as fronteiras é refletida também nas análises a respeito do conflito. Isso fica claro quando se percebe que não há consenso sobre a verdade factual da guerra. Por exemplo, enquanto alguns creditam a invasão de Badme à Eritreia, como Marcus (2002), outros, como Vilicana & Venkataraman (2006) atribuem a invasão ao exército etíope. A ilustração é bem-vinda, tamanha a perplexidade da autora perante as divergências. Conforme a primeira visão, “*na manhã de 12 de maio de 1998, (...) forças eritrinas apoiadas por tanques tomaram Badme e seus arredores.*” (Marcus, 2002:253, tradução nossa). E de acordo com a segunda: “*A crise se desenvolveu em julho de 1997 quando o exército etíope ocupou Badme e destituiu a administração civil da cidade (...).*” (Vilicana & Venkataraman, 2006:562, tradução nossa).

A causa para este desacordo passa pela questão da cartografia. Enquanto a Eritreia pedia o reconhecimento das fronteiras estabelecidas pela Itália, a Etiópia reivindicava que depois da dissolução da federação em 1992, parte dos territórios teriam passado ao seu controle administrativo efetivo. (Lyob (2000:666).

De qualquer maneira, no início de maio de 1998, tiveram início confrontos entre os dois exércitos no vilarejo de Badme. No início de junho, ataques aéreos foram perpetrados por ambos os lados, causando baixas civis. Estes ataques ocorreram em áreas longínquas às fronteiras, como Mekele na Etiópia e mesmo Asmara, o que levou a comunidade internacional

a condenar veementemente o conflito e a pedir um cessar-fogo. “O armistício aéreo fechou a primeira fase e, com o início da longa estação chuvosa, uma pausa se impôs, na qual ambos os lados se armaram (...)” (Marcus, 2002:254, tradução nossa). Além das compras de armas, os exércitos também começaram a se reestruturar. No caso etíope, o impacto foi maior, uma vez que a desmobilização das tropas de Mengistu foi cancelada e oficiais e soldados foram reintegrados às forças armadas.

Enquanto isso, organizações internacionais como as Nações Unidas (UN) e a Organização da Unidade Africana (OUA) tentavam soluções negociadas, que, no entanto, eram rejeitadas pela Etiópia. Adis Abeba não reconhecia a presença eritrina em Badme e considerava que seu território havia sido invadido. Sem acordo, o conflito continuava, e milhares de pessoas eram deslocadas.

Nesse sentido, sem resolução negociada, a Etiópia lançou novamente um ataque sobre Badme, na tentativa de reaver o território, em fevereiro de 1999. Dispondo de elementos-surpresa e também contando com certa confiança excessiva dos oficiais eritreus, as forças da Etiópia ganharam facilmente o controle de Badme. “A retirada eritrina foi tão caótica que os vencedores poderiam ter marchado mais além no território do país – alguns dizem mesmo até Asmara – se eles assim desejassem.” (Marcus, 2002:257, tradução nossa). No entanto, contradizendo as opiniões de que a Etiópia queria anexar a Eritreia, as forças etíopes não progrediram, e as negociações foram retomadas.

Contudo, o impasse continuava e, com ele, a tensão não diminuía. Assim, sem previsão de solução negociada, os dois países continuavam se

rearmando e se preparando para novas investidas militares. Dessa forma, em 12 de maio de 2000, o exército etíope novamente atacou as áreas ainda ocupadas pelo exército da Eritreia. Seu contingente populacional e capacidade econômica fizeram a diferença, assim como os oficiais e técnicos experientes da época de Mengistu que haviam sido reintegrados às forças armadas. A Eritreia resistiu por alguns dias, mas reconheceu a derrota “argumentando que para “em nome da paz” cumpriria a retirada de acordo com o determinado pela OUA.” (Marcus, 2002:262, tradução nossa).

Sendo assim, em outubro de 2000, tiveram início as negociações de paz, em Argiers, na Argélia, quando também foi autorizada pelo Conselho de Segurança a criação da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE) com 4.200 homens para o monitoramento do cessar-fogo. Uma comissão da Corte Internacional de Justiça (ICJ) foi estabelecida para as negociações – a Comissão Fronteiriça Etiópia-Eritreia (EEBC). Na resolução, embora em geral favorável à Etiópia, Badme foi destinada à Eritreia, o que levou à recusa por parte de Adis Abeba em aceitá-la. (Vilicana & Venkataraman (2006:568). Isso deu início a um período de tensão acentuada, mas de certa forma velada entre os dois países, em que ambos financiaram movimentos insurgentes. O conflito na Somália também sofreu influência da tensão entre Etiópia e Eritreia, com facções de ambos os lados sendo patrocinadas.

Levine (2007:10, tradução nossa) resume bem a percepção que se tem da guerra entre os dois países vizinhos: “*Em relação à guerra contra a Eritreia, é quase impossível encontrar algum resultado positivo.*” As mortes de ambos os lados contabilizam 100.000 pessoas, além de 400.000

refugiados. Conforme Vilicana & Venkataraman (2006:566, tradução nossa):
“*A guerra teve consequências desastrosas para os povos dos dois países. Foi acompanhada da deportação de quase 100.000 etíopes de origem eritrina. (...) Um número similar foi afetado pela política da Eritréia.*”

De certa forma, pode-se afirmar que o conflito ainda não foi totalmente resolvido e o impasse impera nesta questão. Em 2004, Meles Zenawi propôs um plano de diminuição da tensão que foi bem recebido pela comunidade internacional, mas que não foi aceito pela Eritréia, devido ao não-reconhecimento etíope da resolução da EEBC . (Vilicana & Venkatamaran, 2006:568).

Em 2008, o Conselho de Segurança da ONU decidiu pela não-renovação do mandato da UNMEE e o impasse permanece: a Etiópia se diz prejudicada e a Eritréia não disposta a negociar, uma vez satisfeita com a resolução da EEBC. Contudo, “*após este pesado investimento da comunidade internacional, nenhum dos lados gostaria de ser visto a recomeçar as hostilidades, uma vez que a condenação internacional seria profunda e bloquearia a ajuda para a reconstrução.*” (Jane’s, 2009, tradução nossa).

Para além dos custos materiais, o conflito teve impacto também sobre a coesão intra-elite da EPRDF. Assim, sob acusações de não ter sido suficientemente duro com a Eritréia, o primeiro-ministro Meles Zenawi teve de enfrentar uma divisão no partido. (Jane’s, 2009; Milkias, 2003). Embora tenha conseguido reverter a situação a seu favor, mantendo-se no comando da Etiópia, foi um teste talvez não desejado pelo primeiro-ministro. Por fim, resta saber se a tensão que ainda permanece será resolvida por meio de

negociações, ou de mais uma guerra, como vem acontecendo através da Somália por meio do financiamento de facções inimigas.

II.b A invasão da Somália (2007-2008) ⁹⁹

Desde o fim do governo de Siad Barré, em 1991, passando pela mal-fadada intervenção da ONU nos anos subsequentes, não foi possível estabelecer uma autoridade crível na Somália. Muitas vezes apontada como o epítome dos “estados falidos”, a “comunidade política” se fragmentou em diversos clãs, apesar da homogeneidade étnica, religiosa e linguística do país. (Bamfo, 2010). Em 2002, com o apoio da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), chegou-se a um acordo que estabeleceria, em 2004, um Parlamento Federal Transitório (TFP). Em 2005, o Governo Federal Transitório (TFG) foi criado. No entanto, a partir de 2006, este governo começou a ser ameaçado pela União das Cortes Islâmicas (UIC), que a partir de Mogadishu começou a controlar partes importantes do país. Fruto do vácuo de poder deixado após o fim do governo de Siad Barré, as Cortes Islâmicas davam à Somália uma estabilidade já rara naquele país. ¹⁰⁰

Entretanto, mesmo com a estabilidade, as Cortes Islâmicas eram objeto de apreensão por parte dos países vizinhos e também dos Estados

⁹⁹ Esta seção tem trechos que foram publicados no artigo “O papel da Etiópia no Chifre da África: uma potência regional capaz de impor a paz?”, publicado no periódico *Conjuntura Austral*, vol. 1, n. 1, em co-autoria com o orientador e amigo, professor Marco Cepik, a quem agradeço.

¹⁰⁰ “*Eles foram capazes de trazer lei e ordem para um país em meio ao caos, construindo escolas e arbitrando disputas judiciais e reduzindo dramaticamente a violência nas áreas sob o seu controle.*” Cf. Bamfo (2010:58, tradução nossa).

Unidos. Mesmo com a presença de facções moderadas, a existência de algumas facções radicais – em especial o grupo jovem, al-Shabaab – transformou as UIC em alvo regional e mesmo internacional. Se antes a Somália rivalizava com a Etiópia em termos westphalianos, depois da queda de Siad Barré ela passou a ser uma ameaça devido exatamente à ausência cada vez mais gritante de capacidade estatal no país vizinho.

Além disso, outras razões também foram importantes na decisão etíope de invadir a Somália em dezembro de 2006. A existência de um governo altamente ‘nacionalista’ na Somália poderia fomentar novamente a idéia de uma Grande Somália e da conquista do Deserto de Ogaden. Ademais, desde a deterioração das relações com a Eritreia, a Somália passou a ser utilizada por Asmara para desestabilização etíope. Por fim, a invasão etíope também era do interesse dos Estados Unidos, que, ainda que tacitamente, apoiou a incursão das tropas etíopes. (Bamfo, 2010).

Estas foram algumas das razões pelas quais a Etiópia decidiu invadir o país vizinho em dezembro de 2006, com apoio tácito e auxílio militar dos Estados Unidos. Os etíopes enviaram aproximadamente 20.000 soldados para o território somali e se tornaram a principal garantia da manutenção do TFG. Em um primeiro momento, a ocupação foi bem-sucedida, e a autoridade do governo foi consolidada, tendo sido não apenas Mogadishu liberada, mas também a maior parte do território antes controlado pelas UIC. Os tanques, aviões e soldados etíopes fizeram a diferença contra um movimento relativamente mal-preparado.

No entanto, apesar da estabilidade inicial, a invasão não trouxe bons dividendos para a Etiópia nem mesmo para os Estados Unidos. Com a

permanência de grande parte das tropas até o final de 2008 e o início da retirada dos remanescentes em 2009, aqueles grupos moderados que se recusaram a lutar contra a Etiópia em 2006 ficaram cada vez mais alienados do TFG. De força estabilizadora, o exército etíope passou a ser visto como protagonista de uma ocupação com apoio norte-americano. Assim, desde 2009, o TFG sofre para se manter no poder, sendo atacado não apenas pelas UIC, mas também por facções que antes tinham posições mais moderadas. Além disso, o que antes era apenas um temor dos norte-americanos se tornou realidade. Com a invasão, o al-Shabaab se radicalizou ainda mais e estabeleceu laços diretos com a al-Qaeda, transformando a Somália não apenas em local de treinamento, mas também como símbolo da resistência islâmica aos Estados Unidos. Assim, em 2010 os Estados Unidos começaram a apoiar as facções moderadas que eles ajudaram a Etiópia a retirar do poder – claro sinal da falência da operação.

Ademais, com a contínua falência em estabelecer algum tipo de autoridade no país, outro fenômeno também voltou as atenções para a Somália. Entre 2008 e 2009, a atividade pirata no Golfo de Aden aumentou consideravelmente. Piratas situados na costa somali começaram a sequestrar navios ocidentais com cargas preciosas, como petróleo. Sequestros de tripulações estrangeiras, seguidos de pedidos de resgate, se tornaram comuns na região.

Quanto à Etiópia, a invasão também teve impacto na ordem política interna, uma vez que a Frente de Libertação Nacional do Ogaden (ONLF) ganhou força a partir de 2006 e principalmente depois da invasão da Somália. Ainda que a organização não represente uma ameaça muito grande

ao governo etíope, ela não é insignificante: “*Em 2007 e 2008, a ONLF aumentou suas operações incluindo uma grande operação em abril de 2007 quando atacou uma instalação de exploração de petróleo chinesa, a 120km da capital regional, Jijiga, matando 74 pessoas – incluindo 9 chineses.*” (Jane’s, 2009, tradução nossa).

A invasão etíope da Somália não foi, portanto, bem-sucedida. Os principais erros parecem residir na falta de legitimidade da intervenção de um país sem o respaldo de alguma organização regional, assim como na aliança quase declarada com os Estados Unidos. Tudo indica que uma ação mais concertada entre os países da região – e mesmo do continente – e com a participação expressa da IGAD teria minimizado as chances da ligação da al-Shabaab com a al-Qaeda, assim como da alienação das facções mais moderadas das UIC.

Por outro lado, a intervenção mostrou que, mesmo com índices sócio-econômicos bastante críticos, a Etiópia é capaz de atuar como potência estabilizadora na região, isto é, tem logística e material para isso. Novamente, em uma ação concertada e politicamente negociada com os países da região, isso pode ajudar na estabilização da região como um todo. Além disso, apesar de impopular frente aos vizinhos, com a manutenção da situação na Somália, se mantém também a aliança com os Estados Unidos – que tem rendido bons dividendos para a Etiópia em termos de auxílio financeiro e mesmo de suporte político.¹⁰¹

¹⁰¹ “*Em Agosto de 2007, os Estados Unidos anunciaram que iriam fornecer \$19 milhões em ajuda emergencial para a região volátil do Ogaden. (...) Em outubro de 2007, o presidente Bush requereu \$1.5 milhão em ajuda militar para a Etiópia para o ano fiscal de 2008, dos quais \$600.000 seriam direcionados para educação militar e treinamento. Menos de um mês depois, as tropas etíopes*

Contudo, uma intervenção militar sempre é um problema para Estados africanos que já possuem problemas suficientes internamente e a Etiópia não conseguiu sustentar sua presença por mais de dois anos. O governo etíope não apenas percebeu que sua permanência começava a dar um caráter negativo ao TFG, mas também teve de recuar devido ao fardo econômico-financeiro que a intervenção significou para uma economia bastante combalida.

III – Desenvolvimento econômico e indicadores sociais: entre melhorias substantivas e gargalos estruturais

Mesmo que maculado pelo autoritarismo e enfrentando conflitos regionais importantes, o novo regime conseguiu trazer paz e estabilidade política, ainda que não completamente atingida. Depois do fim da guerra contra a Eritreia, a Etiópia tem se beneficiado do que os analistas chamam de um *dividendo de paz*. Após décadas de conflito, a economia etíope respira aliviada, sem a pesada carga de sustentar guerras custosas e destrutivas economicamente.

Em um primeiro momento, contudo, a conjuntura econômica internacional não era muito favorável, marcada pelo domínio do paradigma neoliberal. A Etiópia, ainda que tenha tido algum poder de barganha na adoção daqueles modelos, não foi exceção àquela regra e, dessa forma, a

entraram na Somália, os Estados Unidos silenciosamente entregavam armas e enviavam conselheiros militares. Em janeiro de 2007, haviam aproximadamente 100 destes conselheiros.” Cf. Bamfo (2010:61, tradução nossa).

EPRDF foi obrigada a adotar políticas de liberalização do mercado, como a grande maioria dos países.¹⁰² Em novembro de 1991, o governo anunciou a Nova Política Econômica (NEP), que seguia os preceitos neoliberais e que, segundo Marcus (2002:237), impressionou organizações internacionais como o Banco Mundial, com quem Adis Abeba anunciou um Programa de Ajuste Estrutural (SAP).

Assim, o alto controle dos anos do Derg foi paulatinamente substituído por um controle relativo do Estado sobre a economia, com a liberalização de alguns mercados e a presença de empresas estrangeiras no país. Já no início da década de 2000, tendências positivas apareciam nos indicadores econômicos do país. Conforme Geda (2001:171, tradução nossa), a respeito da política fiscal:

Os gastos atuais do governo são largamente financiados por suas receitas, o que é um interessante sucesso de política fiscal. Por exemplo, a assistência externa representou aproximadamente apenas 8% do gasto total entre 1985 e 1991. Esse indicador aumentou para 12% em 1991/1992 para depois cair para uma média de 3% na última década. (...) Em média, isto é um feito louvável.

A partir de meados da década de 2000, a conjuntura econômica internacional mudou, com a entrada substantiva da China na África. Assim, o dividendo de paz da Etiópia se combinou a uma conjuntura internacional extremamente favorável, o que resultou em taxas de crescimento expressivas. A Etiópia é uma das economias que mais cresce na África, conforme relatório da UNECA (2009:45, tradução nossa): *“O Leste da África manteve o maior crescimento do continente entre 2006 e 2008. Novamente, a*

¹⁰² No entanto, nem tudo sofreu as influências dos pacotes liberalizantes e o regime conseguiu resistir às pressões de privatizar as terras, por exemplo, que continuam sob o comando do Estado.

Etiópia liderou a sub-região com um crescimento real do PIB de 8% em 2008.” Segundo dados da McKinsey (2010:16), a Etiópia recebeu 10 bilhões de dólares em investimentos chineses, atrás apenas de Nigéria (34) e Angola (20) – e na frente de parceiros consolidados, como o Sudão (8).

O crescimento econômico melhorou as contas governamentais, e os sucessos na área social também apareceram: desde 1991, a mortalidade infantil diminuiu 50%, a expectativa de vida aumentou em 10 anos, a proporção de pessoas vivendo com menos de US\$1,25 por dia caiu de 61% para 29% e a matrícula de crianças em escolas primárias aumentou em 50%. (Economist, 2010; ODI, 2010). Apesar da manutenção de baixíssimo IDH, em 1995 ele era de 0.308 e em 2007 0.414 – uma melhora considerável. (Pnud, 2009). De acordo com relatório preparado pelo Instituto do Desenvolvimento Além-mar (ODI), um centro de pesquisa britânico, a Etiópia é o terceiro país que mais evoluiu em termos de melhorias dos indicadores relativos às metas do milênio da ONU. ¹⁰³

Apesar de reconhecer a expressiva melhoria econômica e os substantivos avanços em determinadas áreas sociais, é necessário apontar que ainda existem alguns gargalos estruturais que constroem a Etiópia – principalmente quando comparada a outros países africanos que também aproveitam o novo contexto econômico internacional com a entrada da China, tanto através dos investimentos como do consumo.

O primeiro deles é a contínua dependência da agricultura etíope em relação à chuva. Como a agricultura emprega a maioria da mão-de-obra do

¹⁰³ De acordo com o relatório, em termos absolutos, isto é, sem referência aos indicadores iniciais.

país, assim como responde por mais da metade do PIB, quando as chuvas não são suficientes, o setor sofre e com ele a economia etíope inteira. Mesmo quando os outros setores vão relativamente bem, se as condições climáticas não são favoráveis, o setor agrícola prejudica o crescimento do PIB como um todo. Como nos mostra Geda (2001:165-166, tradução nossa):

A dependência na chuva do setor agrícola tem implicações diretas para a política agrícola, e ao menos que medidas fundamentais sejam tomadas para diminuir esta dependência, um bom desempenho macro não será sustentável. A taxa de crescimento do PIB no ano de 1997/1998 ilustra este ponto. Naquele ano particular, o setor industrial cresceu 10%, o setor de distributivo (comércio, transporte, etc.) cresceu 8,2% e outros serviços (...) 7,9%. Ao passo que são taxas expressivas, o setor agrícola registrou uma queda de -7,6%. (...) A dependência da chuva tem também um efeito multiplicador negativo nos anos subsequentes; isto é, o choque de um período é sentido nos anos seguintes uma vez que os anos de seca retiram dos camponeses não apenas a receita regular, mas também sua riqueza (por exemplo, eles podem ter de vender ativos, como gado).

Em parte, a contínua dependência da chuva tem relação com a manutenção da propriedade da terra pelo Estado. Isso desincentiva os agricultores a investir em mais tecnologia de irrigação, o que não é suprido por investimentos estatais. Por outro lado, o fato de o Estado ser o dono das terras, segundo Brauwa & Mueller (2009), também desincentiva a migração para maiores cidades – tanto porque há riscos de desapropriação em caso de migração como também pelos altos níveis de desemprego nas cidades etíopes.

Aqui, no entanto, somos obrigados a discordar dos autores, que enxergam as baixas taxas de urbanização da Etiópia (em 2009, apenas 17,23% da população morava em cidades – países como Angola, por exemplo, tem 58% da população morando em cidades) como um efeito negativo. Por certo que as baixas taxas de urbanização refletem os

problemas de desenvolvimento do país, mas a migração em massa para as cidades não parece ser a solução. Pelo contrário, talvez com maior investimento estatal em tecnologia de irrigação – uma vez que o investimento privado não encontra espaço no país – o problema fosse mais bem resolvido. Nesse sentido, se por um lado o controle das terras pelo Estado constringe as oportunidades de crescimento econômico, serve também como um freio à urbanização descontrolada.

A dependência da chuva e condições deterioradas do terreno fazem com que a Etiópia encontre muitas dificuldades em suprir a necessidade de alimentos da população. Assim, entre 2002 e 2003, aproximadamente 13 milhões de pessoas sofreram de inanição. Graças a uma colheita recorde nos anos subsequentes isso foi remediado, mas em 2004 sete milhões de pessoas ainda passavam fome. Em 2008, as Nações Unidas informaram que oito milhões de pessoas necessitavam de ajuda imediata. (Jane's, 2009).

Outro problema brevemente mencionado acima é a relação entre o investimento privado e as taxas de desemprego urbano. Com a permanência forte do Estado na maioria dos setores da economia, a taxa de investimento privada é baixa, principalmente se comparada a outros países africanos. Sendo assim, enquanto outros países estão recebendo muitos investimentos de empresas de telecomunicações – e a discussão dos efeitos do celular na África floresce – na Etiópia isso ainda não acontece, por exemplo. Assim, como o Estado tem limites estruturais para o emprego de mão-de-obra, o desemprego de jovens em Adis Abeba atinge índices alarmantes, em torno de 25%. (Geda, 2001)

Outro fator que tem chamado a atenção dos economistas é a concentração dos investimentos nas cidades, em especial em Adis Abeba, e o aprofundamento de uma tendência de consumo nestas cidades – e não de investimento por parte dos indivíduos. Conforme Felleke (2009:911, tradução nossa),

Justificada ou não, a construção de novas, maiores e mais custosas infra-estruturas dedicadas a melhorar os serviços para os consumidores urbanos continua a levar a maior parte dos muito limitados recursos econômicos. Talvez como um reflexo desta situação, a parcela do PIB que é alocada pelo consumo é uma das mais altas da região subsaariana. (...) Para uma economia que por décadas esteve sob estresse e estagnação contínua, a alta parcela do PIB que vai para o consumo é impressionante. Comparativamente a outros países na região, a Etiópia consome mais e investe menos.

Esta preocupação com o urbano em detrimento do rural não é uma peculiaridade da Etiópia, mas uma constante nos países da África. Davidson (1992:209, tradução nossa) afirma:

O poder político efetivo está nas cidades, onde estão os líderes clientelistas e seus clientes (...). Este conflito de interesses entre a cidade e o campo levou a um declínio na produção de alimentos, por meio dos termos de troca entre cidade e campo (...) ou por meio da completa negligência do investimento estatal em infra-estrutura útil como estradas rurais

O autor indica a causa da negligência em relação ao campo quando aponta para a concentração do poder efetivo nas cidades. No caso da Etiópia, mesmo que o rural tenha tido um peso importante na queda do regime de Mengistu, ainda assim impera a preponderância do urbano como no restante da África: com economias pouco desenvolvidas ou controladas por estrangeiros, a burocracia – localizada nas cidades – é o principal foco de poder econômico e político e, assim, concentra as atenções dos governantes. Isso não é diferente em Adis Abeba e se reflete em indicadores como a

proporção de jovens com menos de quatro anos de educação, que é quatro vezes maior no campo do que na cidade. (ODI, 2010:31).

As décadas de conflito também deixaram um legado negativo, o qual tem sido combatido pelo novo governo: a falta de infra-estrutura. Um estudo da consultoria McKinsey mostra como a Etiópia tem problemas, mesmo quando comparada a outros países africanos. Enquanto a África do Sul tem 4.810 kilowatts-hora por pessoa, o Egito, 1.304, a Argélia, 870, e Gana, 312, a Etiópia tem apenas 38. Em termos de densidade rodoviária (quilômetros por mil quilômetros quadrados), a África do Sul tem 30, Gana, 25, e a Nigéria, 21, a Etiópia tem apenas 4. Em termos de densidade ferroviária (quilômetros por mil quilômetros quadrados), a África do Sul tem 16.7, o Egito, 5.2, e a Etiópia 0.8. (McKinsey, 2010:47).

Outros setores também estão muito prejudicados. São poucos os assinantes de internet (30.000 em um país de 80 milhões de pessoas), devido largamente à baixa qualidade da conexão. O provimento de energia elétrica também apresenta problemas – a maioria da população não tem acesso. O provimento de água também é problemático – apenas 12% da população tem acesso a uma boa fonte de água, enquanto 7% tem acesso a condições sanitárias adequadas. (Jane's, 2009). No entanto, algumas melhorias vêm sendo feitas no setor, com investimentos em hidroelétricas. Entre 2001 e 2004, várias plantas foram inauguradas, aumentando em 83% a capacidade do país em relação à década anterior.

Esse gargalo em termos de infra-estrutura já vem tendo consequências. Com as altas taxas de crescimento mencionadas acima, combinadas a períodos de pouca chuva, a Etiópia apresentou em 2008 taxas

de inflação acima de 40%, abaixo apenas das taxas do Zimbábue no continente. (UNECA, 2009:51). Essa pressão inflacionária é decorrente tanto da falta de infra-estrutura, como também da melhora macro-econômica do país devido ao crescimento. Com melhor renda, tanto a população passou a consumir mais como os produtores pararam de vender seus produtos sem prestar atenção no preço, isto é, em períodos de preços baixos, passaram a estocar os produtos esperando uma melhor condição de venda. A tudo isso se somou o aumento dos preços dos alimentos no mercado internacional, o que também teve efeitos na inflação etíope. (Geda, 2008).

Outro gargalo que a economia etíope enfrenta é a dependência na exportação de commodities, em especial o café – que representa em torno de 65% das exportações do país. (Geda, 2001:185). Mas isso vem sendo alterado nos últimos anos, com especial destaque para o desenvolvimento da cultura de flores, vendidas para a Europa. Outro destaque é uma alteração no próprio mercado internacional de café. Segundo o periódico *The Economist* (2008, tradução nossa), enquanto chineses e indianos mantêm o preço alto pelo aumento do consumo da bebida, americanos, europeus e japoneses têm buscado cafés de maior qualidade. *“Os melhores cafés vão cada vez mais se diferenciar, como os vinhos finos e bebidas, e vendidos a preços inconcebíveis anteriormente.”* Isso vai beneficiar países como Etiópia, Quênia e Tanzânia: *“Tudo isso são boas notícias para os produtores de café da África oriental. A altitude, o clima, o solo e a diversidade genética dão a esta região uma vantagem nata.”* A Etiópia já é o maior produtor africano e sua produção de café de alta qualidade já é 40% da produção total. Um aumento

nos preços e uma valorização do produto sem sombra de dúvida são muito positivos.

Por fim, a economia etíope é muito dependente do fluxo de recursos provenientes do exterior e parte do bom desempenho dos últimos anos está diretamente ligado à aliança mais próxima com os Estados Unidos. Em 2009, o país foi o décimo-primeiro receptor de recursos do USAID, contabilizando aproximadamente 400 milhões de dólares. (USAID, 2009). Além disso, desde 2005 recebeu aproximadamente 10 milhões em ajuda militar oficial. (Jane's, 2009). Ainda que provavelmente a Etiópia continue sendo um importante parceiro de Washington na região pelos próximos anos, este fluxo tem de ser bem utilizado para evitar a vulnerabilidade causada pelo fim desta fonte.

Resta saber se os esforços que vem sendo feitos pela EPRDF vão conseguir superar estes gargalos. O crescimento da economia, ainda que nos últimos anos tenha sido seguido de inflação, é uma tendência positiva importante, principalmente para uma economia que ficou estagnada por décadas – quando não regredia. Em julho de 2010, Meles Zenawi anunciou o orçamento para 2010/2011, com fortes investimentos na área de infraestrutura. A torcida é grande para que os gargalos consigam ser superados e a economia cresça, possibilitando a melhoria da condição de vida da população.

Conclusão

Após esta análise da história etíope em geral e, mais especificamente, da maneira pela qual se construiu o Estado naquele país, chegamos a algumas conclusões. Em primeiro lugar, podemos afirmar com alguma margem de segurança que a Etiópia seguiu, do século XIX ao início do século XX, uma trajetória bastante análoga às trajetórias descritas por Charles Tilly (1996) como coercitivas. Devido aos séculos de isolamento comercial que o entorno islâmico causou e também a uma diversidade geográfica altíssima, a polity etíope até o século XIX era bastante fragmentada e caracterizada pela presença de uma aristocracia rural detentora dos meios de coerção, de uma Igreja que dava o suporte ideológico, mas que também enfrentava problemas de divisão dogmática, e de um campesinato em geral explorado.

Foi em meados do século XIX, quando a ameaça egípcia se tornava paulatinamente mais perigosa, que teve início o processo de centralização e racionalização do império, nos moldes explicitados por Tilly (1996). Os imperadores Tewodros II, Yohannes IV, Menelik II e Hailé Selassié I enfrentaram as ameaças egípcias, sudanesas/mahdistas e italianas com maestria, e, ao fazerem isso, paulatinamente foram construindo o Estado moderno na Etiópia. No entanto, estas tentativas nunca conseguiram atingir níveis significativos de construção do Estado, principalmente pelos obstáculos impostos pela aristocracia rural. Gradativamente, os imperadores conseguiram contornar sua própria dependência nesta aristocracia, mas nunca foram capazes de destituí-la de poder. Sendo assim, por mais que o

imperador Hailé Selassié tentasse emular no exterior a imagem de uma Etiópia moderna, através da criação de sindicatos e universidades e da proclamação de Constituições relativamente liberais, o país permanecia imerso no atraso ditado pela aristocracia rural.

Contudo, se por um lado estas iniciativas transformavam a Etiópia apenas cosmeticamente, em um primeiro momento, por outro lado elas semeavam as mudanças vindouras – muito provavelmente a contragosto do próprio Hailé Selassié. Por um lado, as tentativas de taxaço da aristocracia cada vez mais incisivas e, além disso, os incentivos para modernizaço tecnológica, fizeram com que tivesse início um período de desenvolvimento econômico. A aristocracia ciosa de seus privilégios e assustada com as tentativas de taxaço deu início a um movimento parecido com os cercamentos ingleses, partindo para uma agricultura comercial mais produtiva. Além disso, o governo imperial incentivava o uso de máquinas e tecnologias avançadas no campo. Dessa forma, não apenas parte do campesinato foi às cidades, criando novos grupos sociais, mas também teve início um processo de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, as organizações criadas pelo imperador começavam a formar novos grupos sociais importantes, ainda que minoritários. Assim, se desenvolveram os estudantes na Universidade Hailé Selassié, que não apenas atuavam em Adis Abeba, mas muitos iam para o exterior, onde entravam em contato com novas idéias e realidades. Além disso, se o sindicato criado pelo imperador tinha pouca autonomia, por um lado, por outro acabava gerando consciência situacional e de classe.

Enfim, a partir dos anos 1950, a Etiópia começou a passar por um processo de modernização nos moldes informados por Huntington (1975), como vimos. Essa diversificação social e expansão da participação política, contudo, não conseguiu ser absorvida pelo regime político imperial. Paulatinamente, o governo passou a ser visto como anacrônico e ineficaz, e suas bases de legitimidade foram sendo corroídas.

Com o estopim de uma crise mal gerenciada – a seca em 1974 – as novas forças sociais deram início a uma onda de protestos e de instabilidade, em um movimento principalmente urbano. Taxistas e professores declararam greves, militares se amotinaram nos quartéis e estudantes foram às ruas contra o imperador e a aristocracia rural. Todos tiveram papel no desgaste da legitimidade do regime, mas foram os militares que tomaram a dianteira da Revolução, paulatinamente isolando o imperador para em um momento posterior prendê-lo e declarar o fim do império na Etiópia.

A Revolução, no entanto, não conseguiu criar novas instituições políticas críveis e aceitáveis por todos. Em primeiro lugar, a permanência dos militares no poder enfureceu a oposição civil – basicamente o movimento estudantil –, o que levou a uma situação de conflito em um primeiro momento e de tensão e insatisfação após o Terror Vermelho de 1976.

Além disso, nas palavras de Huntington (1975:404): “*O fato comum que dá origem aos problemas da integração nacional e da assimilação política é a expansão da consciência e da participação política produzida pela modernização.*” Isto é, a modernização – e também a revolução, que deu esperanças às etnias excluídas do processo político – instigou novos movimentos em regiões afastadas da capital, povoadas por etnias

normalmente excluídas do processo político e que viram na revolução uma oportunidade de mudar esta situação. No entanto, as opções do regime e dos novos grupos entraram em rota de colisão, pelos últimos desejarem o direito de secessão e o primeiro ter uma posição bastante consolidada a respeito da unidade nacional. Em não havendo acordo, se estendeu uma longa guerra civil. Nesse sentido, falhou o projeto de instituições e comunidade política que o Derg tinha em mente. A oposição regional e civil não aderiu às propostas do regime e lutou até o fim contra ele.

Acuado, o regime deu início a medidas importantes, principalmente para assegurar o apoio do campesinato, já que na cidade os problemas de contestação da autoridade eram profundos. Dessa forma, foi declarada a reforma agrária, que destruiu a estrutura social que tanto atrasou a Etiópia. A aristocracia foi destituída de suas terras no interior e também de suas propriedades na cidade. A Igreja também perdeu suas terras, e foram estabelecidas associações camponesas e urbanas para o manejo e gestão do novo sistema. O campesinato foi o grande suporte do regime principalmente devido a esta medida que, se não trouxe desenvolvimento para a Etiópia, diminuiu consideravelmente a exploração sob a qual viviam os camponeses. Foram eles que engrossaram as fileiras do exército etíope quando este teve de lutar contra a Somália em 1977 e também contra as insurgências tigrina e eritrina.

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância da revolução etíope ao destruir as bases da estrutura feudal que impedia a modernização do país, ela não conseguiu avançar no desenvolvimento político e econômico da Etiópia. A falta de recursos de um país subdesenvolvido, aliada a um

contexto de guerra civil (e também de guerra interestatal, como vimos) drenou ainda mais os recursos existentes, impedindo o investimento do Estado em tecnologia para melhorar a produtividade dos camponeses, agora trabalhadores das fazendas estatais. Sem o incentivo do Estado e sem o incentivo do mercado, a reforma agrária não teve o impacto necessário para desenvolver uma agricultura comercial que ajudasse no desenvolvimento do país. Castigados pela seca e desincentivados pela não-propriedade das terras, os camponeses ficaram estagnados, e o setor agrícola da economia etíope permaneceu muito atrasado – dependendo da irrigação da chuva até hoje, por exemplo. Dessa forma, a reforma agrária libertou os camponeses da exploração da aristocracia, mas não conseguiu gerar uma agricultura comercial economicamente viável e importante, uma vez que o Estado se manteve como proprietário das terras, mas não teve recursos para investir no desenvolvimento das fazendas coletivas.

Cada vez mais envolto nas disputas com os movimentos regionais, e enfrentando secas graves, o regime foi paulatinamente perdendo o apoio do campesinato. Derrotas militares e o fim da União Soviética decretaram o término de um regime altamente impopular, caracterizado pelo uso indiscriminado da violência.

O governo que subiu ao poder em 1991 foi mais capaz de construir uma ordem política estável, ou, no mínimo, menos violenta. Dois fenômenos importantes são os pilares desta estabilidade: em primeiro lugar, a ampla coalizão representada pela EPRDF, que, apesar de liderada pela TPLF, tem membros de vários movimentos. Ainda não é certo o futuro da EPRDF e ela muito provavelmente não se tornará um partido de coalizão provedor de

estabilidade, como no caso do Partido do Congresso na Índia – principalmente por exercer uma política de confronto aberto contra opositores e não de absorção paulatina. Até agora, todavia, tudo indica que a pacificação do federalismo étnico trouxe consenso e legitimidade para a EPRDF, limitando seus oponentes.

O outro componente é justamente o federalismo étnico. Dando voz às etnias e caracterizando a Etiópia como uma federação étnica, a EPRDF conseguiu – à exceção de poucos movimentos residuais – pacificar relativamente o processo político. Assim, conseguiu investir mais na economia, o que, combinado à entrada de peso da China na África, resultou em taxas de crescimento significativas.

Se houve pacificação política, por um lado, por outro a permanência de uma lógica autoritária parece diminuir as chances de a EPRDF atingir níveis de institucionalização política relevantes. Caso não houvesse oposição organizada e a permanência no governo fosse consenso, não haveria problemas. Contudo, não apenas existem partidos de oposição, mas estes partidos tiveram votações significativas nas eleições de 2005 – e provavelmente nas subsequentes também. Todavia, o regime não reconheceu os votos na oposição e alterou os resultados, além de empregar a violência contra os opositores.

Isso coloca um problema para a EPRDF na questão da sucessão. A EPRDF não conseguiu criar instituições que prevejam a sucessão na Etiópia, apesar dos mecanismos democráticos instituídos. Mantendo-se o histórico de autoritarismo, a sucessão será decidida dentro da EPRDF e isso pode se tornar um problema, uma vez que os grupos que hoje fazem oposição

partidária podem decidir pela via extra-sistema. Em um país que nunca teve uma sucessão pacífica e organizada, isto é um problema. Além disso, dentro da própria EPRDF a sucessão não é institucionalizada.

Nesse sentido, o que se construiu até o momento atual foi um Estado com alta capacidade militar, uma vez que a segurança interna e externa do país foram desafiadas recorrentemente. Como afirma Weber (1968:902, tradução nossa), a Etiópia não seria a primeira nem a última a fazer isso: *“uma comunidade política pode restringir sua ação social exclusivamente à manutenção de seu domínio sobre um território, e frequentemente assim foi feito.”*

Esta foi a preocupação primordial dos governantes etíopes e assim, a força militar da Etiópia foi se construindo. De um exército largamente feudal, comissionado pela aristocracia rural, ele se tornou a principal força no Chifre da África. O Derg lhe transformou em um exército moderno e capacitado, e a EPRDF conseguiu realizar a transição de um exército para o outro com a ajuda dos Estados Unidos, a partir de 1996. Em todas as transições políticas etíopes, o exército foi substituído por forças leais ao regime. No entanto, logo que surgiam necessidades de guerra, os antigos oficiais e soldados eram reintegrados devido a sua experiência. Hoje em dia, o exército etíope possui 135.000 homens, e o estoque de armamento pesado é bastante significativo, ainda que antigo. O equipamento pesado ainda é o que foi enviado pela URSS entre 1977 e 1991. De acordo com Jane's (2009, tradução nossa):

Todo este equipamento soviético antigo já possuía 40 anos e não deve se manter operacional por mais do que uma década, mas há o suficiente para sobreviver por meio de canibalização no médio prazo. Após a guerra, a expansão das prioridades do exército incluem suporte para a paz, e o contraterrorismo

revelou que o superávit de força maquia déficits em coisas básicas como rádios táticos e vestimenta de qualidade.

Um processo de modernização entrou em curso, entretanto, com a aproximação da Etiópia e dos Estados Unidos nos últimos anos. Em maio de 2008, foi anunciado um aumento de 17% nos gastos militares, que atingiram 390 milhões de dólares. Ainda que pequeno em termos globais, em termos regionais perde apenas para a África do Sul, Angola, Quênia e Nigéria – países que tem uma base econômica muito mais significativa que a Etiópia. (Jane's, 2009; IISS, 2010).

A guerra constante também impactou nas capacidades administrativas, de acordo com o modelo de Charles Tilly (1996), possuindo a Etiópia – em comparação com a África em geral, mas também se levarmos em conta seus próprios indicadores econômicos – indicadores positivos em relação à área-meio do Estado. De acordo com a Comissão Econômica para a África das Nações Unidas (UNECA, 2009:132, tradução nossa), a agilidade burocrática é exemplar na região: “*O tempo de resolução aduaneira vai de um dia na Etiópia a 25.4 dias na Nigéria, tendo uma média de 12.70 para o continente.*”

A baixa remuneração dos políticos em comparação com outros países africanos também é positiva: “*Ele [Meles Zenawi] deve merecer elogios (...) por manter seus parlamentares relativamente na linha, especialmente em relação à riqueza. Eles recebem apenas \$3.240 anualmente, comparados com os \$120.000 recebidos por seus congêneres quenianos.*” (Economist, 2009, tradução nossa). No entanto, cabe lembrar que o índice de percepção de corrupção vem piorando nos últimos anos. (AFDB, 2009b:10).

Um relatório do Banco Africano de Desenvolvimento (AFDB) (2009b, tradução nossa) ressalta essas qualidades:

A conformidade com regras formais e regulamentos no serviço público etíope é relativamente forte. (...) A governança das finanças públicas é baseada em um framework regulatório e legal sólido, que consiste de um extenso corpo de leis, regras, regulamentos e instituições de apoio. A implementação da reforma contínua levou ao fortalecimento do planejamento, da função orçamentária e dos sistemas contábeis. Esses ganhos são refletidos nas melhorias do processo de preparação orçamentária, na abrangência do orçamento, assim como relatórios fiscais oportunos. (...) O grau de conformidade com as regras no serviço público etíope é, [portanto] geralmente alto e sistemas de controle são relativamente fortes.

Ademais, de acordo com os indicadores de governança desenvolvidos pelo Banco Mundial (WB), a Etiópia, em uma escala de -2,5 a 2,5, pontua, no quesito “efetividade do governo”, -0,40. Obviamente que em uma comparação mundial esta não é uma boa pontuação, mas se observarmos as condições econômicas do país, além de seu contexto regional, novamente a Etiópia se destaca. Ela pontua menos do que Botsuana (0,63), África do Sul (0,50), Tunísia (0,41), Namíbia (0,19), Gana (0,06), Cabo Verde (0,0004), Marrocos (-0,10), Ruanda (-0,18), Lesoto (-0,26), Egito (-0,3), Moçambique (-0,34) e Senegal (-0,404), sendo assim o 13º país em termos de efetividade governamental no continente. Angola, por exemplo, pontua -0,92 neste quesito; o Quênia, -0,65; a Líbia, -1,11 e a Nigéria, -1,23. (WB, 2010).

Em termos de capacidade extrativa, contudo, novamente o país esbarra no baixo desenvolvimento de sua economia. Em torno de 20% do PIB é proveniente das receitas do governo, sendo que 2/3 destas provém de impostos e taxas. A carga tributária gira em torno dos 12% do PIB, o que é baixo. Isto parece ser decorrente do baixo desenvolvimento do país e de sua

dependência em uma agricultura de subsistência. De acordo com documento da Comissão Conjunta Etiópia-União Européia (2007, tradução nossa):

Comparativamente a outros países na região, os esforços de mobilização de receita na Etiópia podem melhorar. Sua carga tributária atual de 12.2% do PIB é baixa em relação a sua condição de pobreza e a seus programas ambiciosos de desenvolvimento.

Por fim, o país apresenta indicadores de governo eletrônico que também encontram como obstáculo a pouca disseminação de tecnologias digitais no país, como vimos na seção sobre os desafios a serem enfrentados pela economia. Mesmo assim, em termos de e-participação, o país pontua 0,03 – mesmo que baixo, é a terceira pontuação regional, atrás apenas do Sudão (1,12) e Uganda (0,04). Em termos de e-informação, o país está empatado com o Sudão, com 2,0 de 6,0, não pontuando, contudo, em e-decision making e e-consultation. (UN, 2004:17).

Por outro lado, se a capacidade militar e a capacidade administrativa são **relativamente** bem desenvolvidas, são patentes os problemas que o país enfrenta em termos econômicos e, principalmente, sociais.¹⁰⁴ Como afirma Geda (2004:15, tradução nossa): “*estes conflitos criaram um Estado militarista acompanhado de um arranjo institucional que não é bom para o crescimento/desenvolvimento e pode ter influenciado a atual situação sócio-política do país.*” Tareke (2009:319, tradução nossa) também aponta: “*Questões econômicas e sociais foram subordinadas às necessidades e demandas do Estado e de seu aparato militar.*”

¹⁰⁴ O ponto aqui não é argumentar que a Etiópia possui uma administração forte e capaz em termos globais, mas apontar para o fato de que, se levarmos em consideração seus indicadores econômicos e também a performance de outros países no continente africano, o país possui bons indicadores.

Dessa forma, de acordo com o AFDB (2009c), em 2005 o percentual de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia era de 39%. 71% das crianças são matriculadas no primário, mas apenas 49,9% atingem o ensino médio. Entre 2005 e 2007, apenas 5% dos partos foram assistidos por profissionais da saúde e a expectativa de vida para ambos os sexos é de 53,4 anos. Apesar da melhoria na taxa de mortalidade infantil (em 1975, eram 136,8 por 1.000 habitantes, agora são 85,2), ela ainda é alta. A taxa de analfabetismo entre 2005 e 2007 atingia 50% para homens e 77,2% para mulheres.

O foco militar fica claro na análise do gasto público. Entre 1985 e 1987, o gasto público em termos percentuais do PIB em educação foi 3,1%. Entre 1995 e 1997, ele subiu para 4%. O gasto em saúde em 1990 foi de 0,9% do PIB e em 1999 ele havia subido para irrisórios 1,2% do PIB. Já os gastos militares, em 1990 foram de 8,5% do PIB e em 1999, 9,4%. (UN, 2004).

Sendo assim, a que conclusões podemos chegar? Em primeiro lugar, que o modelo de Charles Tilly (1996) se aplica à Etiópia. Foi a guerra que fomentou a união em um território geograficamente adverso e propenso à fragmentação política. Sem as ameaças egípcias, mahdistas, italianas, somalis e eritrinas, muito dificilmente a Etiópia seria hoje um só país. Além disso, a guerra foi fundamental na construção de um Estado não apenas militarmente capaz, mas também com capacidade administrativa relativamente significativa. Como afirmamos anteriormente, a capacidade administrativa e militar da Etiópia é muito boa se levarmos em consideração

seus indicadores econômicos e também se fizermos uma comparação com países da região e do continente africano.

Contudo, a guerra não é condição suficiente para a construção de Estados bem-sucedidos em todas as esferas de atuação. O caso da Etiópia mostra que não é suficiente que exista guerra para a construção de Estados capazes em termos militares, administrativos, econômicos, sociais e políticos. O desenvolvimento econômico, o surgimento de uma classe média e a democracia fizeram falta na trajetória etíope, e esta constatação abre perspectivas para pesquisas futuras, uma vez que – feita a comparação com a trajetória européia – podemos aventar a comparação da trajetória etíope com a sul-americana, por exemplo. Nesta possível empreitada futura, com certeza resultados profícuos podem ser encontrados ao utilizarmos como variável independente não mais a guerra, mas a posição no sistema econômico internacional – a qual fundamentou a sólida produção latino-americana sobre o tema.

Além desta, outra ausência importante na trajetória etíope foi o desenvolvimento de uma comunidade política crível e pacífica, ou de instituições políticas que conseguissem atingir seu objetivo primordial: a harmonização de interesses individuais e a busca pelo interesse público. Como vimos, o processo de institucionalização política ainda em curso continua a drenar os recursos econômicos e políticos do país.

Outra conclusão importante refere-se à resposta a uma pergunta recorrente: é a Etiópia a exceção da África? Concluímos que a Etiópia se destaca em alguns pontos, como vimos, principalmente devido à exposição ao fenômeno da guerra. Entretanto, isso não pode ser afirmado também em

relação à economia e aos indicadores sociais, nos quais o país é muito subdesenvolvido.

Resta saber se o federalismo étnico e a própria EPRDF vão conseguir não apenas se institucionalizar, mas também absorver os impactos da modernização econômica que está a caminho – não apenas da Etiópia, mas da África como um todo. A presença da China no continente tem alterado os fluxos de investimento e de consumo, e ela é seguida de perto por outros países como a Índia e o Brasil, além de países desenvolvidos que parecem ter acordado para a nova realidade africana.

Por fim, para além da resolução política nacional, seria profícuo se os países da região tentassem superar o passado de conflito e desconfiança em prol de uma integração regional cada vez mais profunda. Em um mundo globalizado, as soluções regionais parecem ser as melhores opções não apenas em termos de resolução do dilema das instituições políticas, mas também em termos econômicos (economia de escala) e em termos de posicionamento no sistema internacional.

Referências

AALEN, Lovise. Ethnic Federalism and Self-Determination for Nationalities in a Semi-Authoritarian State: the Case of Ethiopia. **International Journal on Minority and Group Rights**, n. 13, 2006.

AALEN, Lovise & TRONVOLL, Kjetil. The 2008 Ethiopian Local Elections: the Return of Electoral Authoritarianism. **African Affairs**, vol. 108, n. 430, 2008.

ABEGAZ, Berhanu. Persistent Stasis in a Tributary Mode of Production: The Peasant Economy of Ethiopia. **Journal of Agrarian Change**, vol. 5, n. 3, 2005.

ABBAY, Alemseged. Diversity and state-building in Ethiopia. **African Affairs**, vol. 103, n. 413, 2004.

ABBINK, Jon. Ethnicity and Constitutionalism in Contemporary Ethiopia. **Journal of African Law**, n. 41, 1997.

ABBINK, Jon. Discomfiture of democracy? The 2005 election crisis in Ethiopia and its aftermath. **African Affairs**, vol. 105, n. 419, 2006a.

ABBINK, Jon. Interpreting Ethiopian Elections in Their Context: A Reply to Tobias Hagmann. **African Affairs**, vol. 105, n. 421, 2006b.

ABIR, M. "Ethiopia and the Horn of Africa." In.: GRAY, Richard. [ed.]. **The Cambridge History of Africa: Volume Four (From 1600 to 1790)**. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1975.

ADAR, Korwa G. Conflict Resolution in a Turbulent Region: The Case of the Intergovernmental Authority on Development (IGAD) in Sudan. **Africa Journal in Conflict Resolution**, n. 2, Pretoria, 2000.

AFDB. **African Statistical Yearbook**. 2009a. Disponível em: www.afdb.org. Último acesso: 21/06/2010.

AFDB. **Federal Democratic Republic of Ethiopia: Country Governance Profile**. 2009b. Disponível em: www.afdb.org. Último acesso: 21/06/2010.

AFDB. **Gender, Poverty and Environmental Indicators on African Countries Report**. Economic and Social Statistics Division. Statistics Department. 2009c. Disponível em: www.afdb.org, último acesso: 17/10/2010.

AMENTA, Edwin. What we know about the Development of Social Policy: Comparative and Historical Research in Comparative and Historical Perspective. In.: MAHONEY, James & RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 2003.

ALMOND, Gabriel & POWELL, Bingham. **Comparative Politics: a Developmental Approach**. Boston: Little Brown, 1966.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections of the Origin and Spread of Nationalism**. Nova York: Verso, 1991.

- ARRIOLA, Leonardo R. Ethnicity, Economic Conditions, and Opposition Support: Evidence from Ethiopia's 2005 Elections. **Northeast African Studies**, vol. 10, n. 1, 2003.
- BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.
- BAYART, Jean-François & alli. **The Criminalization of the State in Africa**. Oxford: James Currey, 1999.
- BAYART, Jean-François. **The State in Africa: The politics of the belly**. Cambridge: Polity Press, 2009, 2. ed.
- BLAKE, Greg. Ethiopia's Decisive Victory at Adowa. **Military History**, vol. 14, n. 4, 1997. Disponível em: <http://www.historynet.com/first-italo-abysinian-war-battle-of-adowa.htm> Último acesso em: 13/07/2010.
- BOAHEN, A. Adu. **African perspectives on Colonialism**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.
- BOBBIO, Norberto et alli. **Dicionário de política**. 11ed, 2 volumes. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- BOIX, Carles & STOKES, Susan. Introduction. In.: BOIX, Carles & STOKES, Susan. **Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BRAUW, Alan de & MUELLER, Valerie. **Do Limitations in Land Rights Transferability Influence Low Mobility Rates in Ethiopia?** Paper presented at: CSAE Conference 2010 Economic Development in Africa. March, 2010. Disponível em: <http://www.csae.ox.ac.uk/conferences/2010-EDiA/papers/081-Mueller.pdf>, último acesso em 17/08/2010.
- BRINTON, Crane. **The Anatomy of Revolution**. New York: Vintage Books, 1965.
- BURG, David. **A World History of Tax Rebellions: an Encyclopedia of Tax Rebels, Revolts, and Riots from Antiquity to the Present**. London: Routledge, 2004.
- BUZAN, Barry & WÆVER, Ole. **Regions and Powers: the Structure of International Security**. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 2003.
- CALLAGHY, Thomas. State formation and the State-Society Struggle. In.: **The State-Society Struggle: Zaire in Comparative Perspective**. New York, Columbia University Press, 1984.
- CARR, Edward. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CARVALHO, Daniel Duarte Flora. **Conflitos no Chifre da África: Oportunidades e Constrangimentos da Difusão do Poder**. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CASTILLO, José Ernesto. La genealogía del Estado en Marx. In.: REY, Mabel Thwaites. [org.]. **Estado y marxismo: Un siglo y medio de debates.** Buenos Aires: Prometeo libros, 2007.

CAULK, Richard. Firearms and Princely Power in Ethiopia in the Nineteenth Century. **Journal of African History**, vol. XIII, n. 4, 1972.

CAULK, Richard. Armies as Predators: Soldiers and Peasants in Ethiopia C. 1850-1935. **The International Journal of African Historical Studies**, vol. XI, n. 3, 1978.

CAULK, Richard. Ethiopia and the Horn. In.: ROBERTS, A. D. [ed.] **The Cambridge History of Africa: Volume Seven (From 1905 to 1940).** Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1986.

CENTENO, Miguel Angel. **Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America.** University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

CEPIK, Marco. **Espionagem e Democracia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CEPIK, Marco. Estrutura e ação na sociologia das revoluções modernas: Skocpol e Tilly. **Anos 90**, n. 4, 1995.

CHABAL, Patrick & DALOZ, Jean-Pascal. **Africa Works: Disorder as Political Instrument.** Oxford: James Currey, 1999.

CHABAL, Patrick et alli. **Is Violence Inevitable in Africa?** Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention. Leiden: Brill, 2005.

CHALIAND, Gérard. **A Luta pela África: Estratégia das Potências.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CHANIE, Paulos. Clientelism and Ethiopia's post-1991 decentralisation. **Journal of Modern African Studies**, vol. 45, n. 3, 2007.

CIMENT, James. **Encyclopedia of Conflicts Since World War II.** Sharpe Reference, 2006.

CLAPHAM, Christopher. The Socialist Experience in Ethiopia and its Demise. **The Journal of Communist Studies**, vol. 8, n. 2, 1992.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system: the politics of state survival.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLAPHAM, Christopher. **War and State Formation in Ethiopia and Eritrea.** Trabalho apresentado na Conferência Failed States, Florença, 2001a. Disponível em: http://www.comm.ucsb.edu/research/mstohl/failed_states/2001/papers/CLAPHAM1.pdf. Último acesso: 12/07/2010.

CLAPHAM, Christopher; HERBST, Jeffrey & MILLS, Greg. **Big African States.** Johannesburg: Wits University Press, 2001b.

CLAPHAM, Christopher. Rewriting Ethiopian History. **Annales d'Ethiopie**, vol. 18, 2002, pp. 37-54.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1976.

CLIFFE, Lionel. Regional dimensions of conflict in the Horn of Africa. **Third World Quarterly**, v. 20, n. 1, pp. 89-111, 1999.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DAVIDSON, Basil. **The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation-State**. Oxford: James Currey, 1992.

DOPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 1, pp. 77-109, 1999.

DOWNS, Erica. The Fact and Fiction of Sino-African Energy Relations. **China Security**, v. 3, n. 3, pp. 42-68, 2007.

EASTERLY, William & LEVINE, Ross. Africa's Growth Tragedy: Policies and Ethnic Divisions. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 112, n. 4, pp. 1203-1250, 1997.

ECONOMIST, The. **Coffee in Ethiopia**. 17 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.economist.com/node/11058477>, último acesso: 17/08/2010.

ECONOMIST, The. **Ethiopia's resilient prime minister**. 13 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.economist.com/node/14222265>, último acesso: 17/08/2010.

ECONOMIST, The. **Anxious Ethiopia**. 21 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.economist.com/node/15332024>, último acesso: 17/08/2010.

ESTADOS UNIDOS. **Ethiopia's Country Profile – Library of Congress**. Disponível em: <http://memory.loc.gov/frd/cs/ettoc.html>, último acesso: 21/09/2010.

ETHIOPIA-EUROPEAN UNION COMMISSION. **Country Strategy Paper and National Indicative Programme for the period 2008-2013**. 2007. Disponível em: http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/scanned_et_csp10_en.pdf, último acesso: 17/10/2010.

EVANS, Peter; Rueschemeyer, D; & Skocpol, Theda. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

EVANS, Peter. Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. **Revista de Economia Contemporânea**, n. 4, 1998.

FAGE, J.D. & OLIVER, Roland. [eds.]. **The Cambridge History of Africa**. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1975. Vols 1-8.

FELLEKE, Getachew. Seeds that Do Not Sprout: Ethiopia's Urban – Rural Links and Their Development Disconnect. In.: EGE et al [eds]. **Proceedings of the 16th International Conference of Ethiopian Studies**, vol. 3. Department of Social Anthropology, Norwegian University of Science and Technology, Trondheim, 2009. Disponível em: <http://portal.svt.ntnu.no/sites/ices16/Proceedings/Forms/AllItems.aspx>, último acesso em 17/08/2010.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Path Dependency e os Estudos Históricos Comparados. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 53, pp. 79-101, 2002.

FLINT, John E. [ed.]. **The Cambridge History of Africa: Volume Five (From 1790 to 1870)**. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1976.

GEDA, Alemayehu. Macroeconomic Performance in Post-Derg Ethiopia. **Northeast African Studies**, Volume 8, Number 1, 2001 (New Series), pp. 159-204.

GEDA, Alemayehu. **Does Conflict Explain Ethiopia's Backwardness?** Yes! and Significantly. Paper presented at Making Peace Work Conference at WIDER, Helsinki, Finland, 2004. Disponível em: <http://website1.wider.unu.edu/conference/conference-2004-1/conference%202004-1-papers/Geda-2505.pdf>, último acesso em: 17/08/2010.

GEDA, Alemayehu & TAFERE, Kibrom. **The Galloping Inflation in Ethiopia: A Cautionary Tale for Aspiring 'Developmental States' in Africa**. Paper disponível no site do autor. Disponível em: http://www.alemayehu.com/AA%20Recent%20Publication/The%20Galloping%20Inflation%20and%20Financing%20Development%20in%20Ethiopia_sept2008.pdf, último acesso: 17/08/2010.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca-NY: Cornell University Press, 1983.

GENTILI, Anna-Maria. Ethnicity and citizenship in Sub-Saharan Africa. In.: CHABAL, Patrick et alli. **Is Violence Inevitable in Africa?** Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention. Leiden: Brill, 2005.

GEORGE, Alexander & BENNETT, Andrew. **Case studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge-MA: BCSIA, 2004.

GILL, Bates et al. Assessing China's Growing Influence in Africa. **China Security**, v. 3, n. 3, pp. 3-21, 2007.

GOLDSTONE, Jack. Comparative Historical Analysis and Knowledge Accumulation in the Study of Revolutions. In.: MAHONEY, James & RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 2003.

GORDON, David F. & WOLPE, Howard. The Other Africa: An End to Afro-Pessimism. **World Policy Journal**, vol. 15, Spring 1998.

GRAY, Richard. [ed.]. **The Cambridge History of Africa: Volume Four (From 1600 to 1790)**. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1975.

GREENFELD, Liah & EASTWOOD, Jonathan. National Identity. In.: BOIX, Carles & STOKES, Susan. **Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GYIMAH-BOADI, E. Africa: The Quality of Political Reform. In.: GYIMAH-BOADI, E. (org). **Democratic Reform in Africa: The Quality of Progress**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2004.

- HAGMANN, Tobias. Ethiopian Political Culture Strikes Back: a Rejoinder to J. Abbink. **African Affairs**, vol. 105, n. 421, 2006.
- HAGMANN, Tobias et alii. **Ethiopia: Elections 2010**. Meeting Transcript, 16th July 2010. Disponível em: http://www.chathamhouse.org.uk/files/17077_160710hagmann.pdf, último acesso: 05/09/2010.
- HAILEMARIAM, Alemayehu. **Overview Of Public Administration in Ethiopia**. Report C.A.F.R.A.D. African Training and Research Centre in Administration for Development, 2001. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/cafrad/unpan005201.pdf>, último acesso: 17/08/2010.
- HALL, Peter & TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, 2003.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- HALLIDAY, Fred & MOLINEUX, Maxine. **The Ethiopian Revolution**. Londres: Verso Editions and NLB, 1981.
- HARBESON, John W. Ethiopia's Extended Transition. **Journal of Democracy**, vol. 16, n. 4, 2005.
- HARDIN, Russell. Compliance, Consent, and Legitimacy. In.: BOIX, Carles & STOKES, Susan. **Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- HOBBES, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Victor Civita, 1983. (Coleção Os Pensadores).
- HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.
- HOBSBAWN, Eric. **On the Edge of the New Century: In conversation with Antonio Polito**. New York: The New Press, 2000.
- HOLCOMB, Bonnie & IBSSA, Sisai. **The invention of Ethiopia: The Making of a Dependent Colonial State in Northeast Africa**. New Jersey: Red Sea Press, 1990.
- HOROWITZ, Donald L. **Ethnic Groups in Conflict**. Berkeley: University of California Press, 2000, 2. ed.
- HUI, Victoria Tin-Bor. **War and State Formation in Ancient China and Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HUNTINGTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- HYDEN, Goran. **African Politics in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HYDEN, Goran. African Studies in the Mid-1990s: Between Afro-Pessimism and Amero-Skepticism. **African Studies Review**, vol. 39, n. 2, 1996.

IBGE. **Banco de dados:** países. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/>, último acesso: 26/10/2010.

IISS. **The Military Balance**. Londres: Routledge, 2010.

IMMERGUT, Ellen M. The Theoretical Core of the New Institutionalism. **Politics & Society**, vol. 23, n. 1, 1998

IYOB, Ruth. The Ethiopian-Eritrean conflict: diasporic vs. hegemonic states in the Horn of Africa, 1991-2000. **The Journal of Modern African Studies**, vol. 38, n. 4, 2000.

JANE's. **Ethiopia's Country Profile**. 2009. Disponível em: www.janes.com.

JESSOP, Bob. The State and State-Building. In.: RHODES, R. A. W; BINDER, Sarah & ROCKMAN, Bert. [eds.] **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

JOHNSON, Douglas. **The root causes of Sudan's civil wars**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

JONES, P. M. **The peasantry in the French Revolution**. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1989.

JULES-ROSETTE, Bennetta. Afro-Pessimism's Many Guises. **Public Culture**, vol. 14, n. 3, 2002.

KAPLAN, Steven. Dominance and Diversity: Kingship, Ethnicity, and Christianity in Orthodox Ethiopia. **Church History and Religious Culture**, vol. 89, n. 3, 2009.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972, 2 vols.

KI-ZERBO, Joseph. **Methodology and African Prehistory**, UNESCO General History of Africa, vol. I. Berkeley-CA: University of California Press, 1981.

KRUYS, George. Lessons from African Wars: implications for SANDF. **Strategic Review for Southern Africa**. Vol. XXVI, nº 01, 2004, pp. 15-39.

LEFORT, René. Powers – mengist – and peasants in rural Ethiopia: the May 2005 elections. **Journal of Modern African Studies**, vol. 45, n. 2, 2007.

LEGUM, Colin & LEE, Bill. **The Horn of Africa in Continuing Crisis**. Londres: Africana Publishing Company, 1979.

LEVINE, Douglas. **Ethiopia's Missed Chances – 1960, 1974, 1991, 1998, 2005 – and now II: An Ethiopian Dilemma – Deep Structures, Wrenching Processes**. Disponível em: http://www.ethiopolitics.com/pdffiles/AnEthiopian%20Dilemma_dl_WMU.pdf, último acesso: 27/08/2010.

LIMONGI, Fernando. Institucionalização Política. In.: MICELI, Sérgio [org.]. **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995): Ciência Política (Volume III)**. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS; Brasília: Capes, 1999.

- LOPEZ-ALVES, Fernando. **State Formation and Democracy in Latin America: 1810–1900**. Durham & London: Duke University Press, 2000.
- MAHONEY, James & RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 2003.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- MARCH, James G. & OLSEN, Johan P. **Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics**. New York: Maxwell Macmillan International, 1989.
- MARCUS, Harold G. **A History of Ethiopia**. Berkeley: University of California Press, 2002.
- MARIAM, Mesfin Wolde. **An Atlas of Ethiopia**. Addis Ababa: 1970.
- MARKAKIS, John. Radical Military Regimes in the Horn of Africa. In.: MARKAKIS, John & WALLER, Michael [eds]. **Military Marxist Regimes in Africa**. Londres: Frank Cass, 1986.
- MAZRUI, Ali A. [ed.]. **Africa since 1935**, UNESCO General History of Africa, vol. VIII. Berkeley-CA: University of California Press, 1999. Unabridged edition.
- MBEKI, Moeletsi. **Architects of Poverty: Why African capitalism needs changing**. Johannesburg: Picador Africa, 2009.
- MCKINSEY Global Institute. **Lions on the move: The progress and potential of African Economies**. Report. June, 2010.
- MESSARI, Nizar. Conflitos intra-estatais, intervenções e o cenário de Segurança Internacional. **Radar do Sistema Internacional**, 2007. Disponível em: <http://rsi.cgee.org.br/> Acesso em: 20/03/2008.
- MESSARI, Nizar. Darfur: um genocídio diante de nossos olhos. **Radar do Sistema Internacional**, 2007. Disponível em: <http://rsi.cgee.org.br/> Acesso em: 20/03/2008.
- MILKIAS, Paulos. Ethiopia, the TPLF, and the Roots of the 2001 Political Tremor. **Northeast African Studies**, vol. 10, n. 2, 2003.
- MOHAMMED, Abdul. **Ethiopia's Strategic Dilemma in the Horn of Africa**. Social Science Research Council (SSRC), 2007. Disponível em: http://hornofafrica.ssrc.org/Abdul_Mohammed/. Acesso em: 4/06/2008.
- MOORE, Barrington. **Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia: el señor y el campesino en la formación del mundo moderno**. Barcelona: Ediciones Península, 2002.
- MUELLER, John. The Banality of Ethnic War. **International Security**, n. 25, pp. 42, 2000.
- NICOLLE, David & RUGGERI, Raffaele. **The Italian Invasion of Abyssinia: 1935-36**. Oxford: Osprey Publishing, 1997. Collection Men-at-arms, n. 309.

NORTH, Douglas. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ODI. **Millennium Development Goals Report Card: Measuring Progress Across Countries**. Londres, 2010. Disponível em: <http://www.odi.org.uk/resources/download/5027.pdf>, último acesso: 05/10/2010.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsaariana**. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

OLIVER, Roland & SANDERSON, G. N. [eds]. **The Cambridge History of Africa: Volume Six (From 1870 to 1905)**. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1985.

OTTAWAY, Marina. **Soviet and American Influence in the Horn of Africa**. Nova York: Praeger Publishers, 1982.

PAKENHAM, Thomas. **The Scramble for Africa: 1876-1912**. London: Abacus, 1992.

PERE, Garth le. **China in Africa: Mercantilist predator, or partner in development?** Johannesburg: The South African Institute of International Affairs, 2007.

PLANEL, Sabine. Du centralisme à l'ethno-fédéralisme. La décentralisation conservatrice de l'Éthiopie. **Afrique contemporaine**, n. 221, 2007.

PNUD. **Overcoming barriers: Human mobility and development 2009**. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf, último acesso 17/08/2010.

POOL, David. The Eritrean People's Liberation Front. In.: CLAPHAM, Christopher. [ed.]. **African Guerrillas**. Oxford-UK: James Currey, 1998.

PRUNIER, Gérard. **The Ambiguous Genocide**. London: Cornell University Press, 2005.

REID, Richard. Ghosts of the Mesafint: Contemplating Conflict in Eritrean-Ethiopian History. **Northeast African Studies**, vol. 10, n. 3 (New Series), 2003.

REIS, Fábio Wanderley. Institucionalização Política (Comentário Crítico). In.: MICELI, Sérgio [org.]. **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995): Ciência Política (Volume III)**. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS; Brasília: Capes, 1999.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade, Política e Teoria da Escolha Racional. In.: REIS, Fábio Wanderley. **Mercado e Utopia: teoria política e sociedade brasileira**. São Paulo: Edusp, 2000.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. **Modernização, Mercado e Democracia: Política e Economia em Sociedades Complexas**. Tese de Doutorado. (Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1997.

REY, Mabel Thwaites. [org.]. **Estado y marxismo**: Un siglo y medio de debates. Buenos Aires: Prometeo libros, 2007a.

REY, Mabel Thwaites. "El Estado "ampliado" en el pensamiento gramsciano." In.: REY, Mabel Thwaites. [org.]. **Estado y marxismo**: Un siglo y medio de debates. Buenos Aires: Prometeo libros, 2007b.

RUBENSON, Sven. "Ethiopia and the Horn" In.: FLINT, John E. **The Cambridge History of Africa**: Volume Five (From 1790 to 1870). Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1976.

SANDERSON, G. N. "The Nile basin and the eastern Horn, 1870-1908". In.: OLIVER, Roland & SANDERSON, G. N. [eds]. **The Cambridge History of Africa**: Volume Six (From 1870 to 1905). Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1985.

SARBO, Dima Noggo. **Contested Legitimacy**: Coercion and the State in Ethiopia. PhD dissertation, University of Tennessee, 2009. Disponível em: http://trace.tennessee.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1130&context=utk_graddis Último acesso: 13/07/2010.

SCHWAB, Peter. **Ethiopia**: Politics, Economics and Society. Londres: Francis Pinter Publishers, 1985.

SELLIER, Jean et al. **Atlas des peuples d'Afrique**. Paris: Edition La Découverte, 2005.

SMITH, Lahra. Voting for an ethnic identity: procedural and institutional responses to ethnic conflict in Ethiopia. **Journal of Modern African Studies**, vol. 45, n. 4, 2007.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, pp. 87-104, 2008.

SPRUYT, Hendrik. **The Sovereign State and its Competitors**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

SPRUYT, Hendrik. The Origins, Development and Possible Decline of the Modern State. **Annual Review of Political Science**, n. 5, 2002.

SPRUYT, Hendrik. "War, Trade and State Formation" In.: BOIX, Carles & STOKES, Susan. [eds]. **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

STEDMAN, John Stephen & LYONS, Terrence. Conflict in Africa. In.: GYIMAH-BOADI, E. (org). **Democratic Reform in Africa**: The Quality of Progress. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2004.

STIX, Gary. Pegadas Nítidas de um Passado Distante. **Scientific American**. Agosto, 2008.

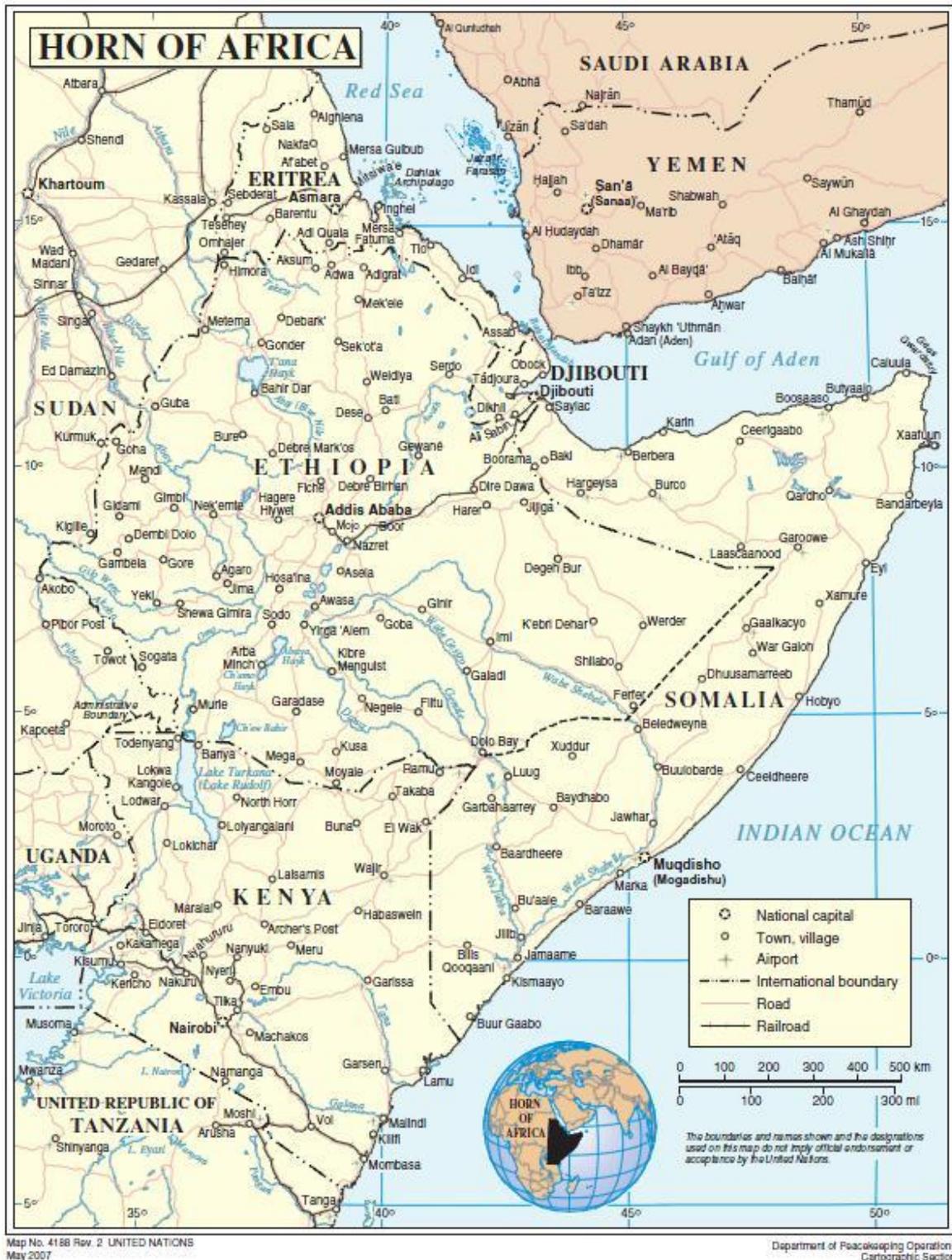
TAREKE, Gebru. From Af Abet to Shire: the defeat and demise of Ethiopia's 'Red' Army - 1988-89. **The Journal of Modern African Studies**, vol. 42, n. 2, 2004, pp. 239-281.

- TAREKE, Gebru. **The Ethiopian Revolution: War in the Horn of Africa**. New Haven: Yale University Press, 2009. The Yale Library of Military History.
- TAYLOR, B. & BOTEVA, R. Tilly tally: war-making and state-making in the contemporary Third World. **International Studies Review**, v. 10, n. 1, pp. 27-56, 2008.
- THOMAS-JENSEN, Colin. Beyond AFRICOM: Toward a Comprehensive U.S. Africa Policy. **Yale Journal of International Affairs**, v. 3, n. 1, pp. 33-45, 2008.
- TILLY, Charles. "Western State Making and Theories of Political Transformation", in C. Tilly (ed.), **The Formation of National State in Western Europe**. Princeton, NJ, Princeton University Press, 1975.
- TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992**. São Paulo: Edusp, 1996.
- TILLY, Charles. **The Politics of Collective Violence**. Cambridge/UK, Cambridge University Press, 2003.
- TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 2007.
- TSHITEREKE, Clarence. On the Origins of War in Africa. **African Security Review**, v. 12, n. 2, 2003.
- TULL, Denis M. China's engagement in Africa: scope, significance and consequences. **Journal of Modern African Studies**, v. 44, n. 3, pp. 459-479, 2006.
- TURNER, Bryan. **Preface**. In.: LÖWITH, Karl. **Max Weber and Karl Marx**. London and New York: Routledge, 1999.
- UN. **Federal Democratic Republic of Ethiopia**: Public Administration Country Profile. Division for Public Administration and Development Management (DPADM). 2004. Department of Economic and Social Affairs (DESA) Disponível em: www.un.org, último acesso: 21/06/2010.
- UNECA. **Economic Report on Africa 2009: Developing African Agriculture Through Regional Value Chains**. UN Economic Commission for Africa. Disponível em: <http://www.uneca.org/>, último acesso: 14/08/2010.
- USAID. **Where does USAID's money go?** Disponível em: <http://www.usaid.gov/policy/budget/money/>, último acesso: 04/09/2010.
- VARSHNEY, Ashutosh. Ethnicity and Ethnic Conflict. In.: BOIX, Carles & STOKES, Susan. **Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- VIGEVANI, Tullo; LIMA, Thiago & OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Conflito Étnico, Direitos Humanos e Intervenção Internacional. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 1, pp. 183-213, 2008.
- VILICANA, Román López & VENKATARAMAN, M. Public Policy Failure or Historical Debacle? A Study of Eritrea's Relations With Ethiopia Since 1991. **Review of Policy Research**, vol. 23, n. 2, 2006.
- VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luis Dario & PEREIRA, Ana Lúcia. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

- VISENTINI, Paulo. África: relações internacionais e construção do Estado-nação. **Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, n. 33, 2003.
- WALLE, Nicolas van de. **African Economies and the Politics of Permanent Crisis: 1979-1999**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- WALTER, Barbara. The critical barrier to civil war settlement. **International Organization**, v. 51, n. 3, pp. 335-364, 1997.
- WB. **Aggregate Governance Indicators: 1996-2009**. Disponível em: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp>, último acesso: 17/10/2010.
- WEBER, Max. **Economy and Society: an outline of interpretative sociology**. Berkeley: University of California Press, 1968.
- WENPING, He. The Balancing Act of China's Africa Policy. **China Security**, v. 3, n. 3, pp. 23-40, 2007.
- WUBISHET, Girma. A Novelist's Perspective on the Role of Religion in Ethiopia. **The Journal of Religious Thought**, vol. 44, n. 2, 1988.
- YOUNG, Crawford. **The African Colonial State in Comparative Perspective**. New Haven: Yale University Press, 1994.
- YOUNG, J. Regionalism and democracy in Ethiopia. **Third World Quarterly**, vol. 19, n. 2, 1998.
- YOUNG, J. The Tigray People's Liberation Front. In.: CLAPHAM, Christopher. [ed.] **African Guerrillas**. Oxford: James Currey, 1998.
- ZEWDE, Bahru. **A History of Modern Ethiopia: 1855-1991**. Second Edition. Addis Ababa: Addis Ababa University Press, 2001.

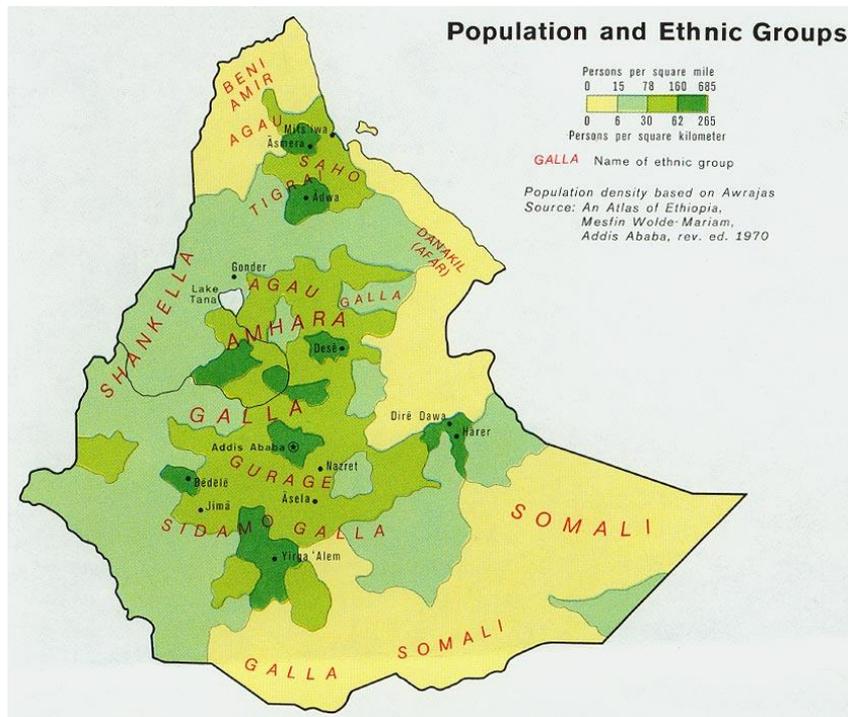
Anexos

Anexo I – Mapa atual da Etiópia



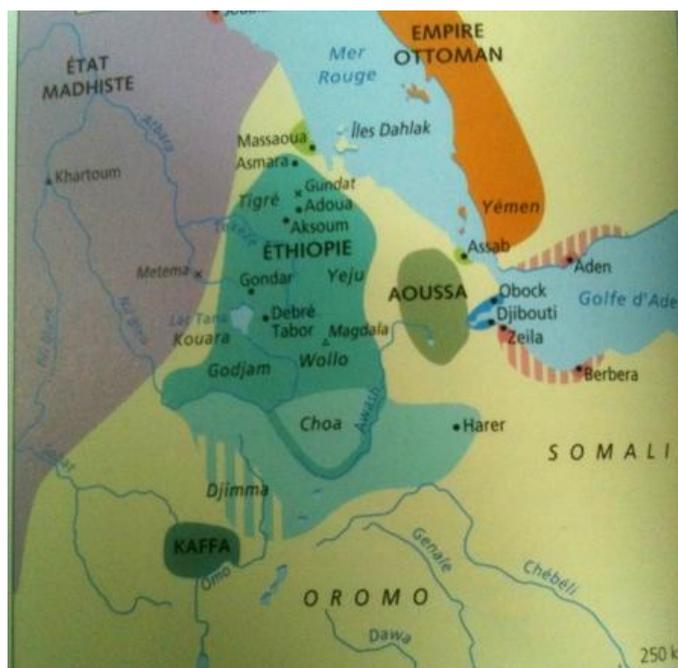
Fonte: www.un.org.

Anexo II – Mapa das Divisões Étnicas



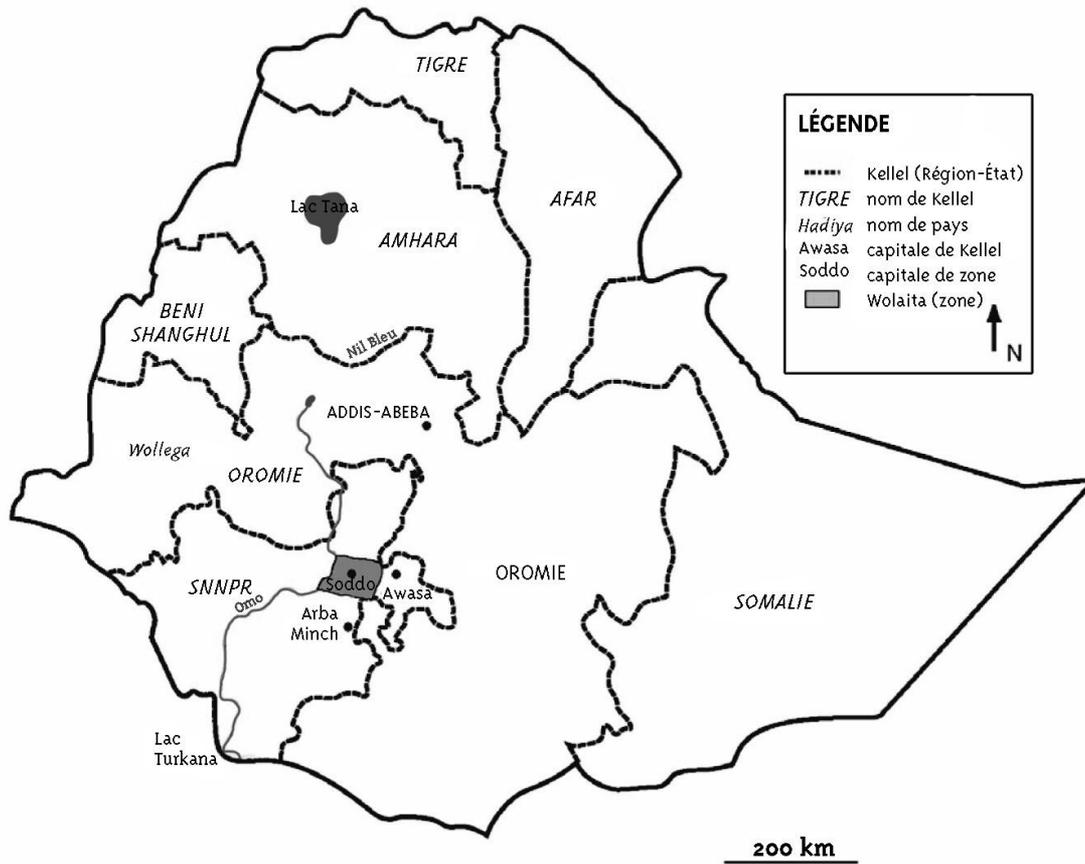
Fonte: MARIAM (1970).

Anexo III – Mapa da Etiópia em 1889, ano da morte de Yohannes IV



Fonte: SELLIER et al (2005).

Anexo IV – Mapa da Etiópia Federal



Fonte: PLANEL (2007:94).

Anexo V – Assentos por região e por partido nas eleições de 2005

	EPRDF	CUD	UEDF	Others
Addis Ababa		23		
Afar	8			
Amhara	88	50		
Benishangul Gumuz	8	1		
Dire Dawa	1	1		
Gambella	3			
Harari	2			
Oromia*	109	16	41	11
Somali	23			
Southern Nations	92	18	12	1
Tigray	38			
National	372	109	52	12

Fonte: ARRIOLA (2003:122).